



**NICE GUERREIRA:
MULHER, QUILOMBOLA E EXTRATIVISTA DA
FLORESTA**



© PNCSA, 2016

Editor

Alfredo Wagner Berno de Almeida
UEA, pesquisador CNPq

Organizadores:

Camila do Valle (UFRRJ, UEMA,
Pesquisadora PCI-CNPq MAST)
Cynthia Carvalho Martins (UEMA,
coordenadora PPGCSPA)
Patricia Maria Portela Nunes
(UEMA)

Colaboração:

Dorival dos Santos
Davi Pereira Junior (Doutorando -
University of Texas at Austin)

Projeto gráfico e diagramação

Grace Stefany Coelho

Entrevistas:

Patricia Maria Portela Nunes (PPGCS-
PA, UEMA)
Cynthia Carvalho Martins (PPGCSPA,
UEMA)
Geovania Machado Aires (Mestranda
PPGCSPA, UEMA)

Foto da capa:

Juliana Gontijo. "Nice, encantadeira, can-
tando durante apresentação na I Jornada
técnico-científica 'Del Amazonas al Río de
la Plata' realizada na Fundación Centro de
Estudios Brasileiros, em Buenos Aires, Ar-
gentina, março de 2009. Vestido rosa bor-
dado a mão pela quilombola Lucilene Mota
Silva, moradora do Bairro Novo, Penalva,
MA."

Fotos miolo do livro:

Camila do Valle, Patricia Maria Portela Nu-
nes, Geovania Machado Aires, Evandro Tei-
xeira, Emmanuel de Almeida Farias Júnior

Projeto Nova Cartografia Social das Comunidades Quilombolas no Brasil. PNCSA-PPG-
CSPA-UEMA/SEPPPIR/PNND BRA13/020

Projeto Nova Cartografia Social das Comunidades Quilombolas no Brasil. MCTI/CNPQ/
Universal 14/2014/Processo 441482/2014-7

Ficha Catalográfica

A298n Aires, Nice Machado

Nice guerreira: mulher, quilombola e extrativista da floresta / Nice
Machado Aires; Camila do Valle, Cynthia Carvalho Martins, Patricia Maria
Portela Nunes, orgs.; Alfredo Wagner Berno de Almeida, ed. - Rio de
Janeiro: Casa 8, 2016.

200 p.: il. color. ; 25 cm. (Coleção Narrativas Quilombolas; n.2)

ISBN 978-85-99274-40-8

1. Quilombo. 2. Identidade. 3. Extrativismo. I. Vale, Camila do. II.
Martins, Cynthia Carvalho. III. Nunes, Patricia Maria Portela. Orgs. IV.
Almeida, Alfredo Wagner Berno de, ed. V. Título. VI. Série.

CDU 316.35:394

UEA - Edifício Professor
Samuel Benchimol
Rua Leonardo Malcher, 1728
Centro
Cep.: 69.010-170
Manaus, AM

E-mails:
pncaa.uea@gmail.com
pnca.ufam@yahoo.com.br
www.novacartografiasocial.com
Fone: (92) 3878-4412
(92) 3232-8423

UEMA- Endereço: Largo
Cidade Universitária Paulo
VI, 3801 - Tirirical, São
Luís - MA, 65055-000
Telefone:(98) 3244-0915



O PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA EM PENALVA, MA

1- Fascículo 4 do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA):

Quebradeiras de coco babaçu, Baixada maranhense. 2005.

2- Fascículo 14 do PNCSA:

Quebradeiras de coco do Quilombo de Enseada da Mata. 2007.

3- Quilombolas, Agricultores (as), Quebradeiras de coco e Pescadores do Território de Formoso, Penalva. 2010.

4- Boletim informativo dos territórios de Enseada da Mata, Sansapé e Monte Cristo. 2014.

5- Caderno “Devastação e Desmatamento em Comunidades Quilombolas do Maranhão”. Junho 2014.

6- Projeto “Centro de Ciências e Saberes: experiência de criação de Museus Vivos na afirmação de saberes e fazeres representativos dos povos e comunidades tradicionais”. Em andamento. Sob coordenação de Heloisa Maria Bertol Domingues e Alfredo Wagner Berno de Almeida.



Dona Nice dançando Tambor de Crioula no altar da igreja do Mosteiro de Santa Clara a Velha, construída entre os séculos XIII e XIV, em Coimbra, logo após sua apresentação, com Martinho da Vila, durante o VII Encontro Internacional de Poetas realizado em 2010 pela Universidade de Coimbra. Fotos: Camila do Valle.





Projeto Nova Cartografia Social das Comunidades Quilombolas no
Brasil. PNCSA-PPGCSPA-UEMA/SEPPIR/PNND BRA13/020

Projeto Nova Cartografia Social das Comunidades Quilombolas do
Brasil. MCTI/CNPQ/Universal 14/2014/Processo 441482/2014-7

CONSELHO EDITORIAL

Otávio Velho - PPGAS-MN/UFRJ, Brasil

Dina Picotti - Universidad Nacional de General Sarmiento, Argentina

Henri Acelrad - IPPUR-UFRJ, Brasil

Charles Hale - University of Texas at Austin, Estados Unidos

João Pacheco de Oliveira - PPGAS-MN/UFRJ, Brasil

Rosa Elizabeth Acevedo Marin - NAEA/UFPA, Brasil

José Sérgio Leite Lopes - PPGAS-MN/UFRJ, Brasil

Aurélio Viana - Fundação Ford, Brasil

Sérgio Costa - LAI FU - Berlim, Alemanha

Alfredo Wagner Berno de Almeida - CESTU/UEA, Brasil



SUMÁRIO

Apresentação **9**

Prefácio **13**

Capítulo I

Oficina Preparatória do Projeto Nova Cartografia da Amazônia (PNCSA) em Penalva, MA. Data: 01.03.12 – Galpão da Associação de moradores de Bairro Novo. Ver página. **31**

Capítulo II

Auditório da Universidade Federal do Maranhão. 64ª SBPC. São Luis, 24/7/2012 Mesa-Redonda: “PATRIMÔNIO IMATERIAL, NARRATIVAS ORAIS E MEMÓRIAS COLETIVAS: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA PRÁTICA DO BAMBAÊ” - Quarta-feira, 25/7/2012 - das 15h30 às 18h00 .
Ver página. **45**

Capítulo III

Participação de Dona Nice na III Jornada De La Amazonia Al Río de La Plata¹. Universidad Nacional San Martin, Buenos Aires, Argentina – Outubro de 2012.
Ver página. **57**

Capítulo IV

Entrevista com Dona Nice: Cynthia Carvalho Martins e Patricia Maria Portela Nunes **73**

Capítulo V

Entrevista com Dona Nice: Geovania Machado Aires **97**

¹ Dona Nice participou desde a I Jornada, realizada na FUNCEB e Universidad na de Buenos Aires, em março de 2009. Assim como participou de oficinas de cartografia social junto aos caboverdeanos e outros grupos afroargentinos, na sede da Sociedad Caboverdeana, em Docksud, bairro pertencente a Avellaneda, na região chamada Gran Buenos Aires.



“São inúmeros os povoados que se distribuem por Viana, Cajari, Penalva, Pedro do Rosário e Monção, cujas famílias se referem a eles como terras de preto.

Seus representantes acham-se articulados em movimento social e mobilizados pelo reconhecimento como comunidades remanescentes de quilombos.”

Guerra ecológica nos babaçuais, p. 141





APRESENTAÇÃO DAS COLEÇÕES: “NARRATIVAS QUILOMBOLAS” E “LUTA E RESISTENCIA QUILOMBOLAS”

Alfredo Wagner Berno de Almeida²

As narrativas quilombolas, ora apresentadas, compreendem um esforço classificatório de pesquisadores do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) e pesquisadores convidados no sentido de compor uma coleção de livros em que membros de diferentes unidades sociais, designadas como povos e comunidades tradicionais, descrevem eles mesmos suas próprias experiências de luta, em situações de conflito social, nas quais reivindicam seus direitos territoriais e suas expressões identitárias. Consistem em relatos, obtidos através de entrevistas realizadas com membros de comunidades quilombolas, que detém critérios de competência e saber para descrever a trajetória daquela unidade social. Os trabalhos de mais de uma década dos pesquisadores do PNCSA em comunidades quilombolas facultaram condições de confiabilidade mútua para narrativas mais detidas e aprofundadas. Os pesquisadores lançaram mão de técnicas de observação direta, características da pesquisa etnográfica, e de recursos intrínsecos às histórias de vida, obtendo relatos que não só nos convidam a novas formas de pensar as relações políticas e os laços de solidariedade que fundamentam identidades coletivas, mas também a própria noção de política.

Os livros que compõem esta coleção se inscrevem, assim, num gênero literário peculiar, concernente às denominadas narrativas quilombolas, que privilegia o uso da palavra através da linguagem autorizada e direta dos agentes sociais assim designados, expressando condições de eficácia de um discurso ritual, que tanto propicia meios para uma leitura crítica dos significados de quilombo, quanto estabelece uma clivagem nas interpretações históricas a ele

² Antropólogo. Professor visitante da UEA e pesquisador CNPq





referidas. Tal gênero se distribui por pelo menos duas principais variantes, que buscaremos expor a seguir, objetivando esclarecer as fontes de autoridade da memória quilombola e suas transformações no tempo.

i) A mais conhecida destas variantes tornou-se consagrada com o trabalho de Barnet, **Biografia de un cimarrón**, publicado em 1966, em Cuba, pelo Instituto de Etnologia y Folclore. Barnet narra suas entrevistas com Esteban Montejo, 104 anos, escravo fugido nas montanhas da província de Las Villas. Esta vertente conheceu diferentes expressões, inclusive no Maranhão, no Pará e na Bahia, regiões de referencia de muitas outras narrativas. As abolições tardias em Cuba e no Brasil permitiram a obtenção de um tipo de informação sobre os quilombos praticamente impossível em outros países. Refiro-me aos trabalhos de pesquisa que focalizam autobiografias de quilombolas ou narrativas por eles próprios encetadas, independentemente dos interrogatórios de prisioneiros, no âmbito de inquéritos policiais ou de ações militares e repressivas destinadas a aprisionar quilombolas e a destruir os quilombos respectivos. Os quilombolas entrevistados, consoante este gênero biográfico, relatam como fugiram das grandes plantações e/ou dos engenhos, as perseguições de que foram vítimas e como era a vida cotidiana no quilombo em que se refugiaram.

ii) A outra variante concerne a agentes sociais que hoje se autodefinem quilombolas, sem qualquer referencia a “escravos fugidos”, cujas famílias resistiram e se mantiveram dentro dos domínios pretendidos pelas grandes plantações, e que narram, no tempo presente, a construção social de sua identidade coletiva, dialogando criticamente com a documentação histórica e com as classificações da sociedade colonial. Esta noção de quilombo contradita os códigos e dispositivos com fundamentos colonialistas, propiciando o advento de novos significados. Até a segunda metade do século XX os juristas que se dispunham a dissertar sobre os quilombos, vinculavam sua definição à própria questão doutrinária, isto é, ficavam amarrados, congelados, seja nos limites dos marcos conceituais das ordenaçõesmanuelinas e filipinas, seja naqueles da consulta do Conselho Ultramarino ao Rei de Portugal, em 1740. Esta referida consulta produziu uma definição explícita, que se cristalizou no pensamento jurídico, considerando como quilombo ou mocambo:

“toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”.





Pode-se afirmar, em decorrência, que atravessamos o período colonial com uma definição que perpassou igualmente o período imperial, com deslocamentos só de intensidade, e que chegou à situação republicana exatamente da mesma forma, da qual hoje nós acabamos também fazendo uso. A ênfase, consolidada inclusive nos dicionários, é sempre dirigida ao quilombola ou calhambola considerado como “escravo fugido” e localizado em regiões remotas e distantes das grandes plantações de cana de açúcar, café ou algodão. Os “fugitivos” e “distantes”, reeditam idealmente o isolamento, como se o quilombo ocorresse sempre fora dos limites das fazendas e consistisse numa “ilha remota” feita território mítico. Ora, segundo a ruptura aqui sublinhada houve escravo que não fugiu e que permaneceu autônomo dentro dos limites da grande propriedade monocultora e com atribuições diversas: houve aquele que sonhou em fugir e não conseguiu fazê-lo, houve aquele que fugiu e foi recapturado e houve esse que não pode fugir porque ajudou os outros a fugirem e o seu papel consistia em ficar. Todos eles, entretanto, se reportavam direta ou indiretamente aos quilombos, rompendo com o sentido estrito, dicionarizado, e abrangendo uma diversidade de situações sociais, inclusive aquelas relativas à compra de terras por parte de famílias de escravos alforriados ou a doações de terras recebidas de ordens religiosas e de sesmeiros.

É nesta segunda vertente que se pode classificar as narrativas ora contidas nos livros que compõem a coleção “Narrativas Quilombolas” de Ednaldo Padilha, “Cabeça”, de Camaputiua; de Dona Nice Machado Aires, da Enseada da Mata; do Sr. Leonardo dos Anjos, de Brito; de Dona Maria Amélia, do Rio Andirá, Barreirinhas; do Sr. Aniceto Araujo Pereira, de Oitiua; do Sr. Samuel Araujo, de Baixa Grande; do Sr. Teodoro Lalor de Lima, da Ilha de Marajó, e de Dorinete Serejo, de Canelatiua. cujas reivindicações de direitos territoriais quilombolas passam pelas ruínas das casas-grandes e de engenhos e pelas lutas das famílias que não fugiram e resistiram dentro dos limites destas fazendas, plantando suas roças, comercializando autonomamente sua produção e sobrevivendo à derrocada dos “senhores de escravos”. Os símbolos de apropriação foram historicamente deslocados. O sentimento de liberdade e as práticas econômicas livres para decidir onde, o que e como plantar, dentro dos próprios limites das grandes plantações, evidenciam uma situação de aquilombamento dos antigos engenhos. Em outras palavras os quilombos não se localizam necessariamente fora dos limites de sesmarias, de fazendas e





de engenhos, localizando-se nas próprias terras pretendidas pelos “senhores de engenhos”. Este deslocamento recoloca o sentido das narrativas quilombolas agora apresentadas, segundo um acordo tácito, a memória quilombola não se dissocia da memória dos engenhos e das fazendas. O poder de se apropriar das vantagens simbólicas associadas à posse das ruínas legitima o oposto simétrico das grandes plantações monocultoras baseadas no trabalho escravo, isto é, as comunidades remanescentes de quilombos, cuja forma de utilização da terra baseada em unidades familiares autônomas, livres e praticando um sistema de uso comum dos recursos naturais, inclusive dos campos, passa a articular os diversos povoados. Antes de serem um vestígio do passado ou uma forma de retorno a uma economia natural tais características passam a representar no presente uma perspectiva de futuro com liberdade, de decidir não apenas sobre o processo produtivo, mas também sobre seu destino. A posse efetiva das terras pelos remanescentes de quilombos, torna-as um marco distintivo da autonomia de seus povoados, porque representa a evidencia de que os antigos engenhos e fazendas não tem mais condições de possibilidades de efetivamente existirem, ao mesmo tempo que comprova a eficácia na gestão dos recursos dos quilombolas que aí decidiram ficar. A forma esquelética do que foram as edificações elementares das fazendas, publicamente exposta e constatável por uma arqueologia de superfície, sem qualquer necessidade de escavação, concorre para atestar isso. Lado a lado com a vida cotidiana das comunidades, essas ossaturas dos engenhos e fazendas certificam o longo tempo de existência delas. A datação das ruínas dos engenhos e dos sobrados aqui equivale ao reconhecimento da “idade” das comunidades remanescentes de quilombos e consiste no correspondente ideal de sua certidão de nascimento. Nas próprias narrativas de Dona Nice, de “Cabeça” e do Sr. Samuel a identidade quilombola se afirma nesse processo de negação de seu antagonista histórico e as ruínas tornam-se auto-explicativas em face dos engenhos que não mais existem nos municípios de Alcântara, Viana, Cajari e Penalva. O aquilombamento das ruínas significa, nesse sentido, uma ruptura radical com a ideologia da tutela e com a conhecida oposição, senso comum erudito nos textos históricos, entre “casa grande X senzala”, ressaltando um processo de autonomia produtiva. Com a desagregação das fazendas as unidades familiares submetidas à escravidão ocuparam efetivamente as terras das grandes plantações e de maneira concomitante se apropriaram dos nomes da aristocracia agrária. Por exemplo, o engenho Gerijó, pertencia à família de





Carlos Ribeiro, Barão de Grajaú. Presidente de Província e chefe do Partido Liberal, no Maranhão, enquanto os engenhos Kadoz e Tramaúba pertenciam à família Viveiros, sendo o expoente desta família, o Barão de São Bento, dirigente do partido conservador na Província do Maranhão, um de seus filhos teria engravidado a escrava Pruquera e esta com o filho passa a adotar o nome Viveiros, assim como os demais escravos destes engenhos o adotavam. Havia uma norma da legislação colonial que não permitia aos “livres” contrair matrimônio com escravos, assim também não se cometia adultério com eles. Entretanto, o parentesco resultante do fruto desses intercursos sexuais torna-se uma expectativa de direito nas narrativas de entrevistados. A partir daí, apropriam-se do nome dos senhores, bem como de suas terras, que não foram vendidas porquanto era uma pré-condição para os políticos possuírem terras, mesmo que já não tivessem sobre elas o controle absoluto. A derrocada econômica fragilizou os mecanismos repressivos da força de trabalho e os escravos emergiram como unidades de trabalho familiar, um “protocampesinato escravo” como diria Sidney Mintz, convergindo para uma autonomia completa. Completando este processo emancipatório, na primeira geração pós-abolição, em Cajari, retiraram o nome do senhor de escravos de seus próprios nomes, substituíram o nome “Viveiros” por “Santos”, enquanto que em Alcântara mantiveram os nomes dos antigos senhores sem qualquer alteração, em ambas as situações com o controle efetivo das terras.

Os territórios quilombolas, não obstante reconhecidos e certificados pela Fundação Cultural Palmares, até hoje não foram titulados e permanecem intrusados por cercas eletrificadas e por rebanhos bovinos e bubalinos, que devastam os campos naturais da Baixada ou que destroem plantios de mandioca, e pela ação de grileiros que ameaçam de morte os líderes quilombolas. O assassinato de Genialdo dos Santos, irmão de “Cabeça”, em julho de 2012, em Cajari, por “pistoleiros ligados a grileiros”; o assassinato seguido da decapitação de Martinho Souza Aires Filho, filho mais velho de Dona Nice, em outubro de 2014, em Penalva, e o assassinato do Sr. Teodoro Lalor de Lima, a facadas pelas costas, em agosto de 2013, em Belém, logo após desembarcar no porto e se dirigir ao Ministério Público Federal, agravaram os conflitos sociais na região de Camaputíua, em Penalva e na Ilha de Marajó, que permanecem sob clima de tensão permanente, denotando a tragicidade que envolve as narrativas ora apresentadas e os riscos que correm os que persistem defendendo a sua identidade quilombola.





Uma outra vertente desta segunda variante concerne a livros de autoria de pesquisadores, seja historiadores, antropólogos, sociólogos ou bacharéis em direito, que focalizam as situações de conflito social que envolvem comunidades quilombolas. Trata-se de dois livros de autoria da historiadora Rosa Acevedo Marin e do antropólogo João Batista de Almeida Costa, concernentes a conflitos em Brejo dos Crioulos, Minas Gerais e Ilha do Marajó, Pará, que se apoiam em trabalhos de pesquisa contendo entrevistas com os próprios agentes sociais quilombolas. Esta coleção é denominada “Luta e resistência quilombolas”.

O convite à leitura dos seis títulos desta coleção passa, portanto, por estes componentes trágicos, que evidenciam a dubiedade dos atos de Estado, que procrastinam a titulação das terras quilombolas, expondo as comunidades à violência dos que visam usurpar suas terras e conspurcar seus direitos territoriais.





PREFÁCIO

I Formas ds de aquilombamento da memória³

Camila do Valle⁴

Esta fotografia é uma espécie de epígrafe. Narrativa visual de uma “dimensão coletiva da felicidade”⁵ que precisa ser reproduzida e que, no entanto, foi atravessada por um episódio trágico, que não é isolado. Dançam, na foto, dois dos seis filhos de Dona Maria Nice Machado Aires: Geovania e Martinho, durante o baile de formatura dela. Este livro faz parte de uma coleção que pretende dar alguns passos para consolidar uma tradição necessária e desejável. O primeiro volume dessa coleção é intitulado *Resistência e fé: narrativas de um quilombola* e narra a trajetória de Ednaldo Padilha, mais conhecido como “Cabeça”, a partir da relação de pesquisa estabelecida com o vizinho e amigo Dorival dos Santos. “As famílias de Nice Machado Aires e Cabeça se irmanam na luta contra a violência”, explicita a professora e antropóloga Cynthia Carvalho Martins no posfácio do livro recém citado.

Faz-se mister tornar evidente o que está sendo caracterizado como “trágico” e qual a noção de “trágico” que subjaz a esta caracterização. Bem como deverão ser explicitados os motivos pelos quais sublinhamos o desejo e a necessidade de uma tradição disruptiva, aqui invocada. A tragédia apontada

3 Faz-se referência aqui à expressão “regimes de memória” utilizada por François Hartog.

4 Professora adjunta de Literatura na UFRRJ, pesquisadora bolsista PCI-CNPq no MAST – Museu de Astronomia e Ciências Afins e professora do Mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia na UEMA

5 Expressão de Alfredo Wagner Berno de Almeida no prólogo do livro *Papo de Índio*, de Txai Terri Valle de Aquino. Disponível em www.novacartografiasocial.com





é a tragédia que revela uma falência do código de comunicação, um estado de incomunicabilidade, em especial e sobretudo, com o Estado, ao revelar o aniquilamento de um jovem ao mesmo tempo que aponta para o genocídio, o assassinato cultural, denunciando a falsíssima separação entre o individual e o coletivo.

“Essa ação pode ser pensada em termos de tragédia, mas não mais nos termos de inevitabilidade trágica, da aceitação trágica tradicional, ou mesmo da trágica resignação moderna. Trata-se de perceber como trágica a avidez com que seres humanos se dispõem a viver dos restos da produção de morte em escala industrial (...)”⁶

Recorre-se a Raymond Williams, teórico da literatura, em livro sobre teoria do teatro, para subsidiar a caracterização deste episódio, pelo caráter de cena pública do episódio. A cena seguirá aqui descrita e conta como mais uma cena na estabelecida tragédia da devastação, entendida como produção de morte e seus restos, e instalada com sua cadeia de significados na Amazônia dos projetos desenvolvimentistas que, de forma sistemática - com as mortes já muito denunciadas fazendo parte desse sistema -, ameaçam os denominados povos e comunidades tradicionais, que ali vivenciam suas identidades e territorialidades, sendo ignorados pelo Estado em tantas instâncias. Para explicitação do episódio, que atravessa não só a cena familiar como a cena da territorialidade étnica, reproduziremos descrições já publicadas por pesquisadores do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia⁷:

“A resistência dessas famílias, marcadas por atos de violência, ocorre na recusa à dominação dos fazendeiros, e às dominações produzidas e reproduzidas por mecanismos institucionais, atualizadas por atos do Estado. E, só pude entender o sentido de irmandade recentemente, em outubro de 2014, ocasião em que me dirigi a Penalva juntamente com a filha da senhora Maria Nice Machado Aires, quilombola, quebradeira de coco, para o enterro de Martinho Aires Filho, assassinado brutalmente, decapitado, com órgãos sexuais extirpados. Ao chegar ao povoado de São Joaquim, presenciei as famílias Aires e Santos abraçadas e chorando a passagem do que denominam um irmão. Ali percebi que os atos de tortura se atualizam e se legitimam em

⁶ WILLIAMS, Raymond. Tragédia moderna. P.18, 19.

⁷ Para acesso às publicações: www.novacartografiasocial.com





interpretações que estigmatizam o violentado.”⁸

I) TEODORO LALOR DE LIMA, presidente da ARGUG, foi assassinado a facadas, pelas costas, no dia 19 de agosto de 2013, ao desembarcar no porto, na área central da cidade de Belém (PA), e dirigir-se à Procuradoria Geral da República para entrega de documentos relativos às práticas ilegais de desmatamentos e de obstrução de cursos d’água na Ilha de Marajó. (Vide Ofício n.681 do PNCSA ao Fundo Amazônia-BNDES/2013). Uma das primeiras versões divulgadas pela imprensa periódica e atribuída à polícia civil falava em “crime passionai”, sem qualquer menção à luta do Sr. Lalor contra “grileiros” e suas respectivas ações ilegais de desmatamento e devastação.

II) ARTEMIO GUSMÃO, da comunidade quilombola Mancaraduba e membro da Associação de Moradores dos Quilombos do Alto Acará foi assassinado em 04 de julho de 2014. A Associação defende as terras localizadas no município do Acará, nos limites com Tailândia e Tomé Açu, que se tornaram conflitivas face à expansão das grandes plantações de dendê⁹. A nota da Coordenação das Associações das Comunidades Quilombolas do Estado do Pará (Malungu), que registra a ocorrência, informa o seguinte: ‘A entidade “vem a público manifestar o mais profundo pesar pela trágica morte do quilombola Senhor Artêmio Gusmão, conhecido como senhor Alair. Pouco se sabe sobre o fato ocorrido, mas a informação que temos é que após ser capturado em uma emboscada por um grupo armado, o senhor Alair foi brutalmente decapitado e não teve qualquer chance de reação e defesa. O caso já está sendo apurado pela Polícia Civil e terá acompanhamento da assessoria jurídica da Malungu e também do Ministério Público do Estado”’. (Malungu)

III) MARTINHO SOUZA AIRES FILHO, de Penalva (MA), foi sequestrado durante onze dias e seu corpo foi encontrado no dia 14 de outubro de 2014 nas matas do Araçagi, bairro de beira-mar da capital São Luís e levado ao Instituto Médico Legal (IML). Foi decapitado e no seu corpo havia uma inscrição feita à ponta de faca “Bonde dos 40”, uma conhecida agremiação criminoso vinculada ao tráfico de drogas no Maranhão. Aparentemente trata-se de um crime com autoria em que o executor deixa gravado explicitamente o nome de sua organização. A família identificou o corpo

8 MARTINS, Cynthia. C. 2015, p. 110.

9 Para maiores informações consulte-se o Boletim Informativo n.9: “Guerra do Dendê”. Projeto *Mapeamento Social*. Fundo Amazônia - BNDES. Setembro de 2014.





somente no dia 19 de outubro. Martinho tinha 22 anos, era filho de Martinho de Souza Aires e Maria Nice Machado Aires e residia no município de Penalva e estava realizando trabalho eventual como vigia em São Luís. Sua mãe é representante do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) e possui atuação política na sua comunidade. Martinho colaborou com a amarração de pontos com GPS, em 2013, nos trabalhos que resultaram no Boletim Informativo n 08, intitulado ‘Linhão das comunidades Quilombolas’ do projeto *Mapeamento Social Como instrumento de Gestão Territorial contra o Desmatamento e a Devastação*. As circunstâncias que cercam estes assassinatos são sempre descritas como nebulosas, dando lugar a alegações as mais diversas. As hipóteses de “crime passional”, caso do Sr. Lalor, ou “tráfico de drogas”, caso Sr. Martinho, correm o risco de se tornarem explicações oficiosas, elidindo publicamente a ocorrência de conflitos sociais atrelados aos desmatamentos e às devastações nas comunidades onde residem. As práticas recorrentes de decapitação, em diferentes unidades da federação, chamam a atenção para um tipo de execução punitiva, similar àquelas ocorridas no período colonial.

IV) As ocorrências de conflito com ameaças de morte ocorrem em Cajari e Penalva (MA), nas comunidades quilombolas, onde foram realizadas reuniões preparatórias para a produção dos Cadernos, referentes à situação de devastação dos campos naturais e na borda do Lago Cajari. O SR. EDNALDO PADILHA, de Cajari, foi novamente ameaçado de morte na primeira semana de setembro de 2013 e seu irmão, Genialdo Padilha foi assassinado em 2012, porquanto os pistoleiros confundiram-no com ele. Também foram ameaçados no “verão” de 2013 o Sr. Fabricio Maranhão e Dona Nice Machado Aires, ambos de Penalva.”¹⁰

“Acrescente-se a estes episódios mais de um milhar de assassinatos e de violências em tudo bárbaras, inclusive na recente eleição de 2014, com ocorrências horripilantes como o seqüestro seguido de decapitação de Martinho Aires, 22 anos, filho de uma liderança quilombola de Penalva, Dona Nice Machado Aires, com a inscrição ‘Bonde dos 40’ tatuada à faca nas suas costas, querendo sugerir um acerto de contas de traficantes de drogas. Percebe-se que os atos de violência são deliberados e manipulam os estigmas, como se fosse legítimo assassinar cruelmente os ‘loucos’, os ‘viciados’ e os ‘drogados’,

¹⁰ ALMEIDA; MARÍN; SILVA; LIMA. 2015, p.18-19





como se contra eles se justificassem as atrocidades quaisquer que sejam.”¹¹

Historicamente, a denominada “Literatura de Testemunho” encontra sua razão de ser na violência de Estado. No contexto dos estudos literários em instituições brasileiras, é mais comum escutar essa expressão vinculada a relatos da *Shoah* e, mais recentemente, e bem menos freqüente, à experiência da ditadura militar. Com exceção da literatura da *Shoah*, publicações de relatos vinculados a identidades étnicas específicas, no Brasil, são poucos¹² e, ainda, não são contados como “Literatura”. Todavia, pode-se dizer que a expressão “Literatura de testemunho” vem de uma poderosa tradição literária estabelecida por escritores de diversas nacionalidades que se encontravam reunidos em Cuba. Não é mero acaso e pode-se mesmo dizer que a expressão vem de uma “tradição quilombola”, tendo em vista que a expressão surge em Cuba com a publicação de Miguel Barnet, *Biografia de um Cimarron*, inúmeras vezes republicado em vários países, inclusive em versão reduzida, intitulada *Cimarron*, tamanha era a procura. Ganha reforço no contexto histórico cubano pós revolução, onde se encontravam escritores e produtores intelectuais que já se interessavam seja pelo tema da chamada “marronage”, como Alejo Carpentier¹³, seja pelo tema da denúncia de situações opressoras, como Rodolfo Walsh¹⁴ este viria a se tornar, anos depois, ele próprio, um desaparecido da ditadura militar argentina, depois de ter sua filha assassinada por esse mesmo regime, e “desapareceu”, horas mais tarde, do mesmo dia em que enviou cinco cartas, para diferentes destinatários, denunciando as atrocidades cometidas pelas forças militares na Argentina.

Os regimes de memória aos quais os cânones da Literatura Brasileira, ou mesmo as tradições elaboradas a partir das rupturas dos cânones dessa literatura nacional, nunca deixaram espaço para o fortalecimento desse gêne-

11 ALMEIDA. 2015, p.16.

12 Sobre isso, consultar os estudos de Regina Dalcastagné, da UnB, sobre o que é publicado como Literatura contemporaneamente no país: quem é representado, como é representado e por quem é representado.

13 Como exemplos da temática entre as publicações de Carpentier: Écúe-Yamba-Ó, *Historia de Lunas*, O reino deste mundo

14 Exemplos de livro reportagem e que teriam semelhança com a “literatura de testemunho”, embora, como qualquer classificação, a arbitrariedade também dessa vá aparecer e reaparecer em muitas situações: *Operación masacre*, *Quién mató a Rosendo?* O único livro de Rodolfo Walsh publicado no Brasil não pertence a este gênero aqui sendo discutido.





ro textual, a “literatura de testemunho”, ou, mais especificamente, estando circunscrito aos presentes relatos publicados por esta coleção, as “narrativas quilombolas”. Tanto no âmbito de uma denominação quanto de outra, este gênero que privilegiaria “o uso da palavra através da linguagem autorizada e direta dos agentes sociais assim designados, expressando condições de eficácia de um discurso ritual (...)”¹⁵.

Some-se a isso a influência européia romântico moderna que lega às gerações posteriores, produtores e leitores do campo literário, ainda que em contextos pós coloniais, a idéia de que a fonte da autoridade\autoria literária deveria ser uma prova do gênio do artista e, portanto, deveria dominar todas as técnicas de vanguarda e zelar pelo predomínio da imaginação e dos procedimentos da ficção sobre os vestígios da realidade e da memória. E a memória da realidade elaborada como realismo mágico, tal qual postulado por Carpentier, não encontrou eco significativo na circulação da literatura no Brasil. A exclusividade do código e o domínio de dados repertórios vêm garantindo o controle das representações e, por conseguinte, do imaginário no campo literário brasileiro. Além disso, a irrupção de verdades incômodas e descrições de barbáries institucionalizadas, como essas há pouco lidas, afeta sobremaneira a economia simbólica que faz da Literatura um “patrimônio nacional”. As histórias das literaturas nacionais têm, assim, uma função semelhante à do museu, tal como foi descrita essa função por Benedict Anderson em *Comunidades imaginadas*. A barbárie do episódio acima descrito afeta, também, o manejo estético do uso da língua: há uma insuficiência de linguagem informada com preocupações estéticas que possa se sobrepor à barbárie dos atos cometidos. E, afinal, são atos de uma violência que vai se tornando previsível, banal¹⁶, tão grande o número de sua freqüência e tão recorrentes os contextos que os geram. Entretanto, por mais que se repitam, não geram linguagem, código de comunicação, comunicabilidade. O indizível mal.

Preferir a denominação “narrativa quilombola”¹⁷, neste caso, equivale a uma eficácia no que se refere tanto a propiciar “meios para uma leitura crítica

15 ALMEIDA (b). 2015, p.11.

16 Ver Eichmann em Jerusalém – relato sobre a banalidade do mal, Hannah Arendt.

17 Tal qual enuncia Alfredo Wagner Berno de Almeida em “Fontes de autoridade da memória quilombola”. 2015, p.11





dos significados de quilombo, quanto estabelece uma clivagem nas interpretações históricas a ele referidas”¹⁸, tão grande o número de sua frequência e tão recorrentes os contextos que os geram. Entretanto, por mais que se repitam, não geram linguagem, código de comunicação, comunicabilidade. O indizível mal.

Preferir a denominação “narrativa quilombola” , neste caso, equivale a uma eficácia no que se refere tanto a propiciar “meios para uma leitura crítica dos significados de quilombo, quanto estabelece uma clivagem nas interpretações históricas a ele referidas” .

A eficácia dessa estratégia reside na constatação, com Jacques Rancière, de que a memória é a ligação entre os dados. Independentemente da informação. Ela opera em um regime diferente do regime da informação: a informação vive em um eterno presente substituível pela próxima, qualquer que seja, informação.

“Quando a informação é abundante, supõe-se que a memória transborde. Ora, as circunstâncias nos mostram que isso não acontece. A informação não é a memória. Ela não se acumula para a memória, ela trabalha em seu próprio benefício. E seu interesse é que tudo seja esquecido imediatamente, de modo que só se afirme a verdade abstrata do presente e que ela, a informação, assegure sua potência como a única adequada a esta verdade. Quanto mais os fatos abundam, mais se evidencia sua indiferente semelhança. Mais se desenvolve, também, a capacidade de fazer de sua interminável justaposição uma impossibilidade de concluir, uma impossibilidade de neles ler o sentido de uma história. Para se negar o que aconteceu, como os negacionistas nos mostram na prática, não há a necessidade de negar muitos fatos; é suficiente omitir a relação que há entre eles e que lhes oferece consistência histórica. O reino do presente da informação rejeita como fora da realidade aquilo que não participa do processo homogêneo e indiferente de sua auto apresentação. Ele não se satisfaz em rejeitar imediatamente tudo no passado.

Ele faz do próprio passado o tempo do duvidoso. A memória, portanto, deve constituir-se independentemente tanto do excesso quanto da escassez de informações. Ela deve se construir como ligação entre os dados, entre a

18 Idem.





evidência dos fatos e o vestígio das ações”¹⁹.

Martinho Aires Filho participou da equipe de pesquisa que foi a campo realizar uma entrevista com Dona Nice, sua mãe, e que constitui um dos capítulos deste livro. É a entrevista feita pelas pesquisadoras Cynthia Carvalho Martins e Patricia Maria Portela Nunes. Na entrevista, Dona Nice nomeia seus antepassados, avós e bisavós, relata conversas antigas com um vizinho quilombola centenário e cheio de memória e fala sobre as festas, as danças, os engenhos que existiam, o tratamento dado aos escravos, as engenhocas, as práticas curativas – doutores do mato e curadores -, as plantas, os conhecimentos tradicionais, os encantados e orixás. E fala sobre o povo que vive debaixo da terra e debaixo da água. Demonstra ser, dessa forma, uma “fonte de autoridade da memória quilombola”. A memória é a ligação entre os dados.



Geovania Machado Aires e Martinho de Souza Aires Filho dançam no baile de formatura dela, em Pedagogia, na UFMA, em 2013.

19 RANCIÈRE, J. A ficção documental. Rio de Janeiro: Revista do PPGAV\EBA – UFRJ . N.21, dez 2010.





II²⁰ O reencantamento do mundo

“A primeira condição para a resistência política é unir as pessoas.”
Amílcar Cabral, Análise dos tipos de resistência – Volume 3: Resistência política, página 7, Associação Acadêmica de Moçambique, Imprensa Universitária, maio de 1975.

“Sou Maria Nice Machado Aires. Represento as comunidades extrativistas do Brasil, entre elas as quebradeiras de coco babaçu, os quilombolas, ribeirinhos, agricultores, indígenas e as comunidades tradicionais culturais. Sou encantadeira de música e poesias. Nasci e vivo numa comunidade quilombola, em Enseada da Mata, no dia 17 de abril de 1954, em Penalva, Maranhão. Sou mãe de 6 filhos.”

Tal texto foi escrito em São Luís do Maranhão pelas mãos de Dona Nice, numa folha de um seu caderno, logo arrancada e entregue a mim, em 27 de fevereiro de 2010. O propósito da entrega do texto era que eu o enviasse por e-mail para servir de apresentação de sua participação no *VII Encontro Internacional de Poetas*, para o qual ela foi convidada; tendo aceito o convite, portanto. O Encontro ocorreria na última semana de maio de 2010, na Universidade de Coimbra, Portugal, para onde viajaríamos juntas. Digitei, enviei o texto e pedi autorização que o mesmo desse início ao presente trabalho, em conjunto com ela, feito a muitas mãos. Todo o texto aqui publicado dependeu de sua prévia autorização: foi lido e debatido com ela, que sugeriu a forma final da edição, propôs temas e caminhos a serem focalizados, assim como selecionou as imagens que acompanham este trabalho. De uma série de entrevistas com ela, realizadas por vários pesquisadores do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, no âmbito de diversas iniciativas de pesquisa, estas foram escolhidas, segundo seus critérios já direcionados para a situação presente: a publicação deste livro.

A idéia de um livro partiu dela, em março de 2009, durante o jantar de

20 Ao sair do doutorado em Literatura, inícios de 2004, e lendo Brecht, também eu sentia falta de intelectuais que soubessem trabalhar com as mãos. Até conhecer, através de Dona Nice, as quebradeiras de coco babaçu na Amazônia.





encerramento de uma jornada de cooperação técnico-científica em torno da temática de povos e comunidades tradicionais do Brasil e da Argentina: *Del Amazonas al Río de La Plata*²¹. Naquele momento, estavam presentes, além de mim e Dona Nice, os antropólogos Alfredo Wagner Berno de Almeida, Ilka Boaventura e Cynthia Carvalho Martins. Mais adiante, na mesma mesa, também estavam os antropólogos Luis Ferreyra, uruguaio, e Deise Lucy Oliveira Montardo. Dois meses antes, havíamos nos conhecido, eu e Dona Nice, por ocasião da realização do Fórum Social Mundial em Belém do Pará, no local que hospedou as pessoas do Projeto Nova Cartografia Social, onde nem eu, nem ela estávamos hospedadas, mas fazíamos questão de ali estar, logo pela manhã, por causa da companhia das pessoas que ali se encontravam, que propiciavam trocas e debates em torno de muitos temas comuns a pesquisas e mobilizações políticas relacionadas com as identidades envolvidas na categoria povos e comunidades tradicionais.

Dali, partimos todos, no primeiro dia, para a marcha de abertura do Fórum, depois de termos, coletivamente, elaborado frases e confeccionado

21 A *I Jornada de Povos e Comunidades Tradicionais* ocorreu entre 5 e 9 de março de 2009, organizada por mim e pelo professor Alfredo Wagner Berno de Almeida, estando eu na direção da FUNCEB – Fundação Centro de Estudos Brasileiros – e, ele, à frente do projeto que fundou e coordena Nova cartografia Social. O evento foi executado em conjunto com diversas outras instituições: as universidades públicas brasileiras envolvidas eram UFPA, UFAM, UEA, UEMA, UFSC; as argentinas eram UBA (através da Cátedra de Estudos Brasileños de la Universidad de Buenos Aires), Universidad Tres de Febrero, Universidad General San Martin, além do CONICET e da Embaixada do Brasil. Todos eles presentes à abertura do evento. Também na mesa de abertura do evento esteve o representante do BID na Argentina, Daniel Oliveira. Em outubro de 2009, realizamos, novamente em Buenos Aires, a III Jornada, sob minha coordenação e de Alfredo novamente, no âmbito da RAM (Reunión Antropológica del Mercosur), contando com as mesmas universidades envolvidas, com exceção da UFSC; tendo sido realizada a II Jornada em Manaus, organizada somente pelo Alfredo e não estive presente. A partir dessas duas jornadas, do “Ciclo Afrolatino” que coordenava na UBA-Centro Cultural Ricardo Rojas com Cecilia Vásquez, e da minha experiência de pesquisa em Buenos Aires durante dois anos para o projeto de pós-doutorado do PACC-UFRJ, que partia da análise da representação do negro na literatura argentina contemporânea, por causa do romance *Cosa de Negros*, de Washington Cucurto, e se estendeu com o diálogo estabelecido com movimentos sociais argentinos relacionados com a temática dessa representação, e, em conjunto com o diretor da referida Cátedra da UBA, fundada em 2007 com uma palestra de Joel Rufino dos Santos sobre racismo, com a brasileira pesquisadora do mestrado em Diversidad Cultural e representante do movimento afroargentino Diáspora Africana, Maria Cristina Sampaio, além da pesquisadora e presidente da Sociedad Caboverdeana Miriam Gomes, também aluna desse mesmo programa de mestrado na Universidad Tres de Febrero, e, ainda, com a professora doutora e coordenadora do referido programa Dina Picotti, estabelecemos diálogo com o antropólogo Alfredo Wagner e o projeto, fundado por ele, *Nova Cartografia Social*. Realizamos duas oficinas na Sociedad Caboverdeana, nas quais Dona Nice esteve presente. Comemos “cachupa” e dançamos a “morna” e a “coladera”. Foi publicado um pequeno volume com mapa e narrativas de testemunho da comunidade caboverdeana de Buenos Aires.





nossas faixas. Eu, o professor Alfredo Wagner, coordenador do PNCSA, a professora Eliana e uma outra professora que tínhamos acabado de conhecer e que também ali estava para visitar alguém ligado ao projeto, ficamos encarregados de pintar as faixas com as frases elaboradas pelos vários grupos ali presentes. Alguns grupos já tinham trazido prontas suas faixas e foram os primeiros a tomar o rumo do centro da cidade, como os representantes de grupos de pescadores do São Francisco: “Não à transposição das águas”. Combinamos, eu e as quebradeiras de coco presentes, que iríamos juntas para a marcha. Era meu primeiro encontro com Dona Nice e, como sempre, ela usava colares, salto e muitas cores.

Ao longo dos vários dias do Fórum, estivemos juntas e, em todos esses dias, conversamos, cantamos e dançamos, muitíssimo e animadamente, na tenda do *Projeto Nova Cartografia Social*. A trilha sonora, em geral, era selecionada pelos meninos do projeto *Nova Cartografia* do núcleo Manaus. Contribuições do Emmanuel e do Luís: música indígena. Mas também tivemos música ao vivo: cantada pelas *Encantadeiras*, cantada pelo Pajé Luís Tayandô, pelo músico Christiano Marques, e tocada e cantada muitas vezes pela Cynthia – poeta e antropóloga da Universidade Estadual do Maranhão – e pelo Zé Maria – poeta e músico –, que já faziam isso muitas vezes, mais precisamente todas as quintas, no centro histórico de São Luís do Maranhão: “a vida é uma festa”. Também é. Como Dona Nice demonstra, ao fazer parte do grupo das *Encantadeiras*: cantar e dançar também podem ser uma forma de luta.

A tenda à qual me refiro foi feita com teto de palha de buçu e uma parede servindo como painel de fotos, feita de miriti. Esse mesmo material foi doado pelo Projeto Nova Cartografia e serviu para a reconstrução da tenda, com mais ou menos 100 metros quadrados, na Ilha do Maracujá, distante cerca de 40 minutos em barco do centro de Belém - tomando o barco a partir do Porto da Palha. Esta mesma tenda, projetada por dona Edna, da Ilha do Maracujá, e construída sob sua orientação e com a colaboração de outros moradores, referidos à ARPEIM²² foi reinaugurada com uma festa oferecida pelos mesmos moradores construtores e alguns integrantes do PNCSA em 20 de dezembro de 2009. Ela passaria a servir como local de reuniões para a associação e como local para aulas e oficinas, visto que não há nenhuma esco-

22 Associação dos Ribeirinhos e Pescadores da Ilha do Maracujá.





la na Ilha e esta é uma reivindicação antiga dos moradores, que também não tinham eletricidade nem água tratada. E o lixo proveniente de Belém e de muitos turistas que passam por ali em passeios de barco, aporta lá nas margens da ilha, gerando mal-estar e várias doenças. Os pescadores e extrativistas dessa ilha – açaí, taperebá, araçá e cacau – dependem dos portos públicos da cidade de Belém para estabelecerem sua relação com a cidade.

Abre-se um parêntese. Estivemos todos muito emocionados durante a reinauguração da tenda, prova viva dos fortes encontros que tiveram lugar, para todos nós, em janeiro de 2009, durante a edição belenense do Fórum. Os pesquisadores do Projeto Nova Cartografia presentes eram, além de mim, professora Rosa Acevedo, indispensável elo com os moradores da ilha, Jurandir Novaes e Rita Costa, que esteve acompanhada de seu pai. Também foram convidados representantes dos moradores dos portos públicos de Belém, seu Antônio e sua filha Nádia, três alunas da professora Rosa – entre elas, Eliana - e a professora Neusa Pressler.



Foto: Camila do Valle





Entre as memórias mais fortes que povoaram aquela tarde de reinauguração da tenda, estavam aquelas que nos traziam Dona Nice, em janeiro daquele mesmo ano, vestida de vermelho, sentada naquele mesmo chão, ensinando a quebrar coco babaçu. Ou vestida de cor de rosa, encantadeira, com um colar presenteado por um indígena que a escutou falar e cantar ao microfone da tenda. Ou, ainda, de longo negro, dançando abraçada comigo e com a pesquisadora, então doutoranda em Geografia, Jurandir Novaes. Ou me lembrava do Alfredo Wagner, coordenador do Projeto Nova Cartografia, quando me viu emocionada, escutando Dona Nice falar e perguntou: “você já se conheceram, não é?”. Sim, nos havíamos apresentado uma à outra, logo antes da marcha. Tem razão o companheiro que diz que os olhos não precisam ficar procurando muito, não: já encontraram o que buscavam, sem saber que o buscavam. O olho pára quando distingue algo do restante: “perfecto distingo... el bueno tan lejos del malo”. Violeta Parra. Ou “o olho gruda quando se apaixonava”, para lembrar uma história do antropólogo Terri Valle de Aquino. Ou “a gente reconhece logo quem é da fraternidade”, para lembrar uma frase da Dona Alaídes, quebradeira de coco, presente no momento em que eu e Dona Nice nos apresentávamos uma à outra. A expressão fortíssima do olhar de frente. O queixo altivo. E, no caso de dona Nice, os vestidos e as saias inesquecíveis. Os brincos balouçavam-se, enormes, a cada meneio de cabeça, amiúde, já que ela não me parece parar quieta um minuto inteiro. E as pulseiras e sandálias de salto metalizadas. Estivemos, por várias vezes, nesta mesma tarde de reinauguração da tenda na Ilha do Maracujá, relembando cenas ali vividas, naquele espaço transplantado, o que nos parecia mágico. Dona Nice esteve presente na memória de várias pessoas e em nossas conversas que tentavam, palidamente, dar conta de nossa atividade de rememoração, de suas expressões de linguagens verbais, visuais, corporais: maneiras de se fazer presente na memória das pessoas. De acompanhá-las, mesmo quando se vão embora. Generosamente, com o cuidado de todos os seus detalhes, dominando técnicas de composição discursiva no próprio corpo, Dona Nice se fazia presente, nos acompanhava, na mesma tenda, quase um ano depois. Mesmo estando longe, em Penalva, onde mora, no Bairro Novo, que ela diz que é só nome “porque o bairro já é velho, já. Só é novo no nome. E ninguém arranjou outro, ficou esse mesmo”. Fala e ajeita o brinco. Ou as pulseiras²³.

23 A foto a seguir é do pesquisador Emmanuel de Almeida Farias Júnior (UFMA) durante a I Jornada de cooperação técnica científica “Del Amazonas al Río de la Plata”, março de 2009.







Dona Nice desatualizaria qualquer pesquisa sobre os usos do corpo no segundo ano, tamanha é a variedade de atividades às quais se dedica e tamanha é a reinvenção e singularidade da apresentação de seu figurino, algumas vezes costurados por ela – mais uma de suas atividades -, e que incorpora sempre elementos novos, pactuando com a idéia de uma identidade semovente, impossível de se fixar e, no entanto, com tantos saberes e memórias de sua territorialidade. E ser mãe de 6 pessoas já não é estabelecer 6 circuitos de dinâmicas identitárias diferentes?

Na quarta-feira, dia 10 de março de 2010, ficou pronto o passaporte de Dona Nice. Enquanto esperávamos para sermos atendidas, Dona Nice escrevia no caderninho que ela carregava consigo e lia em voz alta: “Universidade de Coimbra? Portugal. Europa. Gonçalves Dias estudou lá mesmo?” Ia confirmando, assim, a viagem que faríamos. No dia anterior, Luis Alves Ferreira, professor do curso de Medicina da UFMA e um dos fundadores do Centro de Cultura Negra do Maranhão, havia conversado conosco sobre Gonçalves Dias²⁴ e Dona Nice anotou várias coisas sobre aquele encontro. O atendente da Polícia Federal nos chamou e pediu o formulário eletrônico preenchido e impresso.

Não tínhamos. Pedimos um computador que estivesse disponível para o público, com esta finalidade. O gentil atendente nos acompanhou até uma “máquina” que ele não garantia estar 100%. Sentamo-nos as duas diante da “máquina”. No campo “profissão” só era possível escolher uma, numa lista previamente fornecida pelo sistema de preenchimento de dados. Por que será, a necessidade da identidade profissional única? “Vamos buscar quebra-deira de coco”, disse ela. Não constava. “Vamos olhar se tem quilombola. Quilombola é que não vai ter mesmo. Quilombola não é profissão. Mas como é que um indígena ou quilombola vai ter que explicar esse negócio de profissão para tirar passaporte? Às vezes, eu penso que nós lá da roça sabe-

24 Naquele momento de nossa conversa com Luis Alves Ferreira, lembrei-me de um texto recentemente lido. As anotações e a declaração de apreço pelo que ouviu, feitas por Dona Nice, me respondem, assim, de alguma forma, à pergunta, provocativa, de Benoît de L’Estoile no texto *Loubli de l’heritage colonial*: “Peut-on tourner la page coloniale?”. “La possibilité qu’un individu s’identifie d’abord par son appartenance à une communauté de culture est condamnée en tant que “communautarisme”, mettant en danger une identité nationale définie par l’attachement à un certain nombre de valeurs communes (...)” (Le débat, numéro 147, novembre-décembre 2007. Paris: Gallimard, p.95). Inevitavelmente, a leitura de Fanon, sempre infrequente nas universidades brasileiras, levanta o espaço obscuro e incômodo que jaz entre *colonisation et rapport colonial*. E fazer uma diferenciação entre essas duas instâncias tem requerido um aparato teórico não pouco espinhoso. Fica para outro momento.





mos mais que os da cidade.” Olhou para mim e emendou: “Que alguns da cidade.” Rimos. Não tinha a designação “quilombola” na lista. Ela: “Vamos ler todas para ver se acho alguma.” Começamos do fim para o início. “Trabalhador rural... hum... pode ser”. O computador apagou sozinho. Fomos até o atendente: “a máquina pifou”. Ele pediu que esperássemos. Depois de algum tempo, sempre sorridente, o atendente nos pediu que o acompanhássemos. Preencheu o formulário no computador localizado em sua própria mesa. No campo profissão, ele perguntou e dona Nice respondeu: “Trabalhadora rural. É a única que dá é ‘trabalhadora rural’, e só dá para escolher uma”. Ele disse: “ah! Lavradora!” Vi que Dona Nice não gostou nadinha da modificação que ele fez em suas palavras. Retrucou. E Dona Nice nos salvou do arrastado silêncio que se seguiria: “vou para Portugal. E lavradora é muito diferente de trabalhadora rural.” “O que é que tem de diferente?”, perguntou o rapaz. E dona Nice, baixinho, para nós duas: “Não tô falando: esse pessoal de São Luís...” O rapaz contesta que não é de São Luís e nem é do Maranhão. Ele nem gosta de morar lá. Foi viver lá por causa de uma mulher, o relacionamento acabou e ele ficou por lá, sozinho, porque já tinha conseguido aquele emprego ali e tinha medo de ficar desempregado se voltasse para a terra dele. “Não sou da Polícia Federal, não.” Diz, com veemência. “Os atendentes aqui nessa sala são terceirizados.” Dona Nice demonstra simpatia pelo rapaz. Sorri para ele. Olha para mim sorrindo. Abranda a voz: “trabalhadora rural preserva, tem ou quer ter sua terrinha, sua roça, sua rocinha. O lavrador não preserva, hoje tá aqui, amanhã ali, trabalha forado. Até os sindicatos são separados.” O rapaz diz que para ele é a mesma coisa e Dona Nice, tranqüila, responde que não é, não. Que se ele quiser, pode ir dar uma volta na roça, lá perto de Penalva, que ele vai ver que lá até o pessoal é diferente, e lá ela mostraria para ele a diferença entre trabalhadora rural e lavradora.

Já na rua, dona Nice se vira para mim e diz: “esse moço até que foi bem simpático. Não é sempre que tratam a gente bem assim nesses lugares, não. Em geral, não. Agora você vê: tem um negócio que eu acho que deve ser igual em qualquer lugar do mundo que é as elites. Então, eles não sabem que tem indígena, que tem quilombola, que tem quebradeira de coco? Como é que não tem isso no formulário? Deixasse um espaço pra gente escrever e eles ficavam sabendo, então. E espaço pra mais de uma profissão, se a gente não tiver só uma. Então, a gente que é assim, também não viaja? Sabe o que é igual nas elites, pelo menos aqui do Brasil, elas não vê o que elas não quer





ver. Está na cara delas que a gente existe e os nossos direitos e elas não quer ver. Aí, finge que não vê. Tem muita coisa mesmo pra mudar ainda. Todo dia eu descubro alguma coisa pra mudar.”

Na volta, com o formulário já pago, o mesmo rapaz vai tirar uma foto dela. Repetidas vezes ele nos comunica que as fotos não ficaram boas e que o programa não aceita aquelas fotos para o passaporte. Sempre sorridente, ele continua tentando tirar a foto. A atendente da mesa ao lado vem até a mesa dele e diz que “gente com a cor de pele dela tem que limpar bem o rosto, se não o programa não aceita, porque a pele fica muito brilhosa”. Ele tenta mais umas duas vezes e a atendente diz, “se não limpar a pele com um lençinho de papel, não vai conseguir. Essa cor de pele é bem difícil do programa aceitar se não limpar bem o rosto.” Dona Nice, com jeito, diz que vai até o banheiro, então, lavar o rosto. A moça vem, diz que não adianta e passa uns lenços de papel no rosto dela. Diz “agora, sim, sem brilho, é capaz do programa aceitar.” O programa aceita. O rapaz pergunta se Dona Nice fica satisfeita com a foto ou se quer outra. Ela responde que não, e brinca que não podendo mudar de rosto, não adianta tirar outra: “o passaporte vai ter que sair com aquela cara mesmo que tá na foto”. Sai sorridente. Na farmácia, ali perto, diz que precisa comprar um creme hidratante, “pra pele não ficar assim tão seca. Precisa um brilhozinho”.

Dona Nice é uma das representantes das quebradeiras de coco babaçu, que se organizam em torno do MIQCB (Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu). São aproximadamente 400.000 mulheres organizadas em um movimento social, vivendo em comunidades matrifocais na Amazônia. Elaboraram e conseguiram fazer promulgar a Lei do Babaçu Livre. Enfrentam, juntas, uma guerra ecológica nos babaçuais. Fazem parte fundamental da diversidade social e cultural da Amazônia. Nessa variante da sócio-diversidade, a mulher é o centro. Da vida pública e doméstica. São, afinal, aquelas que preenchem de sentido atualizado, com suas identidades, o nome do território onde vivem: Amazônia.

O pacto entre nós foi feito com uma troca de brincos. Ocorreu durante o já mencionado jantar em Buenos Aires. Dona Nice tirou os brincos, que, para mim, eram uma marca acompanhando o evento: era o que de último desaparecia da memória a cada dia, quando eu me preparava para dormir, e era a primeiro imagem que aparecia quando eu acordava e me dava conta de





mais um dia de trabalho daquela jornada de cooperação técnico-científica. Dona Nice retira os brincos, estende as mãos e entrega-os a mim como presente. *Gracias a la vida*²⁵.



Na Universidade de Coimbra, Portugal, durante o VII Encontro Internacional de Poetas, junho de 2010, além de mim e Dona Nice, Manuel Rui, filho (Angola); Ch'aska Eugeni Anka (poeta quechua nascida no Peru); Delmar Gonçalves (Moçambique) e Juan Armando Rojas Joo (México).

²⁵ *Gracias a la vida*, de Violeta Parra, cantada por Mercedes Sosa, cantora falecida no último dia de reunião da VIII RAM- Reunión Antropológica Del Mercosur. No momento que íamos, alguns participantes, em um taxi rumo ao centro da cidade de Buenos Aires, o rádio anunciou o falecimento e colocou tocou esta música. O motorista pediu licença para parar o carro e chorou. 4 de outubro de 2009.





CAPÍTULO I



Foto de Dona Nice com seu filho Gil, suas filhas Célia e Geovânia e seus netos. Quintal da casa de Gil.

Oficina Preparatória do Projeto Nova Cartografia da Amazônia (PNC-SA) em Penalva, MA. Data: 01.03.12 – Galpão da Associação de moradores de Bairro Novo

Participantes da Oficina: José Oscar Mendonça (Nova Vida do Itaquirati, presidente da Associação de Agricultores e Agricultoras); Raimundo Nonato Mota (Quilombo Monte Cristo, que abrange São Braz, Ponta Grossa, Condurú e o próprio Monte Cristo); Ana Flávia (Quilombo Santo Antônio); Maria do Rosário (Município Matinha, Povoado Bom Jesus), Maria de Je-





sus Bringelo (coordenadora do MIQCB); Ana Carolina Mendes (assessora do MIQCB); Sandra (representante da comunidade Catual - Viana); Creuza Camaro Sousa; Carlos (apelido Raimundo, do povoado Boa Vista que abrange 5 associações, ex-coordenador da ACONERUQ); Mauricio Paixão (CCN) Beatinha Reis Mota (moradora do Bairro Novo e da Enseada da Mata); Iraci (Associação dos Moradores da Enseada da Mata); Alquina (Quilombo de Melhora); Maria de Jesus Costa (Santa Rosa 2, Viana); Roque Soares (Presidente da Associação de Lagoa Mirim, representando 3 comunidades); Fabrício Maranhão (Lagoa Mirim); José Carlos (Quilombo Sossego, Penalva, representando Cutia, Capoeira; Zacarias dos Santos), Zacarias (Quilombo Mata Boi, Monção); William Trindade (Associação do Povoado de Santa Rita); José Procópio Silva (Viana); Camila do Valle (Professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro); Gardênia Mota Aires (Santo Antonio, Penalva), Davi Pereira Júnior (Itamatatuiua, GESEA); Dorival Santos (Cajari, GESEA); Edinaldo Padilha (“Cabeça”, Cajari), Aniceto Cantanhêde Filho (antropólogo, CCN), Ivo Fonseca (CONAQ).

Depoimento Maria Nice Machado Aires:

Sou preta na cor, negra na raça. Sou quilombola, extrativista, agricultora familiar, sou do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). Do Estadual, sou da ACONERUQ – Associações das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Estado do Maranhão, e do Nacional sou do CNS – Conselho Nacional das Populações Extrativistas. E contribuo na construção da Cartografia Social. Sou Presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar de Penalva, Maranhão - SINTRAF. E da coordenação do FETRAF – Federação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar do Maranhão.

É o seguinte, vou falar um pouco sobre a cartografia da Amazônia, a importância. Quem dera todas as entidades de todos os municípios tivessem uma cartografia dessa aqui, porque não é fácil para ser feito. A cartografia da Amazônia, você vai de casa em casa, observa tudo o que as pessoas fazem, o que ela tem de bom, o que ela tem de vantagem.

A Enseada da Mata, a primeira coisa que foi muito questionada é que eu trabalhava como quebradeira de coco, trabalhava nas comunidades, é que





não tem, nos mapas, as florestas, não tem mais palmeira, não tem mais cultura, não tem mais nada. Mas no fascículo tem tudo, tudo o que tem dentro da área, tem palmeira, tem boi, tem roça, tudo que tem nas comunidades. O trabalho das companheiras socando o pilão e tem gente que diz que não tem mais pilão nas comunidades, isso tudo os companheiros do cartografia olharam. De ter tem, os olhos dos que querem nos dominar que não olham e diz: vai sumir.

Tem também devastação que não tinha antes, que os fazendeiros que desmatam, palmeiras no chão, palmeiras envenenadas. Nós fomos em todos os povoados e encontramos mulheres que quebram coco, tudo que dizia que não tinha, ainda tem, nada sumiu, apesar dos fazendeiros, dos búfalos. Depois de tudo, nós colocamos nos mapas os mistérios, as riquezas que os quilombolas preservam e que tem gente que vem de fora e quer destruir.

Tem também o José Maia que, no Brasil, ainda não tem médico que consiga fazer o que ele fazia. Ele trabalhava com milagres e que nós não queremos que acabe. Um lago, um rio, várias coisas importantes, os campos cobertos. Os representantes das comunidades, que é o trabalho mais importante do mundo, que tem luta, tem garra, a força política que os grupos têm, ela está aqui conosco.

Quando eu falo no Cabeça (Ednaldo Padilha), foi o primeiro negro, depois do Zumbi, que a gente coloca como mistério. Pistoleiro que vem em cima e que não consegue matar, já foi preso, mas está defendendo a classe negra quilombola. Que nem todo negro é quilombola, é difícil conseguir pessoa que não entrega a comunidade para qualquer projeto que quer destruir a comunidade. É mais fácil você encontrar pessoas que destrua as comunidades do que trazer projeto pra beneficiar o povo. Riqueza e terra para todos e água para todos, água dos rios inclusive. E nossas lideranças são firmes, e nós temos representantes nas nossas comunidades que não tem sentimento, mas Cabeça (Ednaldo Padilha) é capaz de morrer por nós todos. Muita gente diz que não vai morrer por causa de terra, que diz que já trabalhou muito. Mas nós só temos valor se nós mostrarmos nossa entidade, na frente dos outros, que só pensam no privado deles. (...)

Estou em todas as lutas. Tem que dar sustentabilidade. Nós não devemos deixar o movimento, não devemos deixar a luta, deixar a comunidade. A cultura, a força, Frechal, a primeira reserva quilombola do Brasil. Eu quero





seguir esse modelo, fomos conhecer Frechal e pedir que falassem dos companheiros daqui que dizem que isso nunca vai mudar, eu queria que eles sentissem na pele que quem muda somos nós. E eles ficaram invocados com o que viram lá. Quero dizer para os companheiros da Enseada da Mata e do Bairro Novo que permaneçam na luta, nos encontros, que nunca deixem de participar. Que não concordem com a visão perversa dos fazendeiros.

Nós temos briga com os búfalos, com cerca elétrica, com prefeito, e a gente não se dobra mesmo, nós encaramos. É uma briga pra ser respeitado, para ter vida. É uma briga para ter vida, para fazer viver nós e a natureza.

Dentro do Estado do Maranhão, a cultura deixou a desejar, mas nós resgatamos os jovens para bater o tambor e para cantar, para poder respeitar, se não vai acabar. No encontro que teve em Viana, muitos jovens dizem que não conheciam a caixa, o bambaê. Foi realizado um grupo que a juventude resgatou.

Quero recomendar mais uma vez, quem dera que a gente poderia fazer em todo lugar a cartografia. Que nós da Enseada da Mata fomos muito mais respeitados, abriu portas, isso chama atenção do mundo inteiro que todo mundo vê. Isso é para ajudar a nossa luta, fazer as pessoas respeitar a nossa cultura, os nossos costumes.

Aqui nós temos uma luta pelos quilombos, somos quilombolas e já estamos organizados na nossa vida, na nossa fala, na nossa luta, se nós temos um conflito, rapidinho nós conseguimos reunir 50 companheiros.

Dona Nice fala sobre os grandes projetos

Sobre o linhão:

A minha fala aqui, nós estamos falando de uma discussão para falar da importância ou pouca importância, desse projeto, o que é compensação? A outra coisa que, daquele jeito, vai ser a desgraça em outras comunidades, eu estou falando com a Aconeruq, com o MIQCB, para mobilizar... Tem gente que não entende a história do negro, primeira riqueza do mundo é a terra, porque se nós não tiver demarcação, titulação das terras, não tem nada... tem agricultor, pescador atingido por esse linhão. Hoje, o que acontece? O que vai resultar? Nada. Então, o projeto do movimento negro é isso aqui: é





a terra, para eles. Na empresa, não é considerada a terra. E onde foi feito o linhão, ninguém passa lá... não teve um debate com o movimento negro, foi uma coisa individual e hoje não quero falar pelo município... Em 2002, essa comunidade tinha 70 famílias e, hoje, tem 560, porque onde foram despejados... Não é à toa que estamos brigando por uma reserva, por um assentamento. A pior coisa é não ter onde morar. É nela que a gente vive: não se troca a terra por um objeto, eu sou contra sim e se tiver um jeito de parar isso, é parar, eu sou contra isso...

Eu queria explicar uma coisa, nós do movimento tem feito mais do que isso. Se nós se mobilizar para conscientizar os companheiros, nosso projeto é esse da titulação das terras. O prefeito enfraquece as pessoas, então, a hora que nós colocar que nosso projeto é esse, não é só o título. É preciso demarcar, pra saber por onde passa a nossa e não ter direito de entrar, a outra coisa que eu queria colocar é que a gente continue a fazer esses seminários, mas que está sendo importante aqui, aqui tem mais de 1000 comunidades aqui, a proposta que a gente continue a fazer esses seminários.

Dona Nice sobre temas relacionados à violação dos direitos dos povos e comunidades tradicionais

Fiz questão de falar de compensação. Tem gente que não entende história do negro, gente que não entende o movimento negro. Primeira necessidade é a terra, como buscar políticas públicas de outras coisas se a gente não tem o principal que é a terra?

Quem está lá, está tudo bem agora. Lá em Alcântara, todo mundo que recebeu benefício, em um mês acabou tudo e o que tem agora? O que vai resultar? Nada. A nossa indenização primeira é a terra. Podem eles oferecer algumas coisas, mas... E aonde for feito o linhão, ninguém passa mais, vai ser proibido. Ninguém fique contente com indenização... Eles oferecem caixa de som, computador (...). É quem destrói o lugar, a terra onde a gente vive. Uma coisa que acontece lá em Brasília, toca nós aqui. Não teve debate com o movimento negro quilombola, com as lideranças, não teve. E eu sou contra sim, sou contra o linhão. Nada que oferece empresa nenhuma não é benefício para gente, é coisa de gente que tira a vida (...). Aqui, em 2002, essa comunidade aqui tem 70 famílias, hoje 500 famílias que foram despejadas. Não é à toa que a gente está brigando por uma terra, por uma reserva. Não





se troca por dinheiro nenhum a terra gente.

Depoimentos feitos durante essa mesma reunião:

Seu Fabrício Nabate Maranhão (Lagoa Mirim), sobre dona Nice

Essa comunidade começou, eu dou graças a Deus à dona Nice. A gente vivia se matando sem dar jeito. A gente chamou os pesquisadores e eles foram, vários companheiros, então aí, começou. A gente está de parabéns, porque já está de documento na mão, ela ajudou a gente nisso, Nice.

Lagoa Mirim tem uma grande riqueza, só o lago que nós temos que exporta pra todos os lados. A gente vem brigando com os latifundiários que querem tomar conta da reserva. O mais importante é que a gente venceu lutando.

Seu Fabrício Nabate Maranhão, sobre seu Cabeça (Edinaldo Padilha), companheiro de luta de Dona Nice

O Cabeça não tem medo de careta, é que nem eu. Já briguei nessas delegacias, já fui ameaçado, mas estamos aí. Temos de brigar pelos companheiros, tem companheiros que ficam entalados, porque tem o medo. Então, na hora que a dona Nice falou de José Maia, meu tio, eu sou parte da umbanda, e não tenho vergonha, a gente tem que lutar por aquilo que a gente é. O Cabeça ajuda a gente, a gente se ajuda a ser o que é do fundo da nossa herança dos nossos avós, pais.

Roque Soares, sobre dona Nice

Nós temos aquela reserva lá: é muito rica, somos 38 comunidades naquela área. Eles não puderam vir, mas nós estamos aqui pra resgatar essa luta pelos companheiros. Nós temos na nossa lagoa, o nosso babaçal, muito peixe, e a gente tala pra somar. Dona Nice que roda para todo lado para ver se nós ficamos com o que já é nosso e os fazendeiros querem tomar.

José Carlos, sobre dona Nice

Eu sou de Sossego. Quero agradecer os companheiros que estão aqui, pra discutir a questão da terra. Um fazendeiro, antes de Mangal, comprou uma





fazenda. E aquele Mangal é nosso, mas o fazendeiro disse que é dele e esticou a cerca até as nossas portas. A única coisa que temos que fazer é nos unir e reagir. Pegar espingarda, pedaço de pau, cacete e defender o que é nosso.

O primeiro que eles querem agarrar é o líder. Botaram 22 homens pra cortar, nós pegamos os homens da comunidade pra defender o que é nosso. Colocaram o trator devastando. Eles ficaram um pouco com vergonha porque viram a gente armado, um companheiro deu dois tiros para cima, e com isso eles recuaram. Isso foi um conflito que nós tivemos aí no Sossego. A gente fica muito grato com a presença de todos vocês, isso para nós é força. Força do Cabeça, força da dona Nice, que nos colocou nesse movimento, isso é muito gratificante. Nós estamos nessa luta porque não temos mais a quem recorrer. Seu Cabeça e dona Nice são nossos líderes que abre nossos olhos e nosso coração para defender o que é nosso. Dona Nice que me colocou nessa batalha.

Os fazendeiros realmente, da área de Sansapé, ele não se contentou: botou o arame na beira do povoado, tudo encurralado. Se não tiver urgentemente algo pra nos defender, a gente vai ficar sem a nossa área. Nós estamos sendo espremidos na nossa área, a gente pede ajuda para salvar nossa área, que tinha muitos bichos e estão tudo sumindo. Isso tudo desapareceu. O que queremos é apoio dos companheiros. Queremos nossas florestas, usá-las porque nós sabemos usar, tanto que estão aí até hoje, só agora que começou a se acabar tudo, com esses fazendeiros.

Dona Nice, sobre a escola:

Tem um juiz que está condenando a cultura nossa, mas é porque ele não se formou de baixo para cima. Qualquer tipo de pessoa que não se formar de baixo pra cima, não vai saber se formar direito. O pessoal que está sendo formado de dentro das reservas vai dar certo, sim. A escola também contribui, e temos que lutar para a escola valorizar nossas sabedorias. Se ela não falar da nossa cultura, da nossa comunidade, ela não contribui, serve só para afastar o que estudou dos que estão do lado dele.





Depoimento de Maria do Rosário Costa Ferreira (comunidade Bom Jesus, MIQCB) , sobre Dona Nice

E eu gostaria de começar minha fala cantando. (Canta uma música com a seguinte letra: mulher te chamo que essa luta é nossa, deixa essa cozinha e vamos sair pra luta) E a gente fica até emocionado quando vê os companheiros falando desse assunto (...) Nós somos movimento mesmo. Então, gente, eu vou aqui falar um pouco do nosso território. Eu sou coordenadora do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). E dizer aqui pra vocês que no início da minha luta, eu comecei na base, sou semianalfabeta, devo a duas pessoas o início do meu conhecimento, a Deus e a dona Nice. Agradeço dona Nice porque iniciamos nosso trabalho juntando nossa base. Uma coisa que chegou pra mim que Deus mandou a dona Nice, que eu precisei ter outro conhecimento que ajudava a fortalecer a minha base, por isso eu devo a ela e a Deus, um movimento que hoje se chama MIQCB. Mesmo analfabeta, eu consigo transmitir, já consigo passar pra outras companheiras, Comecei a participar de reuniões na escola e na comunidade. Uma coisa que Deus mandou foi a dona Nice, que me trouxe outro conhecimento para poder avançar, um caminho do movimento social. Falando do nosso território, em 2001, eu comecei nessa trajetória, eu com dona Nice e outras companheiras. Eu fui descobrindo que nós precisava buscar muito mais, em 2001, nós não tinha comunidade registrada em papel (...). Foi criada a associação de moradores, mas nós não sabia o que era comunidade quilombola, foi com luta e decorrendo tempo com essa luta, nós precisava, a gente começa a descobrir coisas, depois se juntando a gente foi percebendo os conflitos, para nós os conflitos eram desmatamento, cerca elétrica.... Em 2006, foi criada a associação dos moradores, mas a gente ainda não sabia o que era quilombola. E foi com luta e é com luta e vai ser com luta, é a luta que ensina nós a ser quilombola. Fomos passando pelo conflito, fui presidente de associação e começamos a enfrentar várias dificuldades e eu descobri que essa dificuldade era conflito, derrubada de palmeira, cercamento de recursos naturais, e isso, pra nós, chamamos de conflitos. E, também, essa cerca elétrica, veio chamando muita atenção da gente. Dessa cerca elétrica vem acontecendo muito conflito, morte elétrica, de companheiras quebradeiras de coco do município de Matinha, agarrada em cerca elétrica de fazendeiros. A gente quer sair desse conflito, onde a gente tem poder de lutar, e a gente é ameaçado, como liderança. Quem fala sou só eu como liderança e poucas





peessoas como liderança. Outros conflitos, búfalos no campo, envenenamento dos campos e dos rios, açudes nas margens. O veneno na época da chuva, a água leva para o rio e para o campo. Ameaça das lideranças, pessoas que se destacam a denunciar, a culpa vem para cima de mim porque eu que estou falando. E é por culpa de mim, que os fazendeiros falam que quando eu entrei nesses movimentos foi que começou a ter isso.

Bom Jesus de Matinha, hoje, eu considero o central, pois nós começamos a puxar essa discussão e estamos levando para outras comunidades. Lá existe o poção, onde era o sumidor dos escravos, tem o alicerce dos engenhos dos escravos. E deixar aqui pra vocês que Bom Jesus é por conta do nome, e o nome de guerra, e a comunidade que eu moro, existe o sumidor dos escravos, tem resquícios da escravatura, existe o poço, porque Bom Jesus, quando foi criado, quando os escravos foram libertados, o comendador, ele fazia a ponte dos negros, para passar por cima dos negros. Então, como eles gritavam muito pelo nome do Bom Jesus e quando eles foram libertados, falaram que graças a Bom Jesus, eles foram libertados. Então, por isso eu peço aqui aos pesquisadores, que registrem porque lutamos, o nome da nossa área, a reserva da Mata Grande Sesmaria do Jardim, esse é o nome da nossa área. Existem muitos tipos de plantas nativas. Então, a gente pede aqui que nos ajude porque nós estamos olhando na frente, vendo os outros se desfazer de uma riqueza que é nossa e a gente sem poder reclamar. A gente já tem os documentos por conta do conhecimento que eu adquiri no MIQCB. Eu peço aqui que os pesquisadores nos ajude, faça uma visita, lá nesse nosso território. Meu muito obrigada.

Depoimento de Sebastião Maranhão, Presidente da Associação de Castelo Monção

Sou amigo da Nice, dei o pontapé inicial no MIQCB, lá em Monção, e assumi a associação dos quilombos. Vou falar da minha comunidade Castelo, a devastação é total tanto na flora, quanto no espírito. Os peixes não têm mais onde se esconder, tudo devastado. O campo não é mais da união, é dos posseiros, dos fazendeiros, que colocam arame e nós enfrentamos essa grande dificuldade no nosso território.

Depoimento de Ivo Fonseca (CONAQ)





O liberalismo, então, foi liberando tudo. Hoje, nós estamos discutindo a nível nacional, para que faça o mapeamento dos grandes projetos, que a maioria passa por dentro das nossas comunidades. Esse individualismo é que complica nosso processo, entra com uma ação conjunta, isso a gente tem que trabalhar coletivamente. Os direitos que nós adquirimos. Dizem que para o Brasil liberar para os projetos, nós temos que ser consultados: é o que não está sendo feito. Como a Nice disse, temos negros que não são negros. E aqui a luta ocorre com dona Nice e os companheiros dela. E digo: se não resgatarmos os nossos princípios, estamos mortos. Porque esse país sempre escondeu nossos direitos desde que a gente foi obrigado a vir pra esse país. Só as comunidades quilombolas estavam segurando, todos os outros setores já havia liberados, os fazendeiros já haviam recebido dinheiros, os prefeitos já haviam liberado. Vamos nos reunir e entrar com ação conjunta pra sermos indenizados para o resto da vida.

Dona Nice: no MIQCB e na luta pelo reconhecimento como quilombola.

O movimento social organizado tem muita força. Não está perdida a causa, mas tem que estar unido. Enquanto vocês estão organizados, as pessoas que estão de fora, todas as pessoas são muito fáceis de serem enganadas, as pessoas de fora dos movimentos, é enganado fácil. O acesso de uma estrada é muito importante, a água, a gente quer se beneficiar com a água, agora é dever do poder público. Eles não podem, essas empresas, como compensação, dar água e estrada em troca da terra. A terra, a água, a estrada são direitos.

Eu queria explicar que nós do movimento temos feito mais coisas do que isso, isso é só o começo, nós fizemos os seminários para se conscientizarem. O nosso projeto é de titular as terras. A hora de nós colocarmos que nós queremos isso... Outra coisa, não é só o título da terra: a gente precisa demarcar, para saber qual é a área, pra não ser invadido. Para saber onde é o nosso, onde é quilombola.

Aqui, nós temos mais de três mil comunidades. Se as lideranças se prepararem e chegarem lá na base, a gente se unir, as empresas vão sair correndo.

Reunir com o movimento negro, com as quebradeiras de coco, e não só com a base, essas reuniões enriquecem a gente, e vai mudar sim. Que a gente





continue fazendo isso. A gente não sabe se lá na frente a gente vai ter prejuízo. Dentro do movimento com os companheiros que tem experiência, vai ajudar, ajuda é ajudar a enxergar, não é dinheiro de compensação.

Depoimento de Seu Cabeça sobre Dona Nice

A criação da reserva da Enseada da Mata é uma questão de necessidade. São os mesmos que vivem da agricultura, do babaçu, da luta contra o búfalo. A primeira coisa que a gente encontrou foi as fazendas de onde as pessoas vieram, entenderam que todo mundo vivia na mesma área, viu a questão quilombola, da nossa cultura, como a gente vivia, os nossos campos naturais, da Enseada da Mata, e a gente começou a discutir para afastar o búfalo. Aí, veio a devastação dos nossos babaçuais, aí veio o debate, a gente brigando por isso. Depois, nós começamos a ver a questão das reservas, pra preservar, dentro da área, a gente tinha também os quilombolas. Para a gente desapropriar a área, era os latifúndios sair de dentro daqui. E a gente começou a discutir a reserva, tinha uma pessoa que vinha de Brasília pra fazer o levantamento. O Joaquim (advogado, pesquisador do PNCISA nesse momento) conversava com os fazendeiros e perguntava sobre as escrituras. O cartório foi um problema sério, que eles não queriam dar os documentos para ver as áreas que eram cercadas, que não eram, para poder fazer o levantamento fundiário. A gente não quer perder os nossos costumes, as nossas coisas que estão ligadas com o quilombo. A gente trabalha com os quilombos e com a preservação das nossas áreas florestais. Fizemos vários seminários para a gente estar discutindo que não aconteça com a gente o mesmo que aconteceu com o linhão. Aí em Viana e em Jambuaçu. A gente já teve conflito com prefeito, já fizemos muitas manifestações a respeito da reserva. Tem uma série de coisa que a gente tem discutido pra garantir os companheiros. Tem sido entrevistada muita gente, teve um questionário do instituto Chico Mendes com 30 representantes de comunidades.

Dona Nice em defesa dos babaçuais

Com Paulo Afonso²⁶, a gente brigava direto, porque ele queria que a gente

²⁶ Agente que teria se apresentado para fazer um levantamento e um questionário para o ICM-Bio ou Ibama.





vendesse o coco inteiro, mas eu disse que nós não íamos aceitar. A gente mostrou o valor que tinha o coco. Ele queria convencer que vender o coco inteiro era melhor do que quebrar. A gente não aceitou as coisas que ele queria colocar, mostramos o que era importante, o nosso sabonete, o nosso babaçu, os peixes naturais. No começo, a gente não entendia o que era a reserva, pensava que não ia poder fazer nada, pescar, quebrar o coco, mas a reserva extrativista permite que isso seja feito. Foi uma luta pra convencer, foi quase 2 anos pra convencer. Tem outras reservas que já tem o levantamento, mas que ainda não se deu o processo, como Contenda, Formoso.

Dona Nice e os saberes tradicionais

Sobre José Maia

A cartografia da Amazônia abrange todos os dados, tudo ela mostra. Em toda comunidade, tem pessoas que sabem benzer e a gente não fala, nós temos que falar desses conhecimentos tradicionais. E largar esse medo de falar das coisas que acontecem. José Maia foi vereador, mas não pode ir pra câmara, não pode assumir, tinha que ter uma outra pessoa pra assumir. A outra coisa é que ele foi condenado e que diziam que as farmácias não vendiam por causa dele, porque ele dava erva. Ele foi proibido de dar remédio para as pessoas, ele não podia ter um papel pra anotar um remédio para ter as pessoas, ele levou processo por isso. Os farmacêuticos denunciavam, os médicos denunciavam, ele tinha um monte de processo, a polícia ia lá, durante o processo dele, ele foi perseguido. E quando a gente trabalhava a questão de floresta, ele defendia porque tudo era erva que usava, ele defendia porque se não ele ficava sem ter remédio. Ele foi muito sofrido, muito perseguido durante a história dele toda, desde pequeno. Mas ele nasceu pra fazer o bem. Mas sem perder de vista que todas as comunidades tem essas pessoas... Tem que ter diploma, tem que ter um monte de coisa se não era proibido, ele sofria muita pressão. O José Maia era chamado de ladrão, como se ele fosse fazer maldade. A maldade é a repressão aos nossos conhecimentos, isso sim, maldade.

Dona Nice sobre o Bambaê

Como a gente tem um grupo de jovem que resgatou aqui no Bairro Novo,



tinha um grupo que trabalhava, brincava, foi trabalhado pra que eles tivessem um terreno. Até eu sofria preconceito. Montamos até o bambaê de caixa.



Dona Nice em frente à Associação de moradores e adjacentes de Bairro Novo, o galpão onde são realizadas oficinas e reuniões, e onde tem sido feito uma reforma para abrigar o “Centro de saberes”.



Dona Nice com a escritora Marlene Nourbese Philip (nascida em Trinidad e Tobago e residente no Canadá), que diz em um poema que a questão da língua é sua resposta ao poder. VII Encontro Internacional de Poetas na Universidade de Coimbra. Junho de 2010. Quinta das Lágrimas, residência de Inês de Castro, Coimbra, Portugal. Mais abaixo, com Marlene e Maria Irene Ramalho, professora de Literatura, decana da Universidade de Coimbra e organizadora do encontro. Esta noite, Dona Nice cantou músicas do repertório das Encantadeiras e do Centro de Cultura Negra. Em retribuição, a poeta Ana Luísa Amaral puxou um coro de poetas para cantar Grândola, Vila Morena, música que deu o sinal no rádio para a Revolução dos Cravos de 1974





CAPÍTULO II

*medicina era la yerba. Toda la naturaleza está llena de remedios.
Cualquier planta es curativa.*

*Lo único que todavía muchas no se han descubierto.” (Esteban Montejo,
1967. In: BARNET, Miguel. Biografía de un Cimarrón)*

**Auditório da Universidade Federal do Maranhão. 64ª SBPC. São
Luis, 24/7/2012**

Mesa-Redonda:

PATRIMÔNIO IMATERIAL, NARRATIVAS ORAIS E MEMÓRIAS
COLETIVAS: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA PRÁTICA
DO BAMBAÊ

Quarta-feira, 25/7/2012 - das 15h30 às 18h00

Coordenador:

Camila do Valle(UFRRJ)

Participantes:

Maria Nice Machado Aires (MIQCB), Dorival dos Santos (IFMA) e Geo-
vania Machado Aires (Quilombola e pesquisadora)





Dona Nice dançando o bambaê em Penalva. Foto: Geovania Machado Aires.

Participação Dona Nice:

I Bambaê

(...) Eu vou fazer duas falas. Uma das falas, eu vou representar a Geovania. Ela adoeceu, ela não conseguiu chegar até aqui. Ela estava também no encontro que aconteceu em Belo Horizonte e passaram alguns dias, ela preocupada com os trabalhos... Ela adoeceu e ela não pôde chegar até aqui. Eu vou tentar falar um pouco do que ela ia falar. Pode não ser tudo, mas a gente chega a um ponto.

É o seguinte: primeiro eu vou tentar falar um pouco da fala da Geovania, que é aluna aqui da universidade, que está terminando agora em 2013. Ela tem uma preocupação no trabalho com movimento social, mesmo estudando, ela tem resgatado muita coisa que nos interessa. Uma das coisas que ela iria falar hoje aqui é que tem uma cultura chamada Bambaê.

Bambaê, para quem não sabe, é uma festa cultural como o tambor de crioula e outros mais que são apresentados dentro dos nossos movimentos sociais, movimentos negros e outros. Esse bambaê era mais representado pelas pessoas mais idosas, não era muito valorizado nem apresentado... e pouca gente sabe o que é o bambaê. É uma festa... uma dança como pode ser aboio... uma outra festa. Ela é cultural: vem da nossa raiz, das nossas culturas.





E lá na nossa comunidade do Bairro Novo, no município de Penalva, da região da baixada, nós estamos trabalhando para ser uma reserva extrativista e, lá, eles têm um trabalho muito preocupado com a juventude... Você sabem que a maior parte das pessoas que foram despejadas, quem não veio para a grande cidade, foi para as periferias dos grandes municípios. Lá, na nossa comunidade, nós temos jovens, também fazem parte do nosso grupo, e nessa época em que começaram esses problemas, esses conflitos, mais perto da reserva, resgataram jovens das comunidades. E todo mundo sabe que quando se vem lá da zona rural para cá é muito diferente, os nossos costumes, os nossos trabalhos, a nossa cultura não é igual. E você chega aqui e não consegue conviver com as suas vivências da zona rural. E, por isso, tinha muitos jovens que se desesperaram, foram para as drogas, aquela coisa toda... E a gente sabe que nada acontece à toa. Eles criaram... tentaram trabalhar com o bambaê envolvendo a juventude e uma das pessoas que eles mais buscaram para dentro da organização eram aqueles jovens que já estavam viciados, não conseguiam um trabalho, que pai e mãe não vivem mais e eles vinham buscando-os para dentro da organização (...) eles conseguiram trabalhar (...) e o bambaê ficou na mídia porque a juventude começou a fazer a festa, eles começaram o bambaê lá no Bairro Novo e, desse início até agora, já tem 180 comunidades dos municípios que já estão trabalhando. Já tem a organização do bambaê, que, pra quem não sabe, é uma organização que valeu a pena. E a Geovania e o Gil são dois irmãos, eles conseguiram articular os outros jovens e, hoje, nós temos uma associação de jovens que trabalham em cima dessa organização do bambaê. Eles iam fazendo a apresentação, às vezes, um evento, e lá dentro do evento eles conseguiam os jovens que estavam lá levar para a dança e aqueles que estavam lá começavam a dançar e marcavam novas festas na comunidade, alguma festa, já com data marcada, para ir para lá no dia de show. Com isso, eles conseguiram permitir que os outros grupos fossem. E quando tem apresentação, eles conseguiram trazer em cinco ou seis jovens de cada município e outras comunidades para uma organização maior. E levaram um trabalho da organização, um trabalho de desenvolvimento e muitas mães têm valorizado. Tinha mãe que dizia: “eu não tenho mais esperança em meu filho”. E hoje ela diz: “eu quero lhe dar os parabéns”.

Outra coisa também: não foi fácil, porque a polícia dava muito em cima lá na sede. Nessa sede, nossa, a gente fazia as festas. Aí, tinha vezes em que a polícia chegava e barrava eles. Então, a gente dizia: “sabe por que eles estão





aqui? Porque aqui é muito melhor deles deixarem a droga do que na cadeia, porque aqui eles estão em desenvolvimento, aqui, eles convivem com gente, aqui, eles não estão excluídos da sociedade. Aqui, eles estão fazendo bem à sociedade e quem faz bem à sociedade não fica na droga. Daí para frente, a própria polícia começou a fazer o bambaê, já passando para outro bairro, vigiando eles para que alguém chegasse e não bagunçasse. Mas não foi fácil. Então, eles conseguiram fazer isso. Como tem um movimento, o bambaê é chamado para apresentar para os outros movimentos conhecerem e os outros jovens também fazerem parte e se sentirem também cidadãos, dentro da cultura. Eu gostaria de falar um pouco sobre isso hoje e eu estou tentando falar um pouco. O bambaê tem levado muitos jovens dentro da sociedade. Hoje, muitos deles conseguiram ficar no grupo, hoje, já são presidentes de comunidade, já estão representando jovens de outros municípios, tentaram resgatar algumas culturas como o tambor de crioula, por exemplo, o que ele acabou de falar (...), tendo apresentação só de jovens, também começamos por lá. A gente os trazia para dentro do bambaê e, no bambaê, a gente conseguiu fazer um tambor só de jovens, um tambor só da juventude para eles se sentirem bem dentro da cultura e saberem que a cultura é uma organização. A cultura é também capacitação, é também inteligência, ela é aprendizagem. Daqui a pouco, vocês vão ver, nós vamos passar o bambaê, alguém vai conhecer mais de perto e lá eles estão dispostos a serem convidados para qualquer lugar e fazer a apresentação. Hoje, eles já fazem evento, basta ter o transporte e seu convite e, aí, eles vão lá e têm resgatado muitos jovens. Nós conseguimos fazer uma lista de jovens que viviam andando nas ruas e, hoje, estão no movimento social, estão dentro da sociedade e a gente nem pensa que eram aquelas pessoas. Então, o bambaê fez uma junção muito grande dentro da sociedade, nas famílias quilombolas, nos movimentos sociais. (...)

Tem uma cartografia que é feita lá em Penalva. E nessa Cartografia quem ficou na capa foi a dança do Bambaê, foi o grupo de Bambaê passando a dança. Para quem for ver a cartografia, saber qual é a importância, porque eles estão sendo uns heróis dentro da luta contra a sociedade que nos exclui, entendeu? E aí, a pessoa só é visto se é rico, se tiver uma condição, e, às vezes, é um filho de uma quebradeira que está excluído, ninguém sabe como ele está ali, mas não foi à toa que ele veio para dentro da droga e para ficar excluído. Não foi à toa, não. Alguma coisa aconteceu, porque são filhos de quebradeiras de coco, são filhos de quilombolas, de pescadores, de agricul-





tores familiares... são pessoas de bem. E alguma coisa aconteceu porque eles estão ali excluídos da sociedade.

II - Bambaê: A história que encanta- A dança e a cultura dos jovens no bairro novo²⁷

Geovania Machado Aires

O presente trabalho busca desenvolver uma pesquisa sobre a história do bambaê no município de Penalva, localizada no Estado do Maranhão. O bambaê é uma dança com envolvente ritmo, tocado por caixas, dançado por casais e que envolve um saber herdado geracionalmente. Suas coreografias são giros ao redor dos dançarinos, e, nesse compasso, há troca dos casais, que dançam, ora de frente a frente, ora de costas. A dança é uma aprendizagem cultural que se movimenta através de gestos, atitudes, reforçando a coesão social dos jovens.

O Bambaê existe desde o tempo da escravidão e, atualmente, está sendo atualizado por jovens de Bairro Novo, Penalva, como forma de afirmação identitária e valorização cultural. São tradições, costumes, identidades desenvolvidas por quilombolas que foram expulsos de suas terras e se deslocaram para uma área que, mesmo pertencendo ao território reivindicado, denominado Enseada da Mata, está próximo a Penalva e, normalmente, aparece confundido com uma área periférica da cidade. Esse local chama-se Bairro Novo, justamente onde atualmente os quilombolas jovens organizados estão desenvolvendo e recriando o Bambaê.

O viés teórico está em estudar essas manifestações como relacionadas ao processo educativo que utiliza elementos desconsiderados pelo sistema educacional instituído, pois é composto de dança, oralidade e outros elementos que fazem parte da vida cultural dos grupos. Destaca-se, ainda, a necessidade de articular a dimensão cultural e a territorial, domínios que estão represen-

27 Esta fala havia sido preparada pela pesquisadora Geovania para participação na mesa de debate ocorrida no âmbito da SBPC. Posteriormente, foi publicada. Deixamos aqui a referência de publicação: AIRES, Geovania Machado. "Bambaê: A história que encanta a dança e a cultura dos jovens no Bairro novo". In: Cynthia Carvalho Martins, Aniceto Cantanhede Filho, Davi Pereira Junior (orgs.). *Insurreição de saberes: tradição quilombola em contexto de mobilizações*. Manaus: UEA Edições, 2013. 180 p.; 23 cm. (Coleção pedagógica: interpretando a Amazônia; v. 3).





tados como interrelacionados pelos integrantes do Bambaê.

Aliás, essa articulação da dimensão cultural e territorial pode ser observada em diferentes momentos de realização da pesquisa que incluiu momentos de campo, no quilombo Lagoa Mirim e articulações de lançamento do fascículo quilombolas, *agricultores (as), quebradeiras de coco e pescadores do território de Formoso* ocorrido em 26 de agosto de 2012 em Lagoa Mirim, no Município de Penalva/Maranhão.

O lançamento, que reuniu mais de 200 quilombolas foi acompanhado de várias manifestações culturais e debates sobre as necessidades de reconhecimento desses territórios. Houve, na ocasião, o Encontro de Curadores; Benzedores, Parteiras, Povo de Mina, Pajés e Brincantes de boi, Bambaê e Tambor de Crioula do Território de Formoso, Penalva, Maranhão. Esse encontro que reuniu os representantes desses grupos teve como objetivo discutir e encaminhar soluções para as situações de violência de direitos dos povos e comunidades tradicionais da região de Penalva. Foi, também, um ritual de entrada da minha pessoa no mundo da pesquisa, pois, na ocasião, pude expressar com emoção o significado ser quilombola e pesquisar o quilombo em que se vive e o qual se reivindica como seu, apesar de todas as ameaças sofridas por fazendeiros.

O principal ponto dos discursos, de pesquisadores e quilombolas, foi a inseparabilidade entre o debate sobre manifestações e a construção de territorialidades. Essas dimensões estão juntas e o poder público as separa como forma de desarticular as lutas, disse na ocasião dona Nice Machado Aires, minha mãe, militante das quebradeiras de coco babaçu e quilombolas.

A comunidade Lagoa Mirim além de desenvolver uma rica cultura desfruta, também, de lugar embelezado pela mata verde - além de ser o centro do Território do Formoso, conforme o mapa elaborado por Fabrício Nabate. Além disso, percebemos que as comunidades são representadas por presidentes que se dedicam em defender sua região em favor de benéficos propícios e melhorar na qualidade de vida do seu povo.

Pretendo investir no estudo do bambaê, entretanto, há outras manifestações culturais nessa região como tambor de crioula, bumba meu boi, terecô e tambor de mina. Entretanto, não quero estudar o bambaê somente para mostrar ao mundo exterior uma dança, quero estudar o bambaê para mostrar que lutamos a partir das danças, que dançar, assim como cantar, para





nós, é uma maneira de luta. Os jovens que estão aprendendo bambaê estão também lutando não somente para que o bambaê não desapareça, mas para que nós, quilombolas, continuemos nossas próprias vidas. Então, todas essas manifestações tem como propósito reforçar a identidade e os saberes locais.

III Dona Nice sobre o Movimento das Quebradeiras de Coco

Nós viemos falar um pouco sobre os conhecimentos tradicionais²⁸. Eu me apresento: eu sou do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco. Um movimento que evoluiu muito no Brasil e no mundo. Eu faço parte desse movimento como extrativista, também sou quilombola, faço parte também de uma comunidade quilombola. Sou também da ACONERUQ, que é a Organização das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Estado do Maranhão e também faço parte da Nova Cartografia da Amazônia, que é essa entidade que está nos dando apoio, mostrando as nossas tradições e os nossos conhecimentos tradicionais. Eles não estão só falando, mas estão, também, mostrando. E, dentro dessa Cartografia da Amazônia, a gente tem dito e nós temos desmascarado muita coisa. Quando a pessoa diz que não tem mais o babaçu, vai ver as mulheres quebrando coco, vai ver as mulheres vivendo da atividade. Quando não tinha mais agricultor, você vai ver essas pessoas na roça plantando nos seus quintais suas frutas, seus legumes. Quando dizem que não havia mais (...) você vai ver os pescadores. Quando disse que não tinha mais escolas, só cobertinha de palha, vocês vão olhar que existe sim. Então, são muitas coisas que a gente pensa que não tem, mas na Cartografia da Amazônia, a gente olha. É por isso que estou dizendo que a cartilha desmascara muita coisa que as pessoas dizem que não existe, mas tem. Tem as coisas ruins que a gente vê, mas tem muita coisa boa também que a gente vê. A gente vê muitas culturas, vê o bambaê, vê o samba de crioula, vê o tambor de mina. Vê o povo do terreiro fazendo remédio, benzendo... essas coisas que tem gente que diz que não acontece, não existe. Nessa Cartografia, você olha tudo.

IV A universidade como lugar de reunião

Eu queria falar para quem nunca ouviu falar, mas para quem já ouviu tam-

28 Fala pronunciada na mesa de debate em que tomou parte e se referia ao tema da SBPC deste ano.





bém, que, às vezes, ouviu falar diferente... Hoje, de manhã, nós estávamos falando um pouco sobre a questão fundiária... a gente esteve conversando com uma pessoa, um palestrante e na fala dele, ele disse que pela primeira vez iria fazer palestra na universidade. Eu disse para ele que já vim várias vezes, mas a vez que eu me senti mais orgulhosa foi na vez que a minha filha estuda aqui, porque o sonho de todo mundo que estuda é chegar na universidade, passar por lá, entrar em contato com os professores que tem os conhecimentos tradicionais também, que acompanham... E, aí, eu digo que aqui é o lugar para nós *fazermos* reunião, aqui é o lugar para nós *fazermos* palestra, aqui é o lugar de nós *fazermos* as conversas. A gente está colocando hoje sobre a questão do nosso movimento aqui. Hoje, nós, no Maranhão, nós somos 80% dos nossos movimentos sociais, mas nós sabemos que o movimento social tem a força, mas ele não tem o poder. E nós *sabemos* que além da força, que são os movimentos sociais, que somos nós, é uma parte... Mas tem outra parte, que é o poder. No poder, nós temos o legislativo, temos o executivo e o poder judicial, e com essas três partes é que, às vezes, deixa de nos respeitar e conhecer nossos trabalhos, nossas culturas, nosso sentimento e a nossa história e, às vezes, nossa vida. E, para isso, eu digo que como sempre tivemos pessoas, professores da universidade que sempre nos apoiaram, nos dando ajuda, às vezes, até nos trazendo aqui para fazer essas *falas*, essa transparência para vocês... Mas ainda é muito pouco (...).

A diferença entre dinheiro e riqueza

Quando eu digo que a gente fala aqui na universidade, aqui está a base dos estudos, principalmente da pessoa jurídica. E, quando eu falo isso, eu quero dizer que uma das coisas que mais acontecem, às vezes, no nosso meio... porque, às vezes, a escola que ele está aprendendo, que ele estudou... não foi apontado diretamente para aquele trabalho que nós estamos fazendo, e, às vezes, até desconhecem. Porque quando vão para lá, não funciona. Porque muitos deles, não estou falando que são todos, muitas vezes aprender é para ganhar bem, o dinheiro que entra mais. Eles vão aprender por causa de riqueza. O que é riqueza? Riqueza é aquilo que é para todo mundo. Enquanto falam que dinheiro é a melhor coisa que tem. (...) dinheiro não serve para nós. Dinheiro não está envolvido dentro da nossa luta. Quando eu falo de riqueza, riqueza é aquilo que todo mundo vive... então, isso que é riqueza.





É diferente de dinheiro, que alguns têm e amanhã alguns tomam conta de tudo. Quando a gente fala de riqueza... quando você vive bem, onde você tem uma saúde de qualidade, uma educação de qualidade, que os filhos das quebradeiras que vão para a escola não estejam sentados no chão. Você ir para a escola, da alfabetização ao segundo grau, cada um aluno ser de uma classe, isso não funciona. Ninguém aprende numa escola sentado no chão, sem ter um banco para sentar, sem ter alimentação, num lugar que não convive com a sociedade, ninguém aprende isso.

Eu queria falar agora que, se uma boa parte, 50%, 30% dentro da universidade, começasse a olhar por nós, não tem um lugar do mundo que nós não chegue. Porque aí é o que eu estou falando: vão se formar as pessoas que vão hoje para a política partidária, vai para o conhecimento social e se ele vai também sem o conhecimento, ele não vai lhe atender. Aí, já vai formar um advogado, um promotor, um juiz com aquela visão da riqueza, não do dinheiro. E quando eu falo nisso, é em nível social. Eu estou colocando isso porque lá no município onde eu moro, lá nós temos juiz, nós temos promotor, nós temos delegado, nós temos tudo... E agora lá é a vez de mulher juíza, promotora mulher, prefeita mulher... então, nesse sentido.

Lá, nós temos problema com a reserva porque nós somos 35 comunidades, cerca de 1500 famílias... e, aí, estava tendo um conflito, muitos (...) estão dentro da reserva, porque enquanto não ser desapropriado e legalizado e ser indenizado, ele não sai. E a gente levou a reclamação, o ofício para o juiz para dizer para ele o que estava acontecendo no campo e a gente não podia passar para pescar de anzol e não podia entrar para apanhar babaçu. Ficava do lado de fora, mas não podia entrar lá para pegar, quebrar pra tirar seu sustento. Aí, eu falei para ele que nós estávamos com um processo da reserva extrativista, e já ficam algumas coisas trabalhadas, já tinha feito levantamento fundiário e outras coisas. E ele perguntou para mim: o que era reserva extrativista? Foi a primeira coisa que ele veio falar para mim. E eu respondi com ignorância para ele, mas, depois, eu me arrependi, porque ele não sabia mesmo. Até porque ele não se preparou para essa área. E é difícil hoje você ver alguém se formando advogado, trabalhando na questão ambiental, não vê... É muito difícil! Pode ser que tenha, mas eu ainda não vi... trabalha em outra área... se não tem... Se nós sabe que as questões judiciais são essas que são a força do governo. Se ele não trabalha, se não tem ninguém trabalhando, é minoria desse lado, então não vamos chegar a lugar nenhum, entendeu? Aí,





nós não vamos ter apoio nunca. Porque essas são as pessoas do Direito, que estudam o Direito. E eu disse para ele... eu disse, mas depois eu me arrependi... eu disse: você nunca viu o babaçu? Ele disse que não, a primeira vez que eu ouço é da senhora que está falando. E aí eu disse assim para ele: (...) para nós, quebradeiras de coco, vara é um pau que a gente usa para pegar o coco, mais clara fica a discussão para quem tem um grau mais alto. Eu disse para ele: infelizmente eu não sei até que grau você chegou, porque para você ter esse conhecimento, você tem que ter um grau mais alto, porque o nosso é maior do que o seu (...). Reserva extrativista é uma área que a gente usa abaixo da terra, acima da terra, a terra (...) para todo mundo viver como gente e cidadão respeitado. Isso que é extrativista. Então, a gente fez um convite para ele. No dia que nós fizemos o seminário para mapear a reserva, foram colocados todos os poderes que estavam lá. Ele compareceu lá. Então, nesse dia, ele ficou sabendo mais direto. Então, é isso... Todos que falam isso, as pessoas que estudam também... vocês que são alunos, uma boa parte que está aqui... é que eu tenho essas experiências. Porque nós não podemos trabalhar fora da riqueza. Riqueza é isso: onde você pode viver. Onde você não vive, você está ameaçado de ser morto a qualquer hora ou um companheiro. E nós, do movimento social, do movimento negro, do MIQCB, que são os movimentos que ficam mais próximos, as igrejas, aqueles organismos que estão nos defendendo, que fazem parte dessa luta. Mas tem uma boa parte, só que eu conheço, que defende a questão ambiental, eu conheço 50 movimentos.

Então, não é muito pouco, mas que nós sempre teve o sentimento centrado para a questão judicial, que é a área que tem causado mais entrave na questão fundiária, é aí que as pessoas não têm conhecimento. Quando um agricultor, um trabalhador ocupa uma área, aí eles vão bater porque aquela área está vazia e precisa da terra para colocar o pão na mesa para ele próprio, porque ninguém vive sem comer e quem bota o pão na mesa são essas mãos aqui. Riqueza é aquilo que todos vivem com ela, e dinheiro é pra solução. Isso aqui eu falei numa palestra pra advogados quando eles estavam se formando. Hoje, tem muitos movimentos como a Fetraf que trabalha com a gente. Esses são movimentos de luta que consegue encarar. Ele tem que aparecer na fala. E quando se fala em agricultura familiar, o povo já sabe que é Fetraf – Federação da Agricultura Familiar.





V- Identidade quilombola

Quando eu falo mais na questão dos quilombolas, porque quem está batendo nas florestas são os quilombolas, o pescador é quilombola, a quebra-deira de coco é quilombola, entendeu? Então, todo esse povo é quilombola. Quem vai encarar o latifúndio, os grandes entraves dos projetos colocados nas áreas quilombolas somos nós, que estamos lá. Então, sabendo que 80% do Maranhão é negro, (...), ele também vem de uma história e a gente cumprimenta. Mas ainda há aqueles que não conhecem o movimento social negro, ele tem uma aprendizagem boa... mas ele não se identifica. Então, tem muita gente que tem medo de dizer que a cor dela é preta, tem medo de dizer que é negro. Porque não aprendeu com essa fala, ele não aprendeu dentro do movimento social e eu não, eu me orgulho de ser preta na cor e ser negra na raça, porque nem todo preto é negro e nem todo negro é preto. Tem gente que é negro, mas não é preto. Não é assim? Ele é negro na raça, mas a cor dele não é preta. Mas ele é negro, tá? E tem gente que diz: sou preta e sou negra. Então, as pessoas já se admiram de falar isso. Até porque tem tudo de bom para o negro, tudo de somar para o negro. Então, isso não quer dizer que eu não estou falando das outras raças. Todas as outras raças são boas, mas eu vou falar da raça negra porque o negro hoje é uma raça que está entre os excluídos. Não diz que não é porque é. O maior número de Sem Terra é negro, o maior número de pessoas sem casa é negro.







CAPÍTULO III

Participação de Dona Nice na III Jornada De La Amazonia Al Río de La Plata²⁹. Universidad Nacional San Martin, Buenos Aires, Argentina – Outubro de 2012

Boa tarde a todos e a todas, meu nome de documento é Maria Nice Machado Aires, me identifico com minha cor preta, minha raça negra, meu trabalho. Sou extrativista, é sempre gosto de pedir pra falar de luta e vou tentar falar e ver se eu não repito a fala dos companheiros, até mesmo pra gente não falar a mesma coisa que eles iam falar, porque a gente também conhece uma boa parte dos movimentos.

Eu queria agradecer três coisas aqui, uma é que é a terceira vez que eu venho pra cá. Na segunda vez, fiquei um tempo, fiquei dez dias, conheci oito províncias, fiquei com uma extrativista. E a primeira vez, eu vim na construção desta cartografia e agora estou aqui na entrega do lançamento, e nós, do movimento das quebradeiras de coco, é um movimento que tem trabalhado com vários aspectos. Nós lutamos e defendemos o que tá abaixo da terra, a terra e o que tá acima da terra e o que tá no ar. Nós não somos só quebradeiras de cocos, nós também trabalhamos com as comunidades e povos tradicionais, quando se fala nisso nós estamos falando num todo, estamos falando do Brasil, estamos falando do mundo. Primeiro eu queria começar pelas vantagens do que começar pelos problemas. Quando a gente fala... é a outra coisa que eu queria agradecer também, que eu não falei, é a equipe

29 Dona Nice participou desde a I Jornada, realizada na FUNCEB e na Universidad de Buenos Aires, em março de 2009. Assim como participou de oficinas de cartografia social junto aos caboverdeanos e outros grupos afroargentinos, na sede da Sociedad Caboverdeana, em Docksud, bairro pertencente a Avellaneda, na região chamada Gran Buenos Aires.





toda da cartografia, e, principalmente, na pessoa do Alfredo Wagner, é um grupo também na pessoa dele, e que tem visto a gente com bons olhos, respeitando tudo que tem na terra. Então, por isso que estamos agradecendo, e a outra coisa é as universidades, tanto estadual quanto federais, que também tem abraçado muito essa causa nossa daqui da cartografia, quero agradecer. E como eu vinha falando, quando eu falo isso, que a gente vai começar pra baixo da terra, porque nós que somos tradicionais, nós transformamos muito conhecimento, nós recebemos dos outros e nós também obtemos, cada dia que a gente está junto, a gente está ampliando, a gente está somando, a gente está se fortalecendo. Essa vinda aqui é justamente pra gente somar, é pra ter força maior pra lutar em qualquer país que se impor, é por isso que estamos aqui. Eu queria, assim, colocar as vantagens.

Nós, do Brasil, quando se fala em tradicionais, nós temos sobre as coisas importantes, nós temos água, nós temos a terra, nós temos a floresta, nós temos os animais e temos nós. Então, quando nós trabalhamos, nós trabalhamos e respeitamos a terra, mas nós sabemos também que muitas vezes o poder, os grandes empresários, não respeitam a terra e, se não respeitar a terra, não respeita a vida. E o que nós estamos lutando aqui é pra que ele respeite a terra. Respeitar a terra significa defender até uma vida dele. E quando a gente fala abaixo da terra, é que tem um outro povo abaixo da terra, que também precisa, e que sustenta a terra. Nós temos a riqueza, os mistérios que também não podemos viver sem ele, e temos também, dentro do mistério, nós temos também as tradições e as culturas. Isso também faz parte da vida.

Quando nós não respeitamos nossas culturas, que é que estamos fazendo... nós estamos despejando a gente da terra. Porque a hora que acabar a vida das comunidades tradicionais na terra, as culturas também vão se acabar. E nós trabalhamos pela cultura, para ajudar a fortalecer a terra, porque a terra precisa também ser forte: ela precisa viver, ela precisa ter vida e fortalecer. É isso, que nós permaneçamos nas nossas áreas, permaneçamos nas nossas comunidades e trabalhamos e vivemos produzindo e preservando a terra sempre. Então, essa é (...) fácil. Nós temos muitas riquezas, muitas vezes elas não são conhecidas, e não é isolada, não são conhecidas e quando falamos na parteira leiga, que, às vezes não tem em tanto lugar, falamos no doutor do mato que também não tem em todo lugar, falamos é no tambor de crioula, no bambaê, no próprio divino, no bumba-meu-boi, na capoeira, no cacuriá... Então, são tudo riquezas que temos de sobra dentro da nossa comunidade e nós precisa-





mos sair para buscar e pra aprender e nós sabemos apresentar. Essas riquezas, elas não são em todo lugar. Elas tem um lugar determinado e nós, do Brasil, nós conduzimos todas essas riqueza. Precisa é, onde não tem, fazer parte, pra poder somar com a gente que, às vezes, quando você não conhece, você não respeita, não defende, mas quando você começa conhecer, você começa também a defender, começa se ampliar e lutar por aquilo.

Então, o Brasil, a gente acha que é, como se diz, a Amazônia maior, que tudo isso que estou falando aqui, a gente pode fazer, tudo isso nós encontramos lá no Brasil, e as grandes riquezas não é só o babaçu. Nós temos o babaçu, mas nós temos também a seringa, temos a castanha, temos milhões de plantas nativas que serve para o bem da vida, que serve medicinal, que nós não precisamos sair pra outro lugar, que temos tudo junto com nós. Junto da luta, pela fé, é que essas plantas naturais, essas riquezas naturais não se acabam. Porque, se acabar, não vai acabar só no Brasil, não. Os países vizinhos é que também convive e faz parte, vai sofrer também. Às vezes, até se acabe, é que tem coisa que nós às vezes precisamos de intercâmbio um com o outro pelo fato da sustentabilidade da vida. Então, uma das coisas são essa, e quando falamos na questão dos conflitos é porque nós temos ciúme da vida.

Nós temos ciúme de acabar com a nossa biodiversidade. E as pessoas que fazem isso, eu nunca considerei ele como sábio, eu considerei eles como fraco de consciência, pobre de consciência. Pobreza de consciência acaba muitas vezes tirando a vida dele mesmo, porque nós sabemos que a natureza, ela é vingativa, ela castiga. Você tira, mas morre. E quem destruir a natureza, pode contar que mais tarde, ele vai se acabar. Nós temos muitas riquezas também pra ser trabalhado. Nós somos extrativista, gosto de falar extrativista. Quando você tira todas as riquezas, toda produção, sem agregar o meio ambiente, sem agregar a vida de ninguém...

E quando eu falo doutor do mato é aquela pessoa que benze, aquela pessoa que faz um remédio natural, que não precisa acabar com a planta, porque a planta continua vivendo e brotando, isso é o doutor do mato. Quando se fala da cultura, que a cultura são nossa inteligência, são nossos trabalhos que a gente faz, a nossa festa, é que se fazia há muitos anos atrás, tinha as datas das festas (...) Pra chamar a atenção da população pra não sair dali e quando se fala também nas tradições são nossos costumes que a gente tem medo também de acabar, porque quando você tem um costume, tem uma





tradição, você sabe a que lado, mas nossos costumes não se conecta. Então, são tudo isso que nós precisamos (...) pra trabalhar pela vida. E quando se fala na Cartografia da Amazônia, a cartografia mostra tudo isso. Então, é o que o companheiro falou, não é isolamento. Existia, mas não assim com a transparência mundial... Hoje, vocês não sabem o que é quebradeira de coco, mas, através da cartografia, vocês vão ler e vão aprender como é que se quebra coco. Talvez, vocês não saibam como se usa um produto sem agredir o meio ambiente, mas se vocês comprarem logo os sabonetes, vocês vão saber que é uma cultura também, nossa, que também faz bem à nossa vida. Então, é basicamente isso que estou colocando.

E a Cartografia da Amazônia, ela dá esse direito, esse respeito, essa transparência. Ela chama mais a atenção da população, ela inclui mais os povos, mais movimentos, mais conhecimentos, porque tudo que tem na Cartografia é o que acontece é o que existe e quando você não tem um trabalho tradicional, você não olha, você só vê falar. E quando se fala em trabalho tradicional, tem gente que passa de um para o outro. Você vai ter todo o conhecimento das riquezas que estão existindo e que tem muitas pessoas que não sabia que tinha. Então, hoje eu sei que aqui tem quilombola, eu sei que tem, através da Cartografia, a gente conheceu. Hoje, eu sei que aqui tem a universidade, através da Cartografia, a gente conheceu. Mas eu não sabia. Então, através de ler a Cartografia que eu fui conhecer tudo isso que tem aqui. Tudo isso dá transparência, soma e dá todo esse movimento mundial. Eu não vejo, tem muitos trabalhos que a gente já tem, que já foi feito, a gente não pode ficar sem considerar. Agora, eu não vejo nenhum trabalho que se desenvolva no nosso país, que chama a atenção das empresas, tanto dos governos, movimentos sociais, igual à Cartografia. Não conheço. Se tem, acho que ainda não vi. Então, ela é a maior. É por isso que nós não podemos parar. Então, nós temos que continuar, fazer onde não tem e buscar projeto não sei por onde aí. E também valorizar o nosso, nossos representantes, porque nós elegemos muitos representantes hoje de entidades, mas acaba não desenvolvendo, mas quando você tem um representante que vê isso e que conhece, que tem base, funciona. Então, por isso que estou colocando aqui. Não sei se já terminou...

Eu queria colocar aqui também é pra vocês um pouco da luta das quebradeiras de coco. A nossa luta não é só da questão da amêndoa do babaçu, é o babaçu permanecer em pé e nós também. É reforçar a luta da terra.





Nós já temos alguns assentamentos, nós já temos. Só dentro do movimento das quebradeiras, trabalhando junto com os outros movimentos, sessenta reservas extrativistas no Maranhão, mesmo sendo a nível de desapropriada, legalizada e sinalizada, mas já estão em processamento, então, já temos tudo isso (...). Mas nós temos, também, problemas sérios. Os impactos, agora eu vou falar um pouco dos impactos pra encerrar. Então, nós temos as grandes empresas. E nós temos empresas, eu até anotei, porque são muitas, de eucaliptos, soja, grandes fazendeiros, pistoleiros, latifúndios, a criação de búfalos é muito perversa, a empresa Suzano, as siderúrgicas e a cerca elétrica. Então, temos muito mais que isso... Esses são os problemas que nos atingem, que faz parte das grandes empresas e faz parte também do latifúndio. Eu não sei se tem alguém de vocês que são aparentado, mas se tiver, peço desculpa, mas é algumas das pragas, das perseguições que nós temos lá no Brasil são essas.

Além de tudo, tem os pistoleiros, esses pistoleiros é que matam as grandes lideranças, indígenas, as quebradeiras de coco, os quilombolas, os agricultores familiares. Então, são eles que fazem grandes misérias, porque eles querem ficar ricos com dinheiro, mas não querem ficar rico é de vida, rico de natureza, eles tem uma grande perversidade. Uma vida digna com saúde e qualidade é com vida pra todo mundo. Então, são essas as perseguições também que nos atinge lá, os impactos são esses, que atrapalha, que persegue, (...) que incomoda, que tira a vida de todas as lideranças, nós, como o companheiro acabou de falar, que perdemos seis companheiros indígenas e muitas lideranças de comunidades que ameaçam, como é o caso de outros companheiros. É isso, mas a gente nunca pode é pensar no negativo, isso não nos intimida, isso nos dá coragem, isso nos fortalece. O que gente tem mesmo é que somar, o que diz que quem não nasce para servir também não serve pra viver, essas são minhas falas, muito obrigada.

Dona Nice respondendo às perguntas dos presentes:

Prof^o: Alfredo – pergunta se o mito da comunidade livre já é um mito ouvido dentro da comunidade, se dentro da comunidade existe diferença, e o que impede de viver, de enfrentar o inimigo?

D. Nice – Eu acho que, reforçando a pergunta, o que impede mesmo nós é a questão, um dos maiores problemas, é a questão fundiária. Quando a gente se vê livre é quando a gente não é ameaçada, quando a gente não





é perseguido pelo latifúndio, pelas grandes empresas. Pra isso acontecer é justamente o que eu coloquei: a solução é que as terras quilombolas e as terras indígenas, e a terra mesmo de todos os agricultores familiares, seja desapropriada, legalizada, demarcada, e sinalizada. Por isso que estou falando, porque a gente vê briga. E quando você não vive mais perseguido, isso que é lei. Esse é um dos primeiros pontos, porque um dos maiores problemas é esse, não tem outro que não seja esse. Eu tô colocando isso porque já temos quatro de sessenta e seis, já temos quatro desapropriadas. Nessas quatro, problema não tem mais. A gente vai pra lá, vai fazer intercâmbio e essas quatro é que dá subsídio pra nós, porque lá nós já vive como cidadão, no caso da região do Frechal, onde o companheiro Ivo mora. É por isso que a gente luta. Então, são esses os impactos que impede a gente. E se não tivesse esses impactos, a gente não tinha vida melhor, porque nós temos tudo pra sobreviver e viver dentro das nossas áreas. Conhecimento nós temos, estamos lutando com as aprendizagem nas universidade estadual e federal: todos nós que não conseguiu, mas nossos filho estão chegando lá. Então é isso, os impactos são esses. E quando eu falo em mistério são os lagos ricos em peixes que vem da natureza, pra nós que somos religiosos, disso que é criado por Deus. Quando se fala em mistério, tem o babaçu, é uma riqueza que você tira pra sua sobrevivência sem comprar de ninguém. Cada vez que se tira, mais tem. Quando se fala também da floresta, é que todos nós só vive se tiver floresta. Se não tiver floresta, não tem água, e se não tiver água, ninguém vive, se não tiver água, não vai ter vivente. Quando eu falei a questão que a natureza é vingativa, se você polui a água, você morre, se você acabar com a floresta, não vai ter água e todo mundo vai morrer. E se acabar com a floresta, vai acabar com a gente também. Então é isso que é vingativa: quando você tira tudo que tem e não tem do que viver. Com isso, o resultado é morrer, ou não é isso; Então, vingativo é isso. É o que você tira com a mão e depois se acaba. Isso que é vingança, ta... É, então, os problemas maiores são esses, o que estamos buscando é apoio e somando é justamente pra isso, pra nós, do Brasil, é isso. Porque na hora que você tem a terra, você tem onde morar, você tem onde fazer a escola, você tem onde produzir, você tem onde preservar. E todos esses trabalho que falei, as culturas, elas vão ser respeitadas e viver com segurança. Nós não tivemos segurança não. Nós do Brasil não somos seguros. Nós, no Brasil, as empresas, as empresas se acham dona do mundo. É muitos, a maioria dos governos não tem essa visão de respeito pela terra, de





respeito pela população. Ele quer se sentir bem, não quer saber se o negro é gente, se o índio é gente, se o agricultor é gente, se a comunidade tradicional vive... Ele não quer saber disso, o importante pra ele é dinheiro e moeda. Estando com isso, ele não quer saber quem se acabe. Então, quando se fala de falta de respeito à terra: é isso. Essa consideração que nós não temos, que nós precisamos brigar, as escolas, as universidades, os movimentos sociais, nós somos mais de quinhentos movimentos que estamos dentro da luta. Um dia, nossa esperança é fazer convencê-los e fazer eles entender e respeitar a vida da população. É isso que eu queria colocar. Não sei se deu pra responder a pergunta, mas as perseguições são essas, a invasão de grandes empresas, porque nenhuma dessas empresas não serve pra nós. Nenhuma. Porque nós do Brasil nos alimentamos do peixe, muitas vezes da caça. E nós se alimentamos da agricultura, nos alimentamos do extrativismo, dos remédios naturais, se alimentamos é do arroz, é do feijão, a farinha. Então, pra nós, é isso. Tem muitas coisas que não servem pra nós e está no nosso meio. E as empresas sai dos país deles, sai do estado e vão é se apoderar dos movimentos, se apoderar das entidades, das terras quilombolas, das terras indígenas e das terras mesmo de todo mundo, dos agricultor que vivemos. Porque ninguém vive sem a terra, ninguém. Não conheço ninguém que morou e não morou na terra, que viveu a vida no ar, tá? E quando se fala no ar, que quando você polui a terra, você também tá se acabando, você tá poluindo o ar, então, é isso. Com respeito à terra, você tá respeitando a vida. É isso que eu tinha na minha fala.

Fala de Dona Nice em grupo de trabalho durante o evento:

Vou falar um pouco dos conhecimentos tradicionais, de parteira leiga. Para nós, as parteiras leigas tem grande vantagem porque quanto mais velha, as pessoas mais confia. A família confia. Lá na comunidade, onde a gente mora, tem uma companheira que já fez quinhentos partos. Nunca morreu uma mulher, nunca adoeceu. E, aí, a comunidade confia, mas, também, tem aquela questão do racismo. As mulheres que fazem o parto com ela aí tem que dizer, às vezes, que não deu tempo de chegar no hospital para ganhar o nenê. Senão, o médico não dá o teste do pezinho, porque fez o parto em casa, entendeu? Então, elas faz isso. Aí, quando tem o filho com dois dias, elas vão lá e diz que não deu tempo, antes de sair de casa, tive mal... que a gente só veio hoje dizer que fez o parto com a parteira. Aí, a enfermeira, o próprio





agente de saúde, o médico fica tudo zangado, que não estão valorizando eles, porque estão procurando a parteira. Então, essa é uma discriminação muito grande. Outra discriminação é que elas fazem tudo isso, mas elas não ganham nada. Elas fazem isso por caridade, por amor à comunidade, as pessoas vão buscar qualquer hora. Elas vão e fazem, mas a gente também tem questionado muito porque, por essa parte da discriminação, as mulheres mais novas ficam também sem querer fazer. Aí, nós tem também é entrado muito com a discussão nas comunidades, pra que as pessoas também resgate e coloque, coloque suas visões. Então, mesmo assim, com todo esse preconceito, mas a gente vai pra rádio, a gente fala, a gente diz nos movimento, a gente diz na câmara de vereadores. Tudo isso a gente fala: que elas são melhor, até porque elas tem o conhecimento tradicional, esse conhecimento delas não é estudado, ela já vem com um dom. Aí, quanto mais as enfermeiras são nova, mais morre mulher de parto. E quanto mais a parteira é velha, mais ela faz o parto sem ter problema. Então, isso a gente questiona e ganha essa parte, a gente sabe que não é fácil, mas que com tudo isso, a luta que a gente vem no movimento, toda comunidade tem parteira, noventa por cento dos municípios que nós trabalhamos, tem parteira, porque elas se identificam e perdem o medo de fazer o parto. Porque nós estamos dando apoio. As entidades que vão, principalmente agora depois da Cartografia, que mostrou muito isso, muito é o trabalho delas, falando, explicando como é que elas fazem e quando elas fazem o parto, elas mesmo receita o remédio, elas mesmo faz o remédio bom pra mulher, pras inflamações. Então, isso a gente confia também muito nelas.

Mas outra coisa também que é às vezes muito discriminado é questão da cultura. Porque a cultura, para muitas pessoas, ela tem que ser feita com mais com gente idosa, né... É o bambaê com gente velha, é o tambor de crioula, também com pessoas mais velha, o parto com pessoas mais velha. O articulador tem que ser mais velho e, lá, nós também tem resgatado isso. Nós tem um grupo só de pessoas que dançam o terecô, que é jovem. Nós tem benzedeira e benzedor jovem, com dezoito anos, pessoas que tá mesmo já trabalhando dentro do movimento e que já se letraram, né... Nas culturas, foi criado um grupo de jovem e esse grupo de jovem tem resgatado (...), por exemplo, o bambaê de caixa. Tem mais de dois mil jovens envolvido. E nós tem o tambor de crioula, tem o bumba-meu-boi só de jovem, nós tem o cauriá só de jovem, nós tem a capoeira da juventude. E tem conflito também.





Por exemplo, o meu filho, ele trabalhava na coordenação de jovem, e aí, ele tava tirando muito jovem da marginalidade, as mães tava muito satisfeita com isso. Aí, ele começou a fazer uns trabalho. É, ele fazia as apresentação no dia primeiro de maio, é vinte e cinco de dezembro, aí que criava as família... Aí, eles acidentaram ele: pagam uma pessoa pra matar ele, pra acabar com essas, com esses trabalho, com essas organização. Mas com tudo isso nós conseguimos salvar a vida dele e ele continua fazendo as apresentações. E, hoje, a gente vê o tambor de criola, essas festas culturais da juventude, quase em todo território nacional. A gente tem que trabalhar muito, a discriminação é grande. Mas a gente tem mostrado essas culturas pra não acabar, principalmente dentro da reserva. Até porque a cultura, a cultura organizada, aquela bem trabalhada, a juventude, ela não sai pro outro lado. Aí, quando é o tempo das festas que eles faz, as festas juninas, aí todo mundo é reunindo, fazendo reunião, é discutindo como é que vão comprar a roupa, como é que vão ser feita, quem vai bordar, quem vai fazer. Então, isso aqui chama muito a atenção da juventude. É um trabalho que se tem apostado e tem dado certo, né...

E a outra coisa também é a questão dos curador, é o doutor do mato. O doutor do mato que nós chama é aquelas pessoas que não faz a festa, tem uns que faz as festa nas data e esse aí não, ele faz a consulta, tá... E faz o remédio pra gente, faz as garrafada, faz xarope. Aí, quando você vai consultar, ele já tem as planta nativas, erva, já próprio pra aquele tipo de problema que você tá sentindo. Aí, ele olha você, ele já sabe o problema que você sente. A gente diz que é o trabalho espiritual que não é ensinado por ninguém, Ele olha na mesa dele, aí ele sabe tudo que você tem e dá o remédio lá mesmo. Aí, você fica bom e não precisa ir no hospital tomar nenhum remédio que a gente não sabe como foi feito na farmácia. E tem uma discriminação muito grande. Por exemplo, nós tinha um doutor do mato que tem até na capa aí de um livro, que trabalhou por muito estado. Aí, os médicos denunciavam ele, porque o médico despachava as pessoas, as pessoas ia pra lá e fazia o remédio e curava. Ainda prenderam ele quatro vez, mas a população ia pra lá, aí soltavam ele. Tá bem aqui ó, é o Zé Maia. Até faleceu. Ele foi vereador, tinha uma discriminação muito grande, outra pessoa que assumiu. Porque eles viu que ele era doutor do mato, ele adivinhava aquelas coisas tudo, eles nem deixaram ele sentar na cadeira nem uma vez, ta. É a discriminação foi muito forte com ele. Passou no mandato de vereador, mas não pode ir pra câmara, porque os





outros vereadores fizeram um documento pra ele não entrar na câmara. Aí, outra pessoa que assumiu o lugar dele. Então, isso foi um caso passado mais antigo, a gente tinha pouco conhecimento. Depois que a gente começou a ter conhecimento, e a gente começou resgatar essa história. Ele começou a consultar mesmo diretamente, ele consultava de segunda a sexta. Aí, foi libertado mesmo. Mas não foi fácil nós se juntar as comunidades e tentar acabar com o preconceito com ele. Mas ele sofreu muito no começo, depois a gente começou a trabalhar, e ele foi muita gente, ia cantor de tudo quanto era estado pra lá, ele fazia remédio, pessoas de outro Estado... Os próprio médico que se tinha preconceito com ele, outros iam se curar, ia pra lá pegar experiência com ele. Tudo ia fazer, depois que a gente quebrou o preconceito, eles começaram a se chegar, eles mesmos iam. A gente sofreu muito com isso, não é, mas com tudo isso, hoje ainda funciona, ainda funciona muito dentro da reserva. Quase toda comunidade tem pessoas que fazem consultas, que benze... Aí, quando as pessoas vão jogar que tira, afasta o pé do lugar, ajeitam, então, a gente briga muito por isso. É muito forte lá, a gente, quase todas as comunidades, a gente (...) resgata isso. E também a questão dos curadores do mato, o doutor do mato jovem. Quando começou a trabalhar a questão do grupo de jovem, tinha alguns jovem que fazia escondido, que ninguém sabia, ninguém percebia. Hoje, não. Hoje ele já faz, a pessoa vai pra chamar ele quando tem uma pessoa que adoce, vem chamar na reunião, aí, ele já vai com a pessoa, vem... Eles não tem mais esse medo. Já tem a festa que é três e quatro de dezembro, já faz a festa só da juventude.

Todo jovem que brinca terecô, ele vai brincar lá na nossa comunidade, lá que começou. Aí, quando começou a luta por lá, aí, eles vem lá fazer a festa, vem tudo de que é grupo. Aí, tem esses dois dias lá com eles, além de fazer a consulta, ele faz a festa que é de Santa Bárbara, que cada gente que é religioso tem uma imagem que a gente é mais adotiva. E, assim, a gente tem discriminado muita coisa lá e as próprias pessoas que eram contra hoje já tão se chegando, já vem, já procura eles. Mas que ainda é um trabalho, é discriminado, ninguém ganha nada não, só faz mesmo pra servir as pessoas, mas ninguém paga. Assim que é por isso que ainda tem o relaxo porque como eles não ganham nada, aí as outras entidades que ganham, fica debochando da pessoa. Aí, a gente tem trabalhado muito em cima disso pras questão também é do impacto ambiental. Porque é os doutores do mato, é as parteiras leigas, é os benzedores, eles usam muito a planta nativa. E é essas plantas nativas, elas





tem muito nas áreas na reserva e a gente não deixa acabar. A gente é contra denúncia e, com isso, eles ficam com raiva porque eles não podem invadir. Aí, ficam comprando a terra do Estado pra poder fazer aquelas invasão. E se perder as margens, as plantas naturais, as plantas nativas, aí vai acabar também esses processos.

Mas outra coisa também que a pessoa quando se muda da zona rural pra dentro da cidade, ele perde o equilíbrio. Aí, ele não é mais reconhecido como aquele benzedor, não é mais conhecido como doutor do mato. É muito difícil. Até porque, lá, tem os médicos mais perto, as pessoas procura escondido, e, nas comunidades, a gente tem uma força maior, né, de respeitar. E essas são as questão que a gente tem trabalhado também na questão tradicional. Outra coisa: o doutor do mato, as pessoas fala, que eles dizem o seguinte, que quando acaba a floresta, acaba, também, muita coisa, acaba os animais, os animais são muitos animais que ficam na floresta, a cobra que a gente chama de surucucu, que aqui é a sucuri, é o escorpião (...) Então, as pessoas que trabalham que são doutor do mato, eles diz que os animais são em primeiro lugar pra qualquer tipo de doença que seja grave. Então, isso é também muito preservado pela gente. E quando a gente olha os animais, a gente não quer que toque neles é porque eles vive sem depender da gente. E são essas questão também que a gente tem os conflitos, porque a nossa cultura respeita muito a preservação. (...) Quando acaba a floresta que tem, acaba também as margens dos igarapés, que nós chamamos de olho d'água, que fica todo tempo vivo aí, fica acabando também. Eles dizem, as pessoas que tem essa experiência espiritual, que os encantados, os orixás, eles gostam da floresta, eles não vivem em capim, ele não vive no lugar que tá destruído, ele não vive... Eles também fazem parte da floresta, as águas, águas limpas, as águas poluídas, eles não ficam também. Então, essa questão, eles falam muito pra gente, e que também esses conhecimentos tradicionais, ele é contra poluição, onde fica poluição, ele não consegue conviver. E essas imagens também é colocado pra gente. Ele vê até nas cantigas que eles faz que eles diz que vive nos igarapés, vive na beira da baía, vive na beira do mar, vive nos rios, é no Amazonas, nas florestas, (...) Então, muitas coisas de experiência que também os conhecimentos tradicionais questionam é na questão da reserva, pras nossas tradições. Às vezes, nós que não tem conhecimento, não convive, às vezes nem respeita, não acredita, mas existe, sim. É como uma vez, tem um cantador de tambor que ele disse que tudo tem dono e tem mesmo. Você olha e “ah! essa floresta tá aí, eu vou





acabar com ela”, mas alguém lutou pra ela ficar, alguém tem ciúme, alguém não quer pra acabar. Às vezes, você que chega por último, não sabe quem é o dono. É assim que é.

Então, são essas as tradições dos conhecimentos tradicionais que nós tem (...) e conhecido, assim, muita coisa. Primeiro, a gente não sabia que alguns animais, por exemplo, o escorpião, a tupêia, ela era boa pra algum remédio. A gente não sabia isso, a gente não ligava pra isso, não era nada. Se a gente encontrava, a gente matava. Hoje, não. Hoje, diz que onde tem a cobra surucucu, como nós chamamos, que fica no fundo da terra, quase uns vinte metros, diz que onde tem ela, a pessoa não tem câncer, não tem gripe, porque a própria área que ela convive, ela abrange a pessoa. Não precisa a gente chegar perto. É igual, por exemplo, bacuri, o piqui, é o jutaí... onde tem perto da gente, ele combate a gripe sem ser preciso tomar o chá. Quer dizer, o ar, a energia dele, fazem pra gente, a energia que a gente fala é quando a gente chega debaixo dele que fica tudo sombrio, que cria aquela energia, que a gente não pega o sol, a energia da planta faz bem pro corpo da gente sem a gente fazer o chá. Basta ter perto da casa da gente. Daí, a gente achava que só se a gente fizesse o chá, não... Ela pode tá perto, se a sombra, aquela energia dela entra no corpo da gente, que faz bem pra gente, ela também faz bem. A gente achava que só faria bem se a gente fizesse o chá ou se comesse pra se alimentar. Não, não precisa isso. A energia dela, ela própria, entra no nosso corpo. Então, esses são os conhecimentos que a gente tem tradicionais. A outra coisa que a gente não sabia que se a gente acabasse com uma floresta, a água acabava também. Hoje, não. A gente vê nos nossos campos naturais, nos rios, aonde tem o babaçual, que a floresta é grande, a água é todo tempo fria e a água não baixa, continua. Ela só baixa se você tirar uma parte do mato. O mato também fortalece. Então, muita gente que acaba com a floresta, não sabe disso. Ele não tem os conhecimento tradicionais.

E as outras coisas são as riquezas que tem abaixo da terra: nós temos a água cristalina, que é a água que vem muito apurada. Nós tem é o ouro preto, o ouro verde, nós tem muitas coisas abaixo da terra que nós não tem conhecimento. Essas coisas são preservadas também. Nós tem os orixás, tem muitos nomes, né... Eu tenho um companheiro que ele sabe quarenta nomes de outro povo que convive abaixo d'água, que às vezes, a gente não conhece, mas tem muita gente que sabe. Tem o preto véi, que eles chama, tem a





sereia, tem muito esse povo que vive também e que convive abaixo da terra. E às vezes, nós que estamos aqui em cima da terra, não tem esse estudo, não tem o conhecimento. Mas esse outro povo sabe disso tudinho. Aí, ele escreve todos os nomes pra gente, estando em reunião, eu é que não gravo assim, mas ele escreve todos os nome, aí vão dizendo fulano, beltrano... Esses são os povos que vive debaixo d'água, que aí, como ele é doutor do mato, ele tem uma visão, ele conhece e sabe o nome de todos. Então, tudo isso acaba quando você acaba com a vida, tira tudo, tudo acaba, se muda, vai pra outro setor. Assim que é. Então, os conhecimentos tradicionais são muito ricos pra gente.

A outra coisa também é a tradição de bumba boi pra nós lá. Ela é muito rica, tem vez que a gente junta cinquenta comunidades pra formar só um grupo. Quer ver, tem turma que tem até cinco mil pessoas, entendeu... Isso é bom pra você se encontrar com aquele povo todinho, passa aquele tempo, quando se encontra todo mundo, todo mundo sabe os nome das pessoas, sabe onde mora, tá entendendo, sabe tudo. Então, isso é uma tradição que enriquece muito nossa organização, nosso conhecimento e, às vezes, nem é valorizado. É porque as pessoas diz que a pessoa é bumba-meu-boi, é aquela coisa toda. Mas o bumba-meu-boi, ele tem uma tradição muito rica. Quando é no tempo do bumba boi, você vem em São Luis, vem mais de sessenta grupos. Tem vez que não dá pra brincar só numa noite, eles passa duas, três noites vindo, todos passa. Aí, passa no jornal, passa na televisão, todo mundo olhando. Quer dizer, é um grupo muito organizado e se une. Você não vê ninguém brigar, você não vê ninguém atacar outro, não. Todo mundo se junta aí e faz a festa animada. Aí se abraça, convive dois dias juntos, assim que é. São oito dias de cultura porque pra dar tempo de abranger todos os grupos que vem das outras áreas, dos territórios.

Isso também chama muito atenção e as pessoas não dá valor porque é uma organização muito grande, um conhecimento muito rico... Tem as pessoas que sabe cantar, por exemplo. Nós tamo criando na reserva os cantadores de boi, que fala tudo que vocês falaram aqui. Pra falar, eles não fala, mas se ele cantar, ele faz a toada certinho no que dizemos hoje aqui, entendeu; Que vai dá certinho, no ritmo. E isso é muito bom. Eles entenderam na prática o trabalho que a gente tá fazendo no debate. Tudo que a gente faz lá na comunidade, aí, eles faz. Se tiver alguma coisa que, por exemplo, se o governo não apoiou a legalização da terras de quilombo, eles tiram a toada e manda CD pra lá explicando tudinho o que tá acontecendo. Se também aprovou algum





projeto, eles agradece que tá, mas que carece esse, esse que não foi feito. Tá entendendo? Nós tem tudinho no CD que a gente leva pra lá. (...) Porque assim, por exemplo, a gente falando, custa mais pra você entender. Mas se você cantar, todo mundo dá atenção em você cantando, muito mais que você falando. Assim eles faz. Os cantadores de boi faz isso. Quando tem um, por exemplo, um governo que foi bom, aí eles conta tudinho, mas esse que entrou fez isso, isso, isso, atrapalhou, entendeu? É bom. Às vezes, eles faz quase cinco CD, tudinho falando daquele assunto. Aí, nós manda pra lá, vende lá quando nós vamos pros congresso, vende lá nos seminários. Por exemplo, agora eu fui lá pro senado, eu deixei mais de vinte, tudinho que falava das maldades que eles tão fazendo com nós. Eu deixei, dei de presente lá pra ele, não sei se eles ouviu tudo... Então, isso aqui é muito bom, que a pessoa sente na pele, rapaz: “lá no fim do Brasil, o povo tá observando que nós tamo errando aqui”. Então, tem coisas que você não dá valor, mas é uma tradição muito rica, ajuda nos trabalho, ajuda nos movimentos. Por exemplo, agora, nas Cartografia, eles já tiraram muita toadas pra sair agora no mês de junho, dando é continuidade na Cartografia. Vocês vão ver muitas coisa importante que eles vão falar, vão ler tudinho, o que eles ler, os nomes das pessoa que fez isso, isso... eles vão agradecer mandando de retorno dizendo que faltou isso, isso, assim que é. Aí, nas Cartografia foi falado muito na questão da cultura, quando eles tiraram ó, esses nomes aqui, quando eles tiraram as toada. O que eles falaram, que eles queriam cantar ao vivo e queria aparecer né, de retorno, queriam de retorno, o que foi feito, eles queriam receber pra ler, pra saber se foi feito o trabalhado, entendeu; Fizeram muita coisa, muita coisa importante e, às vezes, acaba você nem dando valor àquele produto e nós estamos conversando com eles, aí eu falo: “vocês faz as cantigas de tudo dentro da Cartografia e faz o CD e DVD e a gente leva pra vender. Aquelas pessoas que tiverem interesse, compra. Aí vocês vem, já ajuda pra comprar as vestimentas de vocês, entendeu?” Tudo isso, então, esse é o sentimento (...)

Tem somado, tem levado pra outros lugares que a gente não conhece, outros países, que às vezes tem uma cultura num país e não tem no outro. Aí, a gente troca experiência. Essas cartografia aqui são boa porque a gente lê do Paraná, lê de outro lugar, aí vai vendo as histórias. Aí, quando a gente olhou essa aqui do Paraná³⁰, a gente já inventou outro assunto, que aqui também

30 Boletim Informativo 1 do *Projeto Nova Cartografia Social. Conhecimentos tradicionais e mobilização política: o direito de afirmação da identidade de benzedeiros e benzedoras, municípios de Rebouças e São João*





seja incluído na de lá, pra se fazer a mesma coisa. Então, isso é muito bom, e já vocês leem isso aqui pra se ver as importâncias que tem aqui dentro dos trabalhos. Então todos, todos é a Cartografia: é muita rica. Vocês tem aqui, né? São muito rica nos conhecimentos tradicionais, mostra, prova, diz a gente fazendo, ninguém sabia o que era quebrar coco, agora tudo vê a gente com o machado, já tudinho, nas fotos, fazendo carvão, vê na roça, vê pescando, vê cuidando do peixe, vê fazendo tanta coisa que a gente não sabia como era feito. Aí, vamos trocando experiência e, daqui a pouco, o mundo todo tá com o conhecimento do trabalho da gente. É isso.

do Triunfo, Paraná. Abril de 2012.







CAPÍTULO IV

“[...] Y el ingenio traga interminables caravanas de carretas, cargas de caña capaces de azucarar un océano [...] la fábrica ronca, fuma, estertora, chifla.”
(Écue-Yamba-Ó, Alejo Carpentier)

Entrevista: 24 de janeiro de 2013. Participam dona Nice e as pesquisadoras Cynthia e Patrícia durante trabalho de campo para realização do Boletim do Projeto Nova Cartografia Social.

Uma das pesquisadoras: Vamos começar com Ponta da Areia... Lá tem um senhor chamado... ele tinha um terreiro?

Nice: Ele tinha um terreiro, e era também doutor do mato. Tinha uma frequência muito grande de consultas que as pessoas iam pra lá e não era nem só da comunidade, de outras comunidades, de outros municípios, entendeu... é uma pessoa que ficava direto todo dia, era consulta mesmo. Depois ele ia ficando velho, adoecendo, aí foi perdendo o equilíbrio, mas ele fazia tudo isso. João Rabelo, Monte Cristo. Brincava de mina, fazia festa no fim do ano e benzia as pessoas e fazia tudo isso. Ele sabe disso, se ele não falou, porque, talvez ele tava nervoso, mas que viu vocês pela primeira vez, mas ele sabe fazer tudo isso.

Maria de Jesus, ela, parteira e benzedeira, ela também faz festa no final do ano, todas as pessoas que trabalham com encantado, trabalha o ano inteirinho e, no final, faz uma festa pra brincar e aí a comunidade toda participa...3 e 4 de dezembro, Santa Bárbara. Tem, a festa é cura, tambor de mina, as pessoas batem e os curadores dançam enfeitado, arrumado e dança no salão.

Doutor do mato. É, doutor do mato, ele benze, ele também entende direitinho. Cada qual vem de si, tem seu dono, um passa de um pra outro, a era





meu, dei pra fulano, isso não existe,

Benzedor e fazedor de remédio. É, tem um rapaz lá que também ele benze, ele faz remédio, mas ele ainda não cura, mais é pra mesa. Mesa é consulta. Você vem pra consulta e quer um remédio pra tal coisa, aí a pessoa bota lá na mesa... É assim, tipo um balaio, e ele pensa tudinho o que é e bota no papel pra ti comprar e fazer. Em Cavaco, tem um senhor que nós chamava de Galo... Galo era uns dos conhecidos na Baixada, vinha gente de Santa Inês, gente de Viana, vinha gente de Cajari... Ele era profissional mesmo, ele fazia também responsão, se sumia um animal, uma coisa de uma pessoa, ele ia na mesma, olhava e dizia: “teu animal está em algum lugar, morreu, tá atolado”. Ele também foi de responsão, não era só doutor do mato, ele era responsável também. Era só mesmo só pra consulta e não fazia festa, responsão é de mesa. Aí, a pessoa bota lá e acho que encantado dele vem e diz pra ele, aonde tá aquele animal que a pessoa tá procurando, uma coisa que desapareceu. Aí a pessoa vai certinho. Você conta pra pessoa a pessoa pega seu nome e bota ali. Eu não sei como ele faz: de manhã, ele dá a resposta.

Cynthia: Qual a diferença de Benzedor pra Curador Dona Nice?

Nice: Um só benze, mas ele não sabe fazer uma garrafada, remédio, eles não dançam com festa. Na festa, só sabe benzer entendeu. Ele não faz remédio pra curar ninguém, nenhuma doença. Alto Bonito tem uma pessoa que cura, brinca, é Doutor do mato, mas ela não é parteira.

Patrícia: É doutora mulher?

Nice: É mulher.

Patrícia: Qual o nome dela?

Nice: Eles chamam ela de Francisca.

Patrícia: Francisca... Mas ela tem a mina lá?

Nice: Tem barraco só na festa de Santa Barbara.

Cynthia: Quando diz que brinca por que é de mina?

Nice: faz uma festa é brincando, dançando, os curadores dançando no meio da sala,

Patrícia: Brinca de Mina, é?





Nice: É, aí, ele roda dançando. Mesa, mesa é quem só consulta sem brincar. Seu Conceição, o que ele faz mesmo, ele é de mesa, assim, consulta. Ele ainda não tem tambor. O filho dele tem vergonha. Ainda vai brincar pra outro lugar. Quando a pessoa é brinca mina diz que ela tem um barraco ou um terreiro. É terreiro é, eu chamo barraco, mas os moradores chamam terreiro. (Nice dá risadas). Lá, onde eles consultam, tem tudinho, é um quarto particular. (...) É, porque vocês não foram no rapaz lá do Bairro Novo. Ele tem a mesa dele mesmo, agora ele desmanchou o barraco, mas tem a mesa enfeitada, tem tudinho, consulta tudinho dentro. No terreiro, é o quarto reservado, particular, pra consulta e tem um quarto onde eles guardam a roupa deles pra brincar. Tem um quarto particular, e esses da mesa é só pra consultar.

“Na terra, tem várias coisas...”

(...) Olha, na terra, tem várias coisas, primeiro tem as pedras brilhantes, tem o brilhante verde, tem o brilhante azul, o brilhante preto. Pra quem vê em algum lugar alguma coisa, você vê aquelas pedras, aquilo é uma coisa rica, aquilo é abaixo da água, já entendeu? Pra quem tem experiência, querer acabar com isso aí? É riqueza! Se tem a terra, tem a pedra, tem essa riqueza que eles querem também tirar, se aproveitar, porque eles já encontram ali. Tem o ouro verde, tem ouro preto. Isso aqui é no fundo, abaixo.

Patrícia: E essas pedras, esses ouros, as pessoas que sabem que têm lá, eles não tiram de lá?

Nice: Não. Sabe por quê? Lá é uma riqueza presa, um mistério que tem ali e quem não tem nada a ver, acaba e vai embora pra outro país.

Patrícia: E esses lugares são lugares de moradia dos orixás,

Nice: São, tudo tem dono,

Patrícia: Tudo tem dono.

Nice: Tudo tem dono. Olha, por exemplo, se você tem uns animais naturais, algum botou ele no mundo. Alguém, ta? Tem a paca, o tatu, tem o pé de árvore... para alguma coisa, ele serve. Tem a cobra. Alguém colocou pra alguma coisa. Ele existe porque ele serve. Às vezes, a gente mata, mas ele serve pra algum tipo de coisa, a planta... cada planta serve pra algum tipo





de remédio... Você acabou com a planta, acabou com a riquezas naturais, com as medicinas e a outra coisa também, os orixás ficam abaixo, a sereia também, vários encantados que eles dão o nome. Os encantados que vêm de dentro da água tem vários nomes.

Patrícia: Me diz uma coisa: os encantados, eles são diferentes dos orixás no que a senhora sabe?

Nice: Não, os orixás com os encantados quase são a mesmas coisa, tem gente que fala com língua diferente,

Patrícia: Hum...

Nice: É um outro povo que convive abaixo da terra, tá... Uns chamam de orixás, e outros de encantado, mas é a mesma. Outro chama candomblé...

Patrícia: Chamam como?

Nice: Candomblé.

Patrícia: Candomblé, certo, Cynthia eu tava perguntando pra ela que...

Nice: Chama Tapinabá, Tapinabá.

Patrícia: Tapinabá.

Nice: De acordo com a língua.

Cynthia: (risos) Tapinabá, qual?

Nice: Tapinabá, a língua que manda as coisas, tapinabá é um tipo de encantado que vive abaixo da água.

Patrícia: Ela falou que abaixo tem a sereia, tem os encantados e tem os orixás.

Cynthia: Baixo d'água.

Nice: é, tem os tipos ouro brilhante, ouro verde, tem um monte de coisa no fundo.

Cynthia: Abaixo da água tem sereia, orixás, o que mais?

Patrícia: Encantados

Cynthia: os encantados.





Patrícia: Aí, eu perguntei pra ela qual a diferença dos encantados pelos orixás, ela disse que é mais menos do mesmo tipo, só que como se fosse línguas diferentes de um e de outro, né, dona Nice?

Nice: É a mesma coisa de testemunha de Jeová. Na língua deles, é Jesus. Agora, quando você não compreende o que significa a palavra, já na língua do índio, Jesus é tupã. Mas é a mesma palavra, deu pra entender? Agora, a gente pensa que é outra coisa.

Patrícia: Hum, entendi.

Nice: Compreendeu, já?

Patrícia: Certo. Aí, tem outra coisa importante que a senhora falou.

Nice: Tem iemanjá,

Patrícia: Iemanjá.

Cynthia: Vem daonde Iemanjá?

Nice: Vem de baixo, é de baixo.

Cynthia: Iemanjá é de baixo.

Nice: Tem o jeito velho que eles chamam, quando eles apresentam assim para a pessoa. Ele diz que vem do fundo do mar, eles não diz que tá em cima da terra ou do mato.

Cynthia: Vem tudo de baixo.

Nice: É.

Cynthia: Tudininho, os encantados?

Nice: É. Todas essas riquezas que eu estou falando aí, eles que vigiam essas riquezas, eles sabem tudo isso.

Patrícia: Do fundo do mar.

Nice: É, por exemplo, tem um Juçaral bonito. Lá, naquele juçaral abaixo, tem muito povo. Essa riqueza tudinho tem alguém que toma conta dela, entendeu?

Patrícia: Entendeu. A gente que corta, tira a vontade (...) Tem outra coisa importante que ela falou: todos os animais existem porque servem pra al-





guma coisa. Assim como os animais, assim como as plantas: alguém botou porque tem alguma serventia.

Nice: Todos, todos ser é de um tipo.

Patrícia: “Todos ser é de um tipo”.

Nice: você que já, por exemplo, que trabalha com essas pessoas que consulta do mato, lá perto lá de casa, essa pessoa te falando que não foi entrevistado, muito bom muito bom, ele é um dos melhores. Ele sabe tanto tipo que se ele vai no mato, ele olha um monte de planta e diz: “esse aqui é fulano, esse aqui, beltrano, esse aqui é sicrano, esse aqui dá mesmo”, ninguém diz pra ele. Ele sabe tudinho, os nomes das plantas que não tá tendo mais, que tinha há mais de 20 anos atrás.

Cynthia: Ei, Dona Nice, a filha de seu Zé Maia, ela tava dizendo que seu Zé Maia, ele gostava de que chamasse ele Doutor do Mato?

Nice: Era.

Cynthia: Ele era Doutor do Mato e não gostava de ser chamado de curador?

Nice: Doutor do Mato, ele era mesmo, era médico.

Cynthia: A senhora disse que ele fazia cura mas não gostava de ser chamado de curador?

Nice: Não, ele é Doutor do Mato, ele.

Cynthia: Ah! Tem diferença de Doutor do Mato pra Curador?

Nice: Não, é quase a mesma palavra. Quem cura, tem. Ou se você tá com problema, eu curei, foi curador. Doutor do mato é mesmo o que faz o remédio e deu o remédio e ficou bom.

Cynthia: Hum...

Nice: Então, você usa as duas palavras, uma diferente da outra.

Cynthia: Agora, o curador ele dança também ou só cura?

Nice: Agora tem o terecô, que a festa dança e roda. É, os encantados com um tempo fez a festa no final do ano. Ele passa o ano inteirinho, quando chega no fim de ano, eles faz a festa deles.





Cynthia: Curador, o curador que faz a festa deles.

Nice: É. Eles dão o nome de curador porque eles só dançam, a festa, isso aqui é a festa. E terecô é a festa, é festa.

Patrícia: É festa sem encantado, sem?

Nice: É com encantado.

Patrícia: Com encantado.

Nice: É, a mesma coisa de macumba, macumba é o instrumento que a pessoa tem que bate. Não é feitiço, não é nada que o povo chamam. Macumba é um tipo de instrumento, é os três tambores.

Cynthia: Existem esses instrumentos aqui?

Nice: Têm, os três têm. Ele tem lá, compadre tem.

Patrícia: ele tem falado muito em macumba.

Nice: São três tambores, é um grande e dois menores,

Patrícia: Hum.

Nice: Não é maldade, não. Macumba é uma coisa que usa pra bater instrumento, pra poder tocar pra dançar.

Patrícia: Tá.

Cynthia: A macumba são três tambores.

Nice: É, macumba é o som, não é outra coisa diferente.

Cynthia: Essa festa de terecô que eles fazem no fim do ano é de Santa Bárbara?

Nice: É 3 e 4 de dezembro, macumba é o tambor e terecô é a festa, a dança, o tipo de dança que tá rolando, entendeu;

Cynthia: Entendi.

Patrícia: Que é um pouco diferente da mina?

Nice: É.

Patrícia: Não

Nice: A mina é o seguinte, a mina que eles falam é porque o encantado, ele





é uma mina, um tipo de mina encantado e não é só um, são vários.

Patrícia: Hum...

Nice: Só nenhuma pessoa baixa. 10, 12, é então mina, mina de pessoas.

Patrícia: Hum...

Nice: (...) não é uma. Mina é quando é vários, muitos, entendeu?

Patrícia: entendi.

Nice: você botou um menor de coisa aqui que já tinha um já tinha outro, menor de formiga tinha só uma agora já tem mil,

Patrícia: Hum...

Nice: entendeu, porque na mina não fica só um encantado na pessoa. E maracá é só um.

Patrícia: entendi.

Nice: Entendeu, é só um encantado, é só um nome. Agora, na mina, tem vários. Eu vejo é muito chamar Maria Rosa. Nem sei quem, preto velho já entendeu.

Cynthia: Ah! O maracá é só um. Ela disse que o maracá, ele é mais sozinho. A pessoa pode tombar, pode cair em cessão. Seu Zé Maia, que batia o maracá: era só ele e a pessoa, é?

Nice: É, uma só. Mais pra consulta só. Lá mesmo ele canta, só chama os orixás dele e faz os remédios deles.

Patrícia: É por que eu já ouvir falar aqui, por exemplo, que uma pessoa, que seja na mina, não sei, porque tem as linhas, então, são várias entidades daquela mesma mina?

Nice: Essa é a mina que tem uma, duas, três... Em cada linha, tem um monte.

Patrícia: É.

Nice: Cada vez vai minando, às vezes, tinha só um curador. Agora, já tem dez. Porque aí o tanto de orixás que tem, vai baixando nele, vai entrando nas pessoas. O que faz ter curador, porque tem muitos orixás. Ele não fica só em uma pessoa. Ele vai entrando em outros também, que ele se agrada. Ele não





fica em quem ele não se agrada.

Patrícia: E é diferente dos orixás, por que os orixás, eles baixam nas pessoas?

Nice: Baixa, Patrícia. Os orixás também baixam. Baixa, ô... Só pra vê se a pessoa ir brincar sem ter orixás, ele cansa, ele bota duas rolada, ele já tá acertado.

Cynthia: (risos)

Nice: Os orixás ficam a noite inteirinha, o dia, e não pára. E aí, se achar pra que bata, ele fica atrás, brigando, entendeu? Porque isso que a gente sabe que não tem nadinha, dar duas rolada, senta. Aí, o corpo não segura.

Patrícia: Hum...

Nice: Entendeu.

Patrícia: Entendi.

Nice: E com o encantado, ele brinca três dias e, sem comer, e tá lá mantido, não cansa, tá entendendo? As pessoas que tem o cuidado, que vai mudando de roupa quando tá suja, assim que é. Mas ele não sai, e quem não tem, ele canta, porque acha bonito, e sem demorar, já tá acertado, descansado. Já saiu por ali caladinho, já foi embora. E quem tem orixás, pode levar ele pra casa, mas ele não fica, ele vem de novo pra onde tava ali, já entendeu, como é?

Patrícia: É um universo grande.

Nice: É.

Patrícia: É muita coisa (risos).

Nice: É, então, a gente que entende muito bem, assim que é.

Patrícia: Mas a gente pode conversar com Seu Manoel?

Nice: Pode,

Patrícia: Na outra vez que a gente veio, né?

Nice: Hum rum.

Patrícia: Amanhã, a gente já vai fazer também esse trabalho, (...) a gente vai entrevistar aquela senhora daquela cidade também.





Nice: Hum rum. Porque ele, ele é assim, com a experiência que ele tem, porque ele também, ele já consultou muita gente de Belém. Ele não é só... Ele já consultou vereadores, prefeito, pessoas que bota fé mesmo. Porque ele é um médico, eu digo assim que ele é um médico. Por exemplo, tem a próstata, aquele problema que dá em homem, as pessoas que não acreditam nele, não vai consultar. Mas os que acreditam, vai dizendo por outro que vem de fora mandar fazer garrafa. Liga por telefone, diz tal dia, tá pronto. Ele curou muita gente. Estou dizendo pra vocês que é coisa que eu sei. Chegou uma pessoa lá em casa, um amigão, ele é até evangélico, ele disse que ele adoeceu e ficou lá ruim e sem saber o que é. Já tinha ido pelos médicos, não resolveu nada. E foi lá onde ele consultar, ele disse, olha, não lhe digo agora, porque eu tô em trabalho, mas me dê seu nome e volta aqui. E vai aliviar um pouco. Aí, ele disse, quando for parte de três horas, ele disse, você está com próstata, começo de próstata. Por isso, quando você chegar, você não pode urinar, a urina fica calhada, mas eu vou lhe dar um remédio hoje que eu tenho aqui. Se você melhorar, você vem aqui que eu termino de fazer a garrafada. Ele deu um chá pra ele nesse dia. De manhã, ele urinou bem, que não tava nem urinando. Ele fez outro e levou pra ele. Olha, tomou, melhorou, não veio mais. Ele perguntou pra ele: “não, eu fiquei bom, sô.” O senhor tem que tomar remédio (...) Se fosse outro, que não entendesse, ele ia dizer que fizeram mal, não sei o quê, nadinha disso.

Patrícia: Dona Nice, mudando aqui de assunto que eu me lembrei...

Nice: Hum rum...

Patrícia: A senhora sabe, que tem estado no Brasil, Rio de Janeiro, por exemplo. Agora tem uma Lei nova proibindo as mulheres de terem filho em casa, acabando com o negócio de parteira. Já outros municípios, como no Paraná, já tem lei, na verdade, reconhecendo esses saberes, a parteira e vários outros, como é o nome daquele boletim? Lá tem, tem...

Cynthia: Tem. Mobilização e saberes, aquele que a gente levou no lançamento do livro.

Patrícia: Ali falava das parteiras, ali falava.

Cynthia: Curandeiras,

Patrícia: Curandeiras, é. A gente fica pensando assim, a gente sabe que é comprida a luta de transformar as coisas em lei, mas com a quantidade de





comunidade que tem no município, como Penalva, que essa toda essa prática que ajuda curar, ter filho é isso e aquilo outro, se viesse uma lei, não seria ruim.

Nice: Eu até conversei isso com até dois vereadores,

Patrícia: Ah! Conversou?

Nice: Um da reserva lá de Formoso e outro daqui. Então, eles falaram o seguinte: eu digo, “olha, nós estamos tentando...”, eu expliquei pra ele do livro, eles disseram “não, se for preciso, vocês lançam direitinho o projeto, a gente leva na câmara”.

Cynthia: Pois é.

Nice: Os outros, a gente não sabe, mas nós vamos brigar pra isso.

Cynthia: é, aquele rapaz que tava no lançamento do livro do boletim...

Nice: É, ele que estou falando.

Cynthia: Ele ganhou a eleição. A senhora acha se a gente fizer e levar?

Nice: Leva, ele já mandou. Ele já disse, ele só não tá junto de nós porque eu não disse.

Cynthia: Projeto de lei.

Patrícia: É uma coisa complicada que tivesse pronto, né?

Nice: É.

Patrícia: O quê que é, tu tem que levar pra ele?

Cynthia: Não, seria pra elaborar um projeto de lei reconhecendo os saberes, parecido com aquele. (...) só que tem que ter um advogado pra formatar ele assim, em forma de lei, reconhecer... Por exemplo, lá no Paraná, são muitas categorias, é costurado de regedura e não sei o que lá, entendeu?

Patrícia: Mas, por isso que a gente deveria saber quais seriam aqui. Pegar todas as categorias que tem aqui.

Cynthia: É, Danilo vai ajudar, ele vai ter que acertar com um advogado, né?

Nice: Pode ser esse Manoel que eu estou falando, ele conhece todas as pes-





soas que trabalham em Penalva, ele tem nome de fulando, beltrano, cicrano em cada povoado. É uma pessoa muito controlada, ele respeita todos eles.

Cynthia: Eu acho o boletim um primeiro momento, pra depois, a lei.

Nice: É.

Patrícia: É.

Cynthia: Mostra que tem.

Nice: É.

Cynthia: Né?

Nice: Mostra que tem primeiro o quê que as pessoas fazem.

Cynthia: Fazem essa parte.

Nice: Esse é (...) olha, se vocês conversar com ele, ele vai dizer o tipo de doença que ele já curou, que a gente não acredita que foi feito, de gastrite, essas coisas engarrafada.

Patrícia: Tá ótimo, que mais?

Cynthia: Outra coisa que a gente tava lendo uma entrevista sua, daquela fala sua de Buenos Aires, a senhora falou sobre essa questão das doenças e da devastação, né dona Nice? Tem lugar que tem isso, acho que era determinado tipo de bicho, não sei se era cobra, pra saber se não tinha doença dependendo do ambiente.

Nice: Ah! O que eu quero dizer, ô, se você tem um pé de bacuri junto em casa, você tem um pé jutaí, essas coisas que é bom pra gripe, essas coisas porque são pé pra gripe, porque o ar lá da frente, lá do quintal de Célia, lá tem jaca, lá tem carambola, lá tem caju, tá entendendo? Lá tem tudo, quando tem dentro de um balde, lá tem muito agora, a gente nem come, porque (...) o ar daquela coisa, ele satisfaz a gente, vocês que chegam de fora come, um cajá, uma coisa, mas nós nem liga porque aquele ar, aquele cheiro dela, aquilo tá fazendo bem pra nós.

Cynthia: Entendi.

Nice: Deu pra entender, as pessoas diz “tou enfarado”, ele nem comeu, mas como ele tem esse convívio junto, faz bem pra gente, assim é. Igualmente, você tá no sol quente e acha um pé de arvore, você ir pra baixo, ficar de





baixo, aquele ar do pé de pau faz bem pro seu corpo, ele entranha em você, se o sol tá maior quente e tiver outro pé de árvore, você se refresca todinho, ele invadiu seu corpo. Entendeu?

Cynthia: Entendi.

Nice: Assim é o pé de árvore se ele for bom pro problema da gente, ele faz bem pra gente.

Cynthia: Não precisa tomar o chá,

Nice: Não, não, compreendeu o que estou falando?

Cynthia: Tou.

Nice: Tá, é isso.

Patrícia: E essa sabedoria toda Dona Nice, vem de onde, a senhora aprendeu na vida ou alguém lhe ensinou?

Nice: Não, eu aprendo assim na minha experiência que faço e dá certo.

Patrícia: Na sua experiência.

Nice: É e dá certo.

Patrícia: Na sua vida?

Nice: É, olha, uma ubaúba, ubaúba...

Patrícia: Hum...

Nice: ...e o jatobá, que a gente chama jutaí... Lá na minha casa, tinha um pé de jatobá, e a ubaúba era de um outro. Ubaúba em toda casa minha tem um pé grande, tá entendendo?

Patrícia: Que a senhora gosta.

Nice: Gosto, aí, todo mundo pegou tosse braba e meus filhos não pegava. Uma pessoa experiente disse: “esse pau aqui mata tosse braba e esse outro também mata”, e aí as crianças só brinca debaixo. Se o ar tá nele todo, nem vai pegar dos outros, e nunca pegaram, entendeu?

Cynthia: Entendi.

Nice: Porque a planta que no tempo da doença, eu convivia junto, e eles iam buscar lá em casa pra poder fazer o chá pra matar a tosse braba dos filhos,





e os meus tinha, quer dizer, brincavam debaixo do pé de árvore, aquele pé de árvore, aquele ar fazia bem pros meus filhos.

Patrícia: A senhora tinha alguma parenta, assim, mãe, tia, avó. Avó que era concedora de todos esses...

Nice: Meu bisavô, ele era doutor do mato.

Patrícia: Ele era doutor do mato?

Cynthia: Quem era ele Dona Nice?

Nice: O nome dele, meu bisavô, era Satiro, Satiro Costa Machado.

Cynthia: Sua família era de onde, lá de Enseada mesmo?

Nice: É, o meu avô mesmo, ele é da Enseada Grande, é um outro povoado.

Patrícia: Da Enseada Grande?

Cynthia: É ali por perto onde a senhora mora hoje?

Nice: É. Fica um pouco na mesma área, beirando Cajari. Agora, minha mãe que morava dentro da Enseada, entendeu, dentro da área da Enseada que era só verde.

Cynthia: Lá era uma fazenda, lá?

Nice: Não, lá não era fazenda, sempre foi floresta.

Cynthia: Lá não tinha fazenda na enseada?

Nice: Não.

Cynthia: Era Saubeiro?

Nice: Era. A gente chamava de Enseada Grande e tinha Enseada da Mata. Saubeiro lá era povoado mesmo, mato grande, assim que era, só que quando todo trabalho nosso era na mesma hora, nós troca de dia com todo mundo...

Cynthia: Mas aí sua família morava toda no Saubeiro?

Nice: Toda. Toda aquela família morava. Toda, ô...

Cynthia: Lá, era o quê lá? Saubeiro é uma comunidade, um quilombo?

Patrícia: Salgueiro?





Nice: Saubeiro.

Cynthia: Era um quilombo?

Nice: Era não, é um quilombo.

Patrícia: Salgueiro?

Cynthia: É saubeiro, né?

Nice: É, só na nossa lista, nos cadastros, deu 400 pessoas com o nome de Machado, do mesmo título.

Patrícia: Nossa, 400!

Cynthia: Onde, lá em Saubeiro?

Nice: Misturado. Aí, eu não sei se nós somos da mesma família. Olha, da minha mãe, da família, da minha, tinha 16 filhos, do lado do meu pai tinha 15.

Cynthia: A senhora sabe da onde surgiram esses quilombola do Machado?

Nice: Ah! Eles fugiram uma parte, uma parte saiu da Enseada da mata, a outra sai do engenho Nazaré.

Cynthia: Engenho Nazaré, é?

Nice: É.

Cynthia: Uma vez, a senhora falou, aonde que ficava, aqui em Penalva?

Nice: Não, fica daqui de Matinha, do município de Matinha... O mesmo dono de Enseada da Mata tinha um engenho no Santo Antônio e Nazaré era perto. Quando ele queria se libertar, eles fugiam de lá e vinha pra cá, por Saubeiro, aqui que eles faziam...

Patrícia: Peraí, então, Matinha, Santo Antônio e qual o outro?

Nice: Nazaré.

Patrícia: Nazaré, todos eram o mesmo dono de engenho.

Nice: Era.

Cynthia: Santo Antonio daqui de Penalva?

Nice: Não, Não Santo Antonio de Matinha.





Cynthia: É tudo Matinha, Matinha. Santo Antonio, Matinha e...

Nice: Olha o de Sansapé, Enseada da Mata, esses que eu dei tudinho, era só um grupo de pessoas organizadas. Um levava trabalhado de um lugar pra outro, levava, mudava.

Patrícia: Hum rum.

Nice: Já entendeu como é; Assim que funcionava, era só uma família que era dono, de rico, o cara tava me falando...

Patrícia: Outro tinha uma família, eles eram só, alguma coisa que eles tinham...

Nice: O cara tava me falando, que é o Inocêncio do Cajari, que era 80 engenho no Estado do Maranhão, na regional, na Baixada, que tinha mais era na Baixada, que ele disse.

Patrícia: 80 engenho na Baixada?

Nice: Na baixada toda, 80 pessoas eram de Portugal, que iam montando esses engenhos pra cá no Maranhão.

Patrícia: Sabe, Dona Nice, por que quem compra perto tem um outro? É que, na época, era chamado engenho Central, esses engenhos de ferro, eles já queriam produzir pra exportar a cana.

Nice: Hum rum.

Patrícia: Então, eles estavam produzindo grandes quantidades, aí, eles vieram e montaram essa quantidade grande de engenho, porque uns abasteciam os outros, e iam mandando pra esse central.

Nice: Central tinha dois aqui. Um Enseada da Mata e outro Sansapé,

Patrícia: Não chamava São Pedro, a senhora já ouviu falar?

Cynthia: É de Pindaré, é em Pindaré.

Nice: Certo que era 80. Por mim, era só de um dono e cada dono botava em lugar sei lá se era cabeceira.

Cynthia: Quer dizer que a produção toda daqui vai pra lá, é, Dona Nice?

Patrícia: Isso que a gente está investigando, essa possibilidade, porque o engenho central foi montado pra isso, existia uma rota, eu queria saber se





esses daqui são, estavam de alguma forma ligados?

Nice: Tá.

Cynthia: Sabe por que Pindaré, estou falando isso porque Pindaré, tá que Pindaré, tá que o engenho central é do outro lado, é Monção... Monção pra Cajari é um pulo. É, e daqui pra...

Patrícia: É, há uma rota pra escoar.

Nice: É, Patrícia. Eles tinha que tirar a produção de lá, entendeu?

Cynthia: Por que Monção, Cajari e Penalva, tudo perto?

Nice: Tudo perto. Matinha não é longe também. Viana, esse de Viana, é tudo daqui perto, é um indicado, um e outro.

Patrícia: E...

Nice: E tão tal que eles se conheciam, os trabalhadores se conheciam, eles pegavam daqui, mandavam por aquele outro...

Cynthia: Será que a gente acha algum documento que tenha referência desses engenhos?

Patrícia: Existe, claro. Viveiros... a gente já... Tenho até um textinho que fala só do engenho central, São Pedro, agora com as informações de campo, quando a gente retornar, essas leituras, essas informações, vai ficar mais rico, entendeu?

Nice: Era 80. Ainda existe. O índio sempre me disse: “a Baixada todinha, todos os engenhos, eram 80”. Agora, depois que as pessoas aprendiam, acabou a escravatura. Eles criaram o dele, o engenhoca, em vários lugar: tinha Jatobá, tinha Masangana... Entendeu, agora? Ele me disse que eram 80. Esse búfalo era muito rico, era tipo assim, uma família de empresa.

Patrícia: Que pegava, vamos falar os municípios de novo? Penalva...

Nice: Matinha, Cajari, São Bento, é Mirinzal, tudo São João Batista, esse aí todos de toda região.

Patrícia: Viana,...

Nice: Viana, é Pindaré. É tudo isso. Alcântara, todos esses lugares, tudinho. Itapecuru, tudo era essa área daqui.





Patrícia: É, mas aí, voltando pra família de Dona Nice, que a conversa tava boa...

Cynthia: Então, quer dizer que eles vieram de Matinha, do engenho Nazaré, né, do município de Matinha, né?

Nice: Desse engenho, eles vieram pra Enseada da Mata.

Cynthia: Eles vieram transferidos ou não?

Nice: Transferidos pra Enseada da Mata. Enseada da Mata que virou quilombo, entendeu?

Cynthia: Não era fazenda, Nice; Enseada era cafezal, não era ligado, mas era cafezal, era engenho de cachaça, de açúcar, de rapadura, de mel, a mesma coisa que tem em Sansapé, só que Sansapé terminou mais, terminou por último.

Patrícia: Então, do engenho, eles vieram transferidos pra Enseada da Mata; daí, da Enseada da Mata...

Nice: Porque eles fugiram e viraram quilombo, Patrícia. Viraram quilombo. Assim que funciona.

Patrícia: É. Porque da direção da Enseada da Mata, em determinado tempo, esse de Nazaré, que foi de Portugal, minha tia conta, quando ele veio de lá, ele trouxe chapéu e roupas pra pessoas vestirem: era paninho, era calça e camisa de paninho feito, enfiado com punho e chapelão grande. Esses, daqui de Enseada da Mata queriam fugir pra voltar pra lá porque tinha chapéu (risos), e os de Sansapé queriam ir pra lá porque tinha chapéu, então, era um dilúvio...

Cynthia: Queria voltar pra Nazaré?

Patrícia: Todo mundo queria ir pro o engenho de Nazaré.

Nice: Era um conflito. E aí, ele escrevia uma carta e mandava por dono de engenho, se ele não tirasse o chapéu e a roupa do povo, ele ia levar uma tropa á pra matar ele. Essa tropa daqui se juntava esperando essa outra tropa, entendeu?

Patrícia: entendi.

Nice: E quando chegava lá, tinha mais gente com chapéu e tornava voltar





atrás, passaram mais de 50 anos nessa briga.

Patrícia: Foi mesmo, Dona Nice?

Nice: E esses de Nazaré dava mel, um litro de mel, dava um quilo de açúcar grande, quando não dava um litro de garapa, não litro, era em balde que eles levava. E os outros não dava nada, só penha nas pessoas, e aí os filhos tudo comia mel, tomava garapa... Então, não ganhava dinheiro, mas tinha esses alimento, que todo mundo já esperava tarde que os pais levavam.

Cynthia: O dono da Enseada da Mata, a senhora não tem memória, não tem lembrado quem é?

Nice: Não. Olha, tem uma pessoa que me deu o nome dele, mas eu perdi o caderno que eu coloquei aqui, mas eu vou procurar nessa semana, eu vou descobrir pra você tudinho quem é.

Patrícia: Vai, Nice. Os mais novos, eu sei, mas esses não eram da escravidão.

Cynthia: Não era dos antigos.

Nice: Eu quero é o que era da escravidão.

Cynthia: Era importante, Dona Nice.

Nice: É, eu vou pegar porque o Inocêncio sabia disso.

Cynthia: Inocêncio era de onde?

Nice: Do Cajari. Ele já morreu.

Cynthia: Ele já morreu?

Nice: Com cento e trinta cinco. Tu te lembra que nós fomos na casa do velhico, que tava acertado lá, depois de Cabeça, que nós atravessamos no campo?

Cynthia: Era Camaputia.

Nice: Ou não era tu que tava?

Cynthia: Era Camaputia,

Nice: É, era depois de Camaputia. Eu sei que Benjamim tava comigo dessa vez. Ele (...) falou certinho, da determinada outra vez, ele começou a





caducar. A gente chegava lá, ele dizia “sai daqui que eu te jogo bosta”, aquela coisa toda. Aí, não deu mais pra ele conversar. Mas ele, com 135 anos, ele ainda falou comigo,

Cynthia: Eu não conheço não.

Nice: Um velhinho baixinho. Ele conversava muito. Com determinado tempo, ele já urinava, já, ele começou... “olha, pega experiência comigo, depois que eu morrer, ninguém conta mais isso pra vocês”. Ele disse que o lago de Penalva não era um lago, era um rio. Aí, deu um circuito e se afundou.

Cynthia: Deu o que, Dona Nice?

Nice: Um circuito. Aí, afundou em vários lugar. Ele dizia “esses lagos que vocês tem hoje fez foi afundar, mas era rio”. Eles vinham sepultar aqui no São José, no Cemitério, tudo trazia pra cá. Cavaco e São José é o cemitério velho. (...)

Voz de uma das pesquisadoras, que pergunta: Mas aí, então, quer dizer que o pai de sua mãe... sua mãe teve dez filhos;

Nice: Não, minha avó.

Patrícia: Sua avó?

Nice: Do lado do meu pai.

Patrícia: Avó paterna, né? E seu pai, 15?

Nice: É mais de criação dele.

Patrícia: E eles, quem que foi primeiro pra Enseada da Mata, seus pais ou seus avós?

Nice: Avós.

Patrícia: Os avós já tinham chegado?

Nice: O pai, quando eles já tinham vindo, já eram nascido lá (risos) (...) avós.

Pesquisadora: Os pais deles, eles que vieram, então de...

Nice: Foi.

Patrícia: Ah!





Nice: Eu me lembro que eles, minha avó contava, que quando era de noite, eles saíam pro engenho. Pra sair e chegar no horário das 6 horas, que já era pra tá lá. Aí, ela chamava ela, porque não era mais escrava, quem já era é só mãe... Aí, eles viviam, esse tempo não se chamava nome. Ela dizia “ei, coisa, eu já vou de novo. Lá nela, meu deus, em mim não”. Assim era botando nome. Hoje chama “quiabo”, cú... Esses tempos, ninguém sabiam o que era isso, se chamasse, Ave Maria, era fazia mal assombrado maior (risos).

Patrícia: Ah!

Nice: Eles que diziam, né, ele se benzia.

Patrícia: Se chamasse de que, Dona Nice?

Nice: Assim, o nome “Quiabo”, uma desgraça.

Patrícia: Ah!

Nice: Ah, já pensou não chamar esses nome, aí, como ele não queria chamar esses nomes, ele se benzia: “lá nela, em mim não, lá nela, em mim não”.

Patrícia e Cynthia: (risos).

Nice: Ele não sabia o que era nome, tinha muita história engraçada que o povo fazia.

Cynthia: É.

Nice: Aí, ele ia só pra carregar o cachimbo da avó dele pra levar.

Patrícia: Aí só carregando o cachimbo da vó?

Nice: É. Botava no balde de cunha e levava o cachimbo pra lá com fumo, com tudo pra... Só doídice.

Patrícia: Ele mesmo não trabalhava no engenho só?

Nice: Não, a lei não permitia mais.

Cynthia: Que ela tá falando que os bisavós dela ainda foram escravos, mas os avós já não são mais.

Nice: Não. Tinha perdido o direito de ser escravo.

Patrícia: É, já tinha tido a abolição.

Nice: Mas eles iam pra lá.





Patrícia: Os bisavós iam?

Nice: ãh ram.

Patrícia: E os avós iam pra lá?

Nice: Só que iam pra lá ficar junto, mas aquele direito de ser escravo não tinha mais.

Patrícia: Não tinha mais?

Nice: Mas eles iam pra lá olhar, ajudava alguma coisa, iam acompanhar porque eles saíam de noite, era longe pra ir pro engenho, eles saíam cedo.

Patrícia: E sua a avó, a senhora chegou a conhecer?

Nice: Hum rum. É.

Cynthia: Ela morreu com quantos anos?

Nice: Eu não sei, mas acho que ela morreu com 70 anos.

Patrícia: E tem muitos anos que ela morreu?

Nice: Tem uns 4, sábado.

Cynthia: Qual era o nome dela, da sua avó?

Nice: Joana Birgona Costa.

Cynthia: Qual o nome? Joana Birgona Costa?

Patrícia: A gente podia pegar.

Nice: E meu avô é Pedro Celestino Costa.

Patrícia: Costa, da sua mãe era Joana?

Nice: Minha Avó.

Patrícia: Sua avó era Joana, Seu avô era Pedro...

Nice: Não, meu bisavô, meu avô era Espedião.

Patrícia: Ah, não! Peraí. Peraí, vou botar aqui, Dona Nice: não, Joana era sua vó.

Nice: Vó.





Patrícia: A Joana casou com?

Nice: Espedião, um nome doido.

Patrícia: Espedião.

Nice: Hum rum.

Cynthia: Espedião de quê?

Nice: Espedião Machado.

Patrícia: Machado, e ela é Joana Machado também?

Nice: Joana Costa Machado.

Patrícia: Aí, os pais dela, a senhora sabe quem são?

Nice: Era Pedro Celestino Costa.

Patrícia: O pai era Pedro Celestino Costa, e a mãe?

Nice: Peraí, deixa eu tentar lembrar, que eu nem lembro mais, deixe tentar lembrar o nome dela, lembro só o nome dela que a gente chamava de Mangó...

Patrícia: Mangó.

Nice: Mas tinha o nome dela é, me esqueci, né? Passa muitos anos que (risos)

Cynthia: Martinho já que ir embora, tá com sono, Martinho?

Patrícia: os pais de seu Espedião Machado?

Nice: O pai de Espedião, eu sei o nome, porque minha mãe disse que ele era filho de uma pessoa, mas a mãe deles que criaram...

Patrícia: Hum.

Nice: Agora... Essa que foi escrava.

Patrícia: Essa é a mãe de Mangó?

Nice: Essa era Isabel.

Patrícia: Mãe da Mangó.

Nice: Isabel Costa.





Patrícia: Isabel Costa. E o pai da Mangó?

Nice: Esse eu não sei.

Patrícia: Não sabe?

Nice: Só esse que eu sei.

Patrícia: Mas a Isabel Costa, que ainda trabalhou nessa fazenda?

Nice: Humrum.

Patrícia: A Mangó já ia, mas não trabalhava.

Nice: Juntos, humrum...

Patrícia: Já não era mais escrava?

Nice: Minha vó não era mais escrava também.

Patrícia: E sua vó não foi mais escrava?

Nice: Até esqueci o nome dela, só me lembro o nominho que a gente chamava ela.

Cynthia: Agora, a gente já pode ir.

Patrícia: Vamos (risos).

Cynthia: Porque o Martinho tá cansado, Martinho já trabalhou bastante hoje.

Patrícia: Não, mas tá ótimo aqui já (risos).

Nice: Cristina (risos).

Patrícia: Quem? Cristina é da Mangó, né? Cristina, é?

Nice: É (risos)... que diacho que eu só vim lembrar... (risos)

Cynthia: Deixa eu ver como que desliga isso...





CAPÍTULO V

Entrevista com Nice, dia 29 de maio de 2015, às 22: 20.



Foto de Dona Nice com suas filhas Geovânia e Celitânia, seu genro e seus netos. Na porta da casa de Celitânia. Foto: Patricia Maria Portela Nunes.

Geovania - Fale sobre sua trajetória nos movimentos sociais?

Nice - Meu nome no documento é Maria Nice Machado Aires, e meu nome na luta é Nice. O primeiro movimento que participei foi na Igreja Católica. Começamos a trabalhar. Primeiro, tinha o Curso de Formação para as pessoas se preparar para animar na comunidade. Era uma ação que falavam, animador, essas coisas. A gente ia pra poder se apresentar nas comunidades.





Para se preparar pra trabalhar com os pessoais das comunidades. Informar para as pessoas participarem, pra perder o medo de conversar com gente.

Geovania - Quantos anos a senhora tinha nesse período, quando começou a participar desse movimento?

Nice - Eu tinha na idade de 12 anos, quando comecei a fazer esses cursos. Era jovem, eram pessoas jovens que ia. A gente começou. Quando nós começamos foi em Viana, e não foi em Penalva. Porque, em Penalva, o Padre não aceitava que a gente fizesse esses treinamentos. Inclusive, quando chegou, nós tinha 14 anos. Quando a gente veio do treinamento que nós fazia em Viana, na Diocese de Viana. A gente foi apresentar uma procissão na festa de São José, ele não aceitou de jeito nenhum: fechou a igreja e não deixou a gente entrar, porque, pra ele, nós estava era andando na rua como doido, “atoeiro”. E a gente ia fazer uma apresentação de um trabalho que a gente tinha aprendido na igreja. Daí, a gente começou a trabalhar só em Viana. Ia fazer os cursos em Viana, e voltava pras comunidades e ficamos trabalhando. Quando terminado, tempos na época já de 1975, por aí, já foi surgindo outros movimentos. Dentro desses movimentos, começamos a trabalhar na CPT: era uma entidade apoiada pela Igreja Católica, trabalhava também no apoio à terra, orientava os trabalhadores para não saírem da terra, a se prepararem.

Quando foi em 1980, aí surgiu um curso chamado “Pólo Nordeste”. Aí, nesse curso, a gente tinha todas as aulas, todas as preparações. Tinha religião, tinha a ação social, mesmo a matemática, a ciência, geografia, história. Tinha toda matéria pra gente aprender. E nós fizemos o curso. Esse curso durou quatro anos (4) e quem se formou no curso, ficou trabalhando, dando aula de religião. E eu fui das que começou a trabalhar. Nós entramos 120 pessoas. Desses cento e vinte, (120) ficaram oito (08). Eu fui até o final, até em 1984, fui até o final do curso. A gente fez a formação, recebemos o diploma pra poder trabalhar com gente.

Aí, eu escolhi uma área que chamava Ação Social. Essa ação social, a professora era Juvaneilde. A Ação Social que trabalha com gente, com comunidade, com associação, com movimento. A Ação Social era aula que eu fazia na matéria pra trabalhar. Dessa Ação Social só passou eu de todos os municípios da região que tava.





Esse curso era em Viana. “Pólo Nordeste” era um projeto que formava as pessoas, era igual a bolsa da faculdade, a gente passava quatro (4) anos, tinha a bolsa pra gente receber. A gente recebia pra comprar comida, roupa, alugava casa pra poder ficar. Só podia ser em Viana, porque era a única cidade que tinha 2º grau, os outros não tinha. Penalva não tinha, os outros não tinha (risos). Essa formação tinha que ser em Viana, por isso que viemos de outros municípios pra lá. Era atrasado demais nesse tempo.

Geovania - Quantos anos a senhora tinha na época?

Nice - Na base, eu tinha 22 anos pra frente. Já tinha essa continha. E esse “Pólo Nordeste” foi o que fez a primeira formação da gente. Ele pagava aluguel de casa, pra comprar livro, e tudo que se precisava e o projeto bancou. Aí, eu me aproveitei do projeto, passei os quatro anos, me formei no 2º grau e também fiz essa formação que era de ação comunitária para trabalhar com os movimentos sociais. Esse aí foi o ponto principal, eu não trabalhei “atoeiro” não: teve uma formação pra poder chegar até num lugar que tou hoje. A gente estudou, fez o 2º grau e também fez essa matéria que também cada qual escolhia uma matéria que queria, que ficava trabalhando. E daí a gente conseguiu.

Geovania - Sua matéria era religião?

Nice - Era uma aula que a gente tinha formação, e recebia o Diploma, era Ação Comunitária. Mas tinha toda a preparação pra trabalhar com velho, com novo, com deficiente, com criança, com mulher, já entendeu. Ela tinha com religião, com cultura, ela tinha todo esse preparo pra poder as pessoas trabalhar com gente. Tinha tudo, tudo. Tinha oito matérias que fazia nesse tempo. Tinha religião, tinha tudo em quanto. Essas pessoas que chegaram a fazer tudinho foi só eu. Os outros estudaram só pra professor e não conseguiram fazer essa formação. Essa formação precisa, não era nada, mas valia muita coisa. Por isso que tem muita gente que consegue emprego e não fica, porque não sabe trabalhar com gente. Não se preparou pra trabalhar com gente, só estudou. Eu tinha o curso que formava gente pra trabalhar essa área. E isso aqui me firmou demais, porque eu me preparei pra trabalhar com várias opiniões, com outros conhecimentos, a gente associar com todos os trabalhos.

Depois a gente começamos a trabalhar já, em 1986, começamos a traba-





lhar com outra entidade que contribui muito com a gente que foi a Sociedade dos Direitos Humanos - a SDH. A Sociedade de Direitos Humanos trabalhava com o direitos da mulher, da criança, do adolescente. Do direito que tinha na terra, como que ele convivia na comunidade, ela também mostrou muitos caminhos pra pessoas.

Depois da Sociedade de Direitos Humanos, nós começamos a trabalhar com a CCN – Centro de Cultura Negra, que começou a valorizar todas as culturas. O Tambor de Crioula, Tambor de Mina, o Bambaê, o Rojão de Caixa, Caixa de Divino, Cacuriá, Capoeira, todas as culturas nossas. Então, essas culturas foi reforçada foi com o Centro de Cultura Negra. As pessoas tinham vergonha de dançar perto de gente. Tivemos uma formação de quatro anos pra poder trazer as pessoas de novo pra dentro das culturas. Isso foi a CCN – era o Centro de Cultura Negra que era só pra fazer esse trabalho. Aí, quem trabalhava nesse tempo era Avelina, tinha outras pessoas que nem conheço mais agora que trabalhou com a gente.

Depois da CCN, nós começamos a trabalhar com Cáritas Brasileira: era uma outra entidade, que mostrava as leis pra gente, que dizia como se foi pra trabalhar como pra gente visse (...) a escrava no Brasil, já entendeu? Essa era a Cáritas Brasileira. Também era ligada à igreja católica. Esses movimentos tudinho tinha formação e capacitação, tá, e gente passou por eles tudinho.

Aí, quando foi de 2000 pra cá, começamos a trabalhar com a ACONERUQ – Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas. Porque a Aconeruq foi criada depois da CCN. Pra apresentar os quilombolas para brigar pelo direito da terra, dos direitos adquiridos, tinha que ter uma entidade jurídica que tivesse CNPJ pra resolver nossos problemas. Nós se juntamos, o Maranhão todo. Depois da CCN, foi criada essa entidade “Associação das comunidades negras rurais quilombolas”. Foi criada a Aconeruq. De 2000 pra cá que começou os debates. Agora que foi registrado foi em 2005. Aí, a gente já começou a escolher a questão da terra, a demarcação das terras, e precisa ter uma entidade que representava na educação, na saúde dos quilombolas e, aí, a gente criou a associação porque era jurídico pra poder trabalhar nessa área.

Quando chegou de 90 pra cá foi criado o Movimento das Quebradeiras de Coco Babaçu, porque já era luta muito grande com conflitos da devastação das palmeiras. Primeiro era a organização das mulheres, ainda não era o





MIQCB, era só as mulheres organizadas. A gente via que existia sindicato, os movimentos, mas pra defender palmeira ninguém ligava. Aí tava se acabando tudo era um meio de vida de ajudava homem e mulher, e todo mundo.

As mulheres resolveram entrar na luta né pra que barrasse a devastação das palmeiras e dentro dessa luta a gente conseguiu muitos assentamentos né e tamos lutando até hoje pra sair as reservas extrativistas para que as terras seja da gente, porque se a terra não for da gente não termina os conflitos.

Aí nessa parte dos movimentos, quando chegou em 1995 eu já participei do Congresso do CNS – Conselho Nacional das Populações Extrativistas em Japurí no Acre, mas já era criado, já existia o CNS. Aí que eu comecei a participar junto com eles, porque a gente entendeu que era uns dos maiores movimentos que trabalha com todo o processamento ambiental e quando se trabalha na questão ambiental entra tudo da vida que a gente fez parte.

Cada movimento tem um significado, o movimento é como o órgão de sentido, cada um serve pra alguma coisa, todos tem fundamento, todos tem valor, todos tem necessidade de ser criado e todos tem validade, e nenhum é melhor do que o outro, porque juntos que formam um corpo, mas cada um serve pra alguma coisa, ele não é o mesmo um, mesmo um não, um é diferente do outro. Agricultor Familiar é uma coisa, extrativista é outro, quilombola outro, agora, só que soma num só corpo, mas que o movimento é diferente, mas que ele soma. É igual que pé é uma coisa, braço é outro, cabeça é outra, nariz é outro, então, é assim que é. Parece que é a mesma coisa, mas não é, cada um serve pra alguma coisa. Agora se junta tudo, até porque quando a gente vê um movimento atacando o outro, tá mal informado, porque tem que somar e não se atacar.

Aí, começamos trabalhar e estamos até hoje. A ideia da gente, o fato principal é a questão fundiária, porque quem não tem terra é mais miserável do mundo, ele não pode se aposentar, não pode pegar dinheiro, não pode fazer uma casa, não pode fazer uma roça e tudo tem que ser humilhado pelos outros.

E, na época que começamos a trabalhar, em 1970, a gente vinha discutindo também o direito à terra, dos quilombolas, já existia outras pessoas antes de mim que já trabalhava com esse processo. A gente segurou o pepino e ficou até hoje lutando pelo direito das terras dos quilombolas, a gente luta





porque os problemas dos tempos da escravatura eram seis pontos importantes:

- 1 – Trabalhava na terra, mas não era da gente;
- 2 – Fazia casa bonita, mas não morava dentro, era o chefe;
- 3 – Trabalhava com todas as comidas, mas não comia, eles que comiam;

4 – Não tinha direito de estudar, a pessoa que podia estudar nesse tempo só podia fazer o nome. Até pra ler uma bíblia, ele não podia, era proibido pra não ter conhecimento social e espiritual de nada né. E nós brigava por esses direitos. Muitas coisas hoje como cesta básica, a terra quilombola, algumas pessoas que recebem a cota de negro, bolsa, isso não é favor não, é uma indenização que nós tamos recebendo, porque nesse tempo a gente não podia fazer nada nessa data. Todo mundo era massacrado, não podia fazer nada que precisa ser feito. Hoje estamos brigando por esses direitos, porque a gente tá falando de educação, mas educação que eu estou falando não é alfabetizado não, não é do pré até o segundo grau não. Tou falando de educação que não tinha juiz, não tinha promotor, tem negro, mas dessa classe não chegou não, advogado, médico, enquanto não tiver ninguém da gente nessas posições, não vai mudar não, porque os que estudaram, nenhum aprendeu pra trabalhar com nós, ninguém aprendeu a trabalhar com quilombola, ninguém aprendeu a trabalhar com agricultor, ninguém aprendeu a trabalhar com extrativista, com pescador isso não aconteceu, não. Todo mundo aprendeu a trabalhar com quem tem mais, com rico, com os latifúndios, com o pessoal da elite.

Agora, essa base, que é 80% da população, está aí até hoje, não tem apoio. Pra isso, estamos lutando hoje para que os filhos, os netos e as pessoas cheguem a essa posição. A gente não alcançou no passado, mas que as pessoas podem alcançar agora. A luta que nós estamos hoje é justamente quando falamos de educação é nesse sentido. A gente vê quando chega no hospital, principalmente aqui em São Luís, 90% das pessoas que estão no chão é só gente do interior, o médico nem olha. Tem gente que morre que nunca chegou numa cama, tem gente que melhora e não deita numa cama e não sai do corredor, porque ninguém liga pra isso, eles não tem nem interesse, porque o interesse deles não era com essa classe. É por isso que a gente tá mudando





e lutando por esses direitos que a gente deixou pra trás. Estamos lutando e nunca paramos, e o movimento sempre esteve mais avançado, porque se o movimento não tivesse a gente não conseguia vencer o que a gente vence.

Agora, de papo, nunca deixou de ter, sempre teve gente a favor e gente contra, mas a gente sempre foi cada vez mais com força política, mais com poder, a gente sempre teve mais, porque pelas coisas de ter mudado e só mudou alguma coisa no Brasil é com a força, é com a luta, é com os movimentos sociais, porque quem não é de movimento social, não tem coragem de falar e de ir pra frente pra dizer a realidade.

Então, o movimento social é, tem uma luta muito forte, mas a gente sabe que até hoje são as duas coisas que estão impactando e que comanda o Brasil, **é a força e o poder**, mas quem tem o poder não é nós não, quem tem poder é os ricos, é os governos que estão na frente. Nós tem a força, mas o poder tá com eles. E o que queremos é a força e o poder, porque os dois somam, né? É assim que a gente tá fazendo a diferença, mudando é com a luta, e a hora que você parar de fazer a luta, ele vence a gente e sempre a gente tem que ter a maioria. É combatido, mas sempre é vencida, a gente consegue vencer sempre.

Porque depois que o povo tiver organizado e informado, as coisas andam. A minha questão sempre foi trabalhar e conversar com comunidades, porque tudo começa da base. A base significa raiz e se não tiver raiz, não tem segurança. Se todos os trabalhos, as comunidades tiver todas informadas, o país muda. Agora, enquanto não tiver essa formação nas comunidades, todo mundo que se candidata e quer enrolar. Só corre pra zona rural e se o povo tá informado não tem como dominar. Por isso que a gente sempre trabalhou, e quando eu comecei trabalhar não foi fácil porque, nesse tempo, mulher não participava de reunião, as mulheres não ia, mulher não tinha documento, com certo tempo foi aprovada aposentadoria. Quem se aposentava era o homem, as mulheres não podiam se aposentar, elas dependia do homem, dependência era só come se eu te der, só veste se eu te der.

Aí, nós começamos entrar nessa luta desses movimentos de 1970 pra cá, foi justamente pra isso para as mulheres ter força, trazer elas pra tirar documento de identidade, CPF, ter o direito delas adquiridos que a gente não tinha em outro tempo. Isso são tudo coisa que a gente venceu. Não tinha mulher prefeita, não tinha presidente de comunidade, não tinha mulher ve-





readora, não tinha deputada, nesse nível todinho só tinha duas deputadas no Brasil, nessa época de trinta (30) anos atrás. E hoje não, já brigamos, e a presidenta é mulher, e é um dos pesos políticos que tá, porque os homens nunca aceitam que as mulheres estejam fazendo as coisas certas. Sempre tem alguma coisa pra sujar e derrotar as mulheres. A mulher faz um plano, eles faz outro pra derrubar, eles nunca aceitaram nós, querem nosso lugar. Nós não queremos o lugar do homem, nós queremos o nosso.

Eles ocuparam o lugar deles e o nosso. A gente já mudou muito. Na educação, no interior, não tinha escola do primeiro grau de jeito nenhum. Foi um meio de enrolar, porque eles queriam botar o filho pra estudar. Era obrigada a sair do interior e criar bairros. Esse foi um dos maiores problemas que aconteceu no Brasil, todo mundo largou seu interior, que tinha seu costume, seu trabalho e vieram inchar a cidade; e aí não tem emprego pra todo mundo, não tem lugar pra viver, aí, os fazendeiros foram tomando de tudo. Aí que fica essa droga, porque muita gente vem e não consegue emprego pra ficar. Muitos ainda sai pra outros lugares, São Paulo pra trabalhar, pra cortar cana, e outros no desespero não sai pra lugar nenhum e o resultado é parar no cemitério.

Todo mundo que entra na droga não pode ver ninguém com alguma coisa, que ele assalta, mata e faz tudo. Isso começou pelo inchamento da cidade. Porque, no passado, cinquenta anos atrás não existiam essas coisas frequente. Muita gente que trabalhava na agricultura, perdeu sua cultura, seu trabalho, vem pra cá, traz os filhos e nem todo mundo consegue emprego e fica a marginalidade tanta que tá hoje. Os culpados são os governos, os latifúndios. O governo que vendeu toda a área pra poder fazer isso. Tirar as pessoas do seu lugar. Porque as culturas das pessoas da zona rural não é a mesma da cidade. Chega aqui não consegue não sabe ler. Não tem formação nenhuma, não concursado pra arrumar um serviço, às vezes quem é ainda não consegue.

Aí que acontece essas baixarias todinha, mas a culpa é do governo que fizeram isso. A gente já conseguiu muito coisa, com toda essa dificuldade já conseguimos aposentadoria pra mulher, de dois mil (2000) pra cá, já conseguimos salário materno, auxílio doença, já conseguimos escola de 2º grau na zona rural, já fizemos muita denúncia para que tenha escola, em todo povoado, depois nós brigamos muito pelo concurso público, porque só quem pegava emprego era rico. Os negros não conseguiam. A pessoa tem uma lei





que dá direitos a todos. Isso foi coisa das quebradeiras de coco, dos agricultores familiare e não foi fácil pra ser aprovada.

Só quem podia ganhar dinheiro era só filho de rico, embora que tinha um estudo bom. não podia arrumar serviço, não dava, e no concurso é lei, é obrigatório porque isso aqui a gente brigou muito pra acontecer.

Outra coisa que a gente brigou muito foi a questão da energia, nós pasamos mais de cinquenta anos brigando. E quando se fala que precisava de energia, que tava no escuro, os ricos, os políticos iam dizer pra não aceitar. Porque se a gente aceitasse energia na zona rural, ia morrer agarrado na energia. O povo votava contra com medo de morrer. Deu luta pra isso acontecer, passou cinquenta anos pra aprovar. Depois, foi água encanada era a mesma coisa que eles faziam pra destruir o pobre. Se fosse fazer projeto de água encanada ou de poço o povo ia morrer porque a água ia ficar envenenada. Que ia fazer não sei o quê. Isso foi uma outra luta também. Que nós lutamos pra conseguir. Depois foi a comunicação: só tinha Telma, não podia ter orelhão porque todo mundo ia ficar ligando pra ladrão, não sei o quê. Foi aquela coisa toda, foi outra luta pra comunicação, pra poder a gente se comunicar, porque a pessoa que queria falar com alguma pessoa do Rio de Janeiro ou de outro lugar, andava um dia de viagem montado pra vir na Telma, em algum município que tinha, porque nem todo município tinha. Era só um lugar pra telefonar e voltar, assim que era. Isso tudo avançou, aí a educação avançou.

A gente começou a brigar por faculdade que algum município devesse. Muitos municípios já tem, não é o 100% porque nós precisamos que tenha pelo menos cinco cursos que tá aprovado são dois. A gente precisa ter matérias, não é aprovado pra zona rural pra ser juiz, advogado, promotor, delegado e nem médico. Só pra professor.

Então, a gente precisa avançar mais nas universidades, porque tem muitos pontos que não foram aprovados ainda por município. Precisa de um avanço muito grande.

5 - A luta pela terra, muita gente acha que a gente não conseguimos espaço, mas a gente já conseguiu muita coisa. Já têm muitas reservas desapropriadas, desmarcadas, ainda tem pra fazer. Nós temos cerca de mil oitocentas reservas extrativistas, porque biológicas dessas outras que é do governo tem muito. Estou fazendo aonde tem os quilombolas, os agricultores, os extrati-





vistas nesse sentido. Então, isso precisa fazer muito. Algumas áreas já foram desmarcadas, desapropriadas, tem alguns assentamentos que não estão 100% mais já tem. Então, a gente já conseguiu muita coisa na luta da gente.

Agora precisa muito ainda. É isso que a gente tá trabalhando hoje, mas com todos os problemas a gente já conseguiu fazer um documento como território em nível nacional. A gente dividiu o território por município pra ser melhor de ser trabalhado.

A ideia da gente é fazer um nacional. **Um território nacional**, nós dividimos em nível nacional 60 território . Esse 60 território por região. A gente ver na ideia, nos planos que já tem feito, algumas pesquisas **são oitenta milhões de hectares que pertence aos quilombolas**. E pra reserva extrativista, área solta, tem cinquenta milhões que nunca foi desmarcado né, e precisa ser trabalhado.

Então, a gente tem feito muita coisa nos movimentos, tem contribuído, porque cada movimento, defende uma política diferenciada. Não é a mesma coisa não. O movimento das quebradeiras de coco babaçu defende mais a questão do babaçu livre né, dentro das áreas; já os quilombolas defende as áreas das fazendas, onde foram escravos, pra ser desmarcada; já os extrativistas já fica defendendo as áreas, aonde tem a floresta “consubstanciada” com toda área, porque se não tiver as reservas daqui a mais não vai ficar ninguém, porque não vai ter água, não vai ter a floresta, não vai ter os animais, não vai ter peixe e ninguém vai conviver mais né. Tem que ter sim, tem que ter um projeto, o governo tem ter um projeto pra poder apoiar essas áreas. Todos que precisar ter as reservas extrativistas. E da questão da agricultura são as áreas do Estado. Porque as áreas do Estado são áreas privadas que precisa ser passadas diretas pros agricultores familiar. **Nessa área nós temos quarenta milhões de hectares**. Porque já é uma pesquisa que a gente já tem em nível nacional.

Então, esses são os projetos que a gente já tem trabalhado.

6 - Na educação a gente já tem avançado muito né, nós já temos muito filhos de quebradeira de coco, de agricultor familiar, extrativistas já formados, outros advogados, outros professores, universitários. Já tem muita coisa avançado. Precisa muito, mas também tem trabalhado nesse processo.

Na luta, eu continuo morando na zona rural. Não saio dela, só se for





depois de morta. Que a melhor vida que tem é na zona rural. Lá eu tenho peixe, tenho babaçu, lá tem a terra, lá tem toda alimentação, lá tem tudo natural que se precisa, é uma biodiversidade rica, agora não tem lugar melhor que esse. Agora, precisa que a gente tenha os projetos e as políticas, pra segurar. Precisa de uma boa moradia, precisa de áreas desapropriadas, precisa de professor formado, qualificado, juiz, precisa promotor, precisa de delegado, médico, enfermeiro, precisamos de todo mundo, desse povo todinho lá onde tá vazio. Porque muita gente aprende é pra vir embora. Muita gente que está no nosso município não sabe nem pra que lado está morando, tá por Rio de Janeiro, quem tá pra Brasília tá, mas tá servindo pra lá, e às vezes nem serve, quando chega lá não consegue o emprego que deseja. E hoje, a formação é pra trabalhar onde precisa, e não tem.

Geovania - O que diziam seus pais quando a senhora entrou nesses movimentos sociais? Eles apoiavam?

Nice - Minha mãe sempre foi contra.

Geovania - Por que?

Nice - Porque ela acha como ela foi criada humilhada. Ela acha que lugar da mulher era na roça, parir, quebrar coco e trabalhar, e não podia sair pra lugar nenhum. Aquilo era é um costume que ela tinha. Tinha dos pais, depois do marido, já entendeu. Ela se criou humilhada e ela acha que eu devia ser.

Agora meu pai sempre me apoiou. Quando eu falava e explicava as coisas. Tinha vezes ele escondia dinheiro pra pagar minha passagem e me dava. Ele me ajudava muito. Ele era subinteligente. Ela era por isso. Se uma pessoa foi criada na humilhação desde pequena, dos avós, ele acha que deve morrer assim.

Eu tinha outra visão, outro estudo, porque eu estudei mesmo. Ela não estudou em lugar nenhum, sempre foi humilhada trabalhando desde pequena. Os pais humilhava e passou para o marido e não tinha aquele conhecimento, mas que era isso. Não era porque ela era ignorante, porque o costume dela era esse. Ela foi criada humilhada. E eu não, já fui criada estudando. Já tendo outros conhecimentos, o social, já vivi com outras pessoas. Então, é assim que é. Ela era nesse sentido. Ela achava que a gente saía e não somava em nada. Tinha que ficar o tempo todo trabalhando na roça, quebrando coco e parindo todo tempo. E isso não era o objetivo da mulher. O objetivo da





mulher é tá em todo lugar.

Geovania - Quais espaços a senhora trabalhou antes de entrar nos movimentos sociais?

Nice - Eu já trabalhei na Pastoral da Criança. A Pastoral da Criança era mais voltada na questão da experiência, né? Trabalhava na preservação das ervas, mais com remédios naturais. A gente não usava nada que não fosse natural. As alimentações, as receitas tudo se fazia com coisa natural. Isso era a gente comunitária que eu trabalhava com a Pastoral da Criança. Eu trabalhava em Penalva toda. A gente ia pra fazer encontro em Brasília. Pra todo lado. Pastoral da Criança anda muito também. Tinha uma aprendizagem, só que era voltado pra igreja católica.

Geovania - Qual período a senhora trabalhou na Pastoral?

Nice - Foi de 80 a 95.

Eu fui agente comunitária, que era apoiada pela SUCAM.

Geovania - Sucam se tornou agora a profissão de agente de saúde?

Nice - Não, tem gente que era agente de saúde, e passou no concurso público e ficou trabalhando nas duas coisas né. Agente de Saúde não é mesmo que a SUCAM. Ele tem um trabalho diferente.

Geovania - Sucam era um projeto?

Nice - Era federal. O que eu fazia, eu colhia lâmina, marcava para os médicos fazer os exames. Nesse tempo não tinha agente de saúde. Quando não tinha agente de saúde, era Sucam que dava os exemplos. Fazia o exame de sangue e dizia qual o problema que ele tinha. Se ele tinha febre, se tinha malária, já entendeu. Esse era do Sucam. Eu era agente comunitária nesse, eu trabalhei uns vinte anos fazendo isso, colhendo lâmina. Depois que chegou agente de saúde e ficou fazendo tudo isso. Eu fazia esse trabalho e depois passei o trabalho pra eles. Esse era comunitário.

O comunitário que não ganhava dinheiro. Fazia o trabalho para servir a comunidade. Isso eu fazia em qualquer lugar que eu ia.

Geovania - Lembro também que a senhora foi professora e diretora de escola, conte um pouco dessa trajetória?





Nice - Eu trabalhei. Porque é assim, eu nunca deixei de trabalhar, sempre tive uma vaga e horário. Tinha a hora da roça, do coco, da escola, e de tudo. Eu tenho orgulho de tudo isso minha filha. (se emocionou).

Geovania - Qual escola a senhora trabalhou?

Nice - A primeira escola que trabalhei foi Nossa Senhora do Desterro.

Geovania - Fica aonde essa escola?

Nice - Achuí I.

Geovania - Que ano?

Nice - Em Nossa Senhora do Desterro foi em 1976.

Geovania - Eu não era nem gente.

Nice - Não. (risos). Quando eu comecei a trabalhar eu não tinha filho. Eu comecei a trabalhar particular. Em 1973 eu comecei a trabalhar particular, ensinando em casa. Com três anos que ensinava no particular me chamaram pra trabalhar na escola da prefeitura.

Geovania - Chamaram pra trabalhar na escola?

Nice - Sim, gostaram do meu trabalho e eles mesmo vieram atrás de mim.

Geovania - A senhora também fez essa formação em Viana?

Nice - Não, quando eu fiz a formação em Viana, eu já trabalhava. Em 1973 eu trabalhava no particular e em 76 comecei ensinar na prefeitura. Quando cheguei em 1980 eu comecei o curso e em 1984 o curso terminou.

Geovania - Qual foi a outra escola que a senhora lecionou, depois dessa do Achuí?

Nice - Foi Domingos Gomes.

Geovania - Quem fundou a escola?

Nice - Foi eu, não tinha. Primeiro foi uma igreja que nós fizemos. Depois foi enchendo de gente. Fizemos um barraco. Fizemos quatro salas no barraco. Depois a gente conversamos com o prefeito e compramos uma casa. A casa tinha seis quartos e cada quarto fizemos uma salinha. Até que fizeram o colégio.





Geovania - Quem era diretora da escola?

Nice - Era só eu mesmo, não tinha outro. Era a única que tinha o segundo grau, porque os outros, nenhum tinha.

Geovania - E no Domingos Gomes foi em que ano?

Nice - No Domingos Gomes foi até em 98. A escola começou em 94.

O projeto para fazer a escola foi em 98.

Geovania - Por que o nome Domingos Gomes?

Nice - O nome D. G nesse tempo foi alguma autoridade. Ele era tabelião do interior. Que fazia casamento fazia essas coisas. Foi delegado, polícia.

Geovania - Foi de Lagoa Mirim?

Nice - Não, foi de Goiabal. Nesse tempo, tinha esse poder, tinha um nome histórico. Por isso que foi colocado o nome dele.

Geovania - A senhora que colocou?

Nice - Não, foi assim: a escola que tinha que escolher um nome de uma pessoa. Foi discutindo com um monte de gente e ele era o único. Ele era tabelião, era da zona rural, de base, do interior e foi concordado colocar o nome dele.

Geovania - E o Wilson de Sá, a senhora também trabalhou?

Nice - Eu não trabalhei em só uma escola, mas em várias. Porque assim, em cada matéria tinha uma. Eu ensinava o segundo ano. No Wilson de Sá foi o segundo ano. Nas outras escolas eu era diretora. Ajudava os professores, mas ficava coordenando.

Geovania - Quais foram as escolas que a senhora foi diretora?

Nice - Foi Nossa Senhora do Desterro, depois Domingos Gomes. No D.G tinha oito turma e na N. S. D era quatro. Nesse tempo tinha até a terceira série. Tinha outros colégios e depois que foi feito o Wilson de Sá. W. S foi derradeiro que D. G.

Geovania - É mais novo?

Nice - Sim, é mais novo Wilson de Sá.





Geovania - Enfim, com o surgimento das encantadeiras, queria que a senhora falasse como surgiu esse grupo, qual foi o motivo de criar o grupo?

Nice - É assim, quando a gente trabalha nos encontros a gente cantava as musicas pela conta da gente. Não tinha esse negócio de encantadeiras. Depois que começamos a cantar em todo encontro. Nós fazia animação, essa coisa toda. Tem uma professora chamada Noemi, ela achou melhor que a gente formasse um grupo e que esse grupo pudesse fazer alguma apresentação. Então nós fizemos um curso de cânticos. Nós éramos só a gente, era um monte de gente. Foi indo até fazer a conclusão do CD. E no cd só passou oito pessoas. Por isso, que formou o grupo. Aquilo que pedia no trabalho a gente ia fazendo. Contratava algumas empresas pra gente sair. A gente ensaiou um ano. Depois a gente foi por Rio de Janeiro, pra Brasília, aí tem as datas por onde a gente passou. Fizemos o cd e estamos trabalhando. Nós somos oito pessoas e não é todo mundo que vai passando no teste. E as melhores ficaram. Umas pessoas cantavam, mas a gente ia melhor que elas. Formamos o grupo e nós cantava era nos encontros. A primeira vez deu tudo certo e começaram chamar a gente. Nós fizemos uma feira livre em Brasília. Isso foi bancado pelo INCRA, nós passamos dez dia lá. Nós animava a feira e vendia. Tinha o horário nosso de fazer a venda e de cantar. E nós formamos o grupo com os quatros estados. Tem do Pará, do Maranhão, do Piauí e do Tocantins. No Maranhão deu mais, porque tem cinco que canta. Do Pará só tem uma, Piauí só uma e Tocantins só uma. Porque os outros não passaram no teste.

Geovania - A senhora falou em CPT? O que é isso?

Nice - CPT – é Comissão Pastoral da Terra. É uma entidade que luta pra fortalecer as pessoas na terra. Não sair da terra, procurar seus direitos. E pra não ser despejado da área. É pra fazer a segurança das pessoas na terra. Às vezes, qualquer confusão, as pessoas querem sair da terra pra ir embora. A CPT segurava os direitos dessas pessoas. A lei que tinha e que era quilombola era pra não sai de lá. Tinha os advogados que contribui, a igreja, os padres, bispos contribuía muito com nós. Dava força para as comunidades. Era uma comissão de gente que saía pra dar aula e preparando as pessoas. No final da aula, tinha missa. Assim que era para fortalecer as pessoas. ... Tu falou bem aí uma frase.

Geovania - Foi uma pergunta que fizeram a você, a diferença de dinheiro





e riqueza?

Nice - A frase é bem assim, riqueza não é dinheiro, riqueza é o que não termina. É o que tem pra todos, é a terra, a água, a floresta, isso que é riqueza. Porque a pessoa que acha que riqueza é só dinheiro, e dinheiro é solução. Riqueza é aquilo que o mundo vive com ela, é pra todos. A terra, alguém vive sem a terra, alguém vive sem ter água. Dinheiro é solução. Se não tiver o dinheiro, mas tem a farinha, tiver comida, tiver terra pra morar, tiver a água e tiver tudo, tu ainda passa. Agora se tiver só o dinheiro e não tem lugar pra viver, tu morre de fome.

Riqueza é o que todo mundo tem. A gente briga por água, será que alguém vive sem ter água? E a água é uma riqueza natural. E dinheiro é o contrário. Nem toda vez tu tem dinheiro, tu passa o dia todo sem ter dinheiro, mas tu vive, já entendeu. Muita gente visa que riqueza é dinheiro. Ele acha que fica na mão de meia dúzia, acha que é rico. Rico quando é pra todo mundo, a terra, a floresta, a água, o ar e quando não tiver essas coisas ninguém fica vivo. Com dinheiro, tu ainda passa, agora si não tiver nada, dinheiro não serve. As pessoas confundem dinheiro com riqueza.

II - Nice no Encontro da Aconeruq³¹, dia 19 de junho de 2015: Encontro da criação da Cooperativa Quilombola, 2015

Participar da criação da Cooperativa é uma conquista para todos os quilombolas que estão presentes e os que não estão. Foi uma vitória conseguida com suor do nosso trabalho, de nossa reivindicação ao governo né, é muito bom desfrutar do que é nosso e para outros povo.

No momento estamos terminando de criar e aprovar a Cooperativa dos Quilombolas e, depois dos Seminários, teve a eleição, todo mundo votou. E viemos pra cá apresentar os produtos que nós quilombolas produz na Baixada.

Aqui, nós temos o óleo do coco babaçu, nós temos a farinha, nós temos farinha seca que aquela farinha branca. Temos o corante, que é mesmo caseiro. Nós temos o sabonete, o sabão, temos o livro de cântico com quarenta

31 Depoimento gravado e transcrito por sua filha Geovania Machado Aires.





quatro músicas. Nós temos a macaxeira pra cozinhar, fazer bolo. Temos o arroz com page tem gente que nunca viu. Temos a amêndoa do coco babaçu, temos o limão das comunidades, temos a banana da comunidade Sansapé, a farinha de Sansapé e Lagoa Mirim, o artesanato é da comunidade Campo do Poso I, o sabão, sabonete e óleo é de Penalva, da comunidade Bairro Novo. Temos a receita, o mesocarpo serve pra quem tem problema de nervo, útero. E o sabonete, ele serve pra piolho, coceira, catinga. Essa receita tem todos os contatos. Esse aqui é a logomarca Ká-Amubá, é o projeto que nós estamos trabalhando com a cooperativa.

Aqui, nós estamos com várias comunidades de Penalva que estão participando e que são agricultores familiares. Que são também quilombolas e extrativistas. Estamos juntos, estamos uma galera de Penalva.

III - Entrevista realizada às seis e quarenta cinco da manhã no quintal da senhora Maria Nice Machado Aires, em Penalva, por Geovania Machado Aires³²

Geovania: Na forma de abraçar as causas dos movimentos e defesa dos territórios do Município de Penalva, nos oportuna a seguinte pergunta: como se deu a formação desses territórios, nesse espaço, como as pessoas aceitaram ou defendem seu território?

Nice: Primeiro, é a questão do território. Em 1970, eu tinha pouca experiência sobre território, aí, meu avô Pedro Celestino Costa, ele falava que essas áreas pertenciam aos negros, era terra de preto que falavam. A terra de preto que é a área dos quilombolas, e pertencia a eles. Porque, aí, ele foi dizendo que o avô dele, e o avô dele era escravo, eles que trabalhavam nessa região. Ele foi dizendo o nome dos engenhos, ele falou do engenho da Enseada da Mata, Engenho Sansapé, Monte Cristo e São Luís. Então, esse engenho, ele era do grupo igual às fazendas agora. Tem um fazendeiro aqui, um em Viana

32 Diante das conversas durante o encontro do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, no âmbito do evento Quilombolas do Brasil, realizado nos dias 25 e 26 de setembro de 2015, e nos lembrando da conversa com Joaquim Silva e Mauro Leite no sofá do hotel Portas da Amazônia, às 14:00 horas, localizado no Centro Histórico, Praia Grande. A senhora Maria Nice nos contou a luta desses territórios e, posteriormente, a trajetória de seu pai (Apolônio Machado), que lhe influenciou nos movimentos desde a juventude.





outro em Cajari, em Penalva, assim que era. Ele disse que tinha uns donos de engenho que era melhor que os outros, e tinha outros que eram mais mal que o outro.

Como eles falavam, esse da Enseada da Mata, que é justamente aqui (Bairro Novo), era o mais perverso de todo mundo. O de Sansapé ainda dava açúcar, dava mel, garapa para os trabalhadores escravos, dava pros filhos. Esse de Enseada da Mata não dava, né? Esse de Monte Cristo, ele disse que era um pouco cruel. E o de São Luís, ele disse que não era muito bom, mas que era parcial. Ele falou que era só um grupo que trabalhava nas quatro fazendas, que era o engenho. Aí, desse engenho, o de Sansapé, construiu um elevador. O elevador era um motor que pegava lenha e jogava debaixo do tacho, e



Foto de Dona Nice no quintal com duas filhas (Geovania e Celitânia), um genro e netos.

por isso os outros fugiam da Enseada da Mata e os outros de Monte Cristo fugiam e iam pro Sansapé, porque tinha essa melhora, e não forcejavam para jogar dentro do tacho porque o fogo era mais forte do que tudo.





Foto de Dona Nice durante a visita ao Rio de Janeiro por ocasião da exposição no Jardim Botânico. Com Ana Paula, Camila e Mameu Nangetu. Na Feira de São Cristóvão. Foto: Evandro Teixeira.





REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA (a), Alfredo Wagner Berno de. *Autonomia e mobilização política dos camponeses no Maranhão*. Manaus: UEA Edições, 2015.

ALMEIDA (b), Alfredo Wagner Berno de Almeida. “Fontes de autoridade da memória quilombola”. In: *Resistência e fé: narrativas de um quilombola – Ednaldo Padilha, “Cabeça”*. Rio de Janeiro: Casa 8, São Luís: PPGCSPA, 2015.

ALMEIDA, A.W.B.; SHIRAIISHI, J.; MARTINS, C. C. *Guerra ecológica nos babaçuais*. São Luís: Lithograf, 2005.

ALMEIDA, A. W. B. et al. *Catálogo Mapeamento social contra o desmatamento e a devastação*. Manaus: UEA Edições, 2015.

BARNET, Miguel. *Cimarrón*. Buenos Aires: Ediciones del sol. 1987.

CARPENTIER, Alejo. *Écue-Yamba-ó*. Madrid: Alianza Editorial, 2007. 3ªed.

_____. *Guerra del tiempo y otros relatos*. Madrid: Alianza Ed., 2007. 9ª ed.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade. Presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Ed. 2013.

MARTINS, Cynthia Carvalho. “Posfácio”. In: *Resistência e fé: narrativas de um quilombola – Ednaldo Padilha, “Cabeça”*. Rio de Janeiro: Casa 8, São Luís: PPGCSPA, 2015.

RANCIÈRE, Jacques. “A ficção documental”. Rio de Janeiro: *Revista do*



PPGAVEBA – UFRJ. N. 21, dezembro de 2010.

WILLIAMS, Raymond. *Tragédia moderna*. São Paulo: Cosac & Naïf. 2002.





Dona Nice no Salão Nobre da Universidade de Coimbra





Jornalista brasileira, àquela época radicada em Portugal, Maria Luiza Valois Lastres, que entrevistou Dona Nice em junho de 2010 em Coimbra





“Não era ela que estava ali, mas as 400 mil mulheres do movimento que ela representa”

Maria Luíza Valois Lastres





